



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA SEIS DE FEVEREIRO DE
DOISMILEVINTEETRÊS**

----- No dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e três, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Primeira Secretária e pela Senhora Isabel Cristina Bento Fernandes como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às 09 horas e 15 minutos, tendo-se verificado a falta do Senhor Deputado Municipal André Filipe Marques da Cunha (justificada). -----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência recebida e expedida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito: -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu vários pedidos de cedência do Salão Nobre. ---

– O Senhor Deputado Municipal Mauro Leandro Matos Pinto remeteu email no qual solicita a justificação da sua falta à Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022. --

– Foi recebida correspondência de entidades, particulares e Membros da Assembleia Municipal referente a assuntos de natureza diversa. -----

– Foi efetuada troca de correspondência com a CMV para esclarecimento de situações colocadas. -----

– As diversas entidades às quais foram enviadas comunicações com a informação das deliberações que foram aprovadas na última sessão acusaram a receção das mesmas. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu via email Tabela de Taxas Atualizadas. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu via Edoc informação referente à Renúncia ao Mandato do Exmo. Sr. Vereador José Manuel Ferreira Chaves, sendo substituído pela Exma. Sra. Vereadora Fernanda Maria Oliveira Soares Gilvaia. -----

– Foi recebida via email do Chefe de Gabinete da Presidente da Altice resposta ao ofício enviado à Exma. Sra. CEO da Altice Portugal referente à Moção “Urgência de disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023. -----

– Foram recebidas comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Ordinária de 06/02/2023. -----

– O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município para a Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023. -----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu vários pedidos de cedência do Salão Nobre. ---

– O Senhor Deputado Municipal Mauro Leandro Matos Pinto remeteu email no qual solicita a justificação da sua falta à Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022. --



- Foi recebida correspondência de entidades, particulares e Membros da Assembleia Municipal referente a assuntos de natureza diversa. -----
 - Foi efetuada troca de correspondência com a CMV para esclarecimento de situações colocadas. -----
 - As diversas entidades às quais foram enviadas comunicações com a informação das deliberações que foram aprovadas na última sessão acusaram a receção das mesmas. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remeteu via email Tabela de Taxas Atualizadas. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remeteu via Edoc informação referente à Renúncia ao Mandato do Exmo. Sr. Vereador José Manuel Ferreira Chaves, sendo substituído pela Exma. Sra. Vereadora Fernanda Maria Oliveira Soares Gilvaia. -----
 - Foi recebida via email do Chefe de Gabinete da Presidente da Altice resposta ao ofício enviado à Exma. Sra. CEO da Altice Portugal referente à Moção “Urgência de disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023. -----
 - Foram recebidas comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Ordinária de 06/02/2023. -----
 - O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município para a Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023. -----
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Depois de devidamente carimbados e assinados foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara os seguintes documentos: -----
 - Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu para o ano de 2023; -----
 - Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu de Viseu para 2022 – 3ª Revisão Orçamental (Alteração Orçamental Modificativa). -----
 - Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia da Ata referente à Sessão Ordinária da AM de 23 de setembro de 2022 aprovada na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 19 de dezembro de 2022. -----
 - Foi remetido via Edoc à Câmara Municipal de Viseu cópia dos documentos entregues à Mesa da Assembleia Municipal de Viseu por Lúcia Fernanda Ferreira Araújo Silva em consequência da exposição feita no período de intervenção do público na passada Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022. -----
 - Foi enviado via CTT ao Exmo. Sr. Jorge Marques cópia do teor Voto de Louvor que lhe foi atribuído, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2022. -----
 - Foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor do Voto de Louvor atribuído ao Exmo. Sr. Jorge Marques, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2022. -----
 - Foi enviado via CTT à Exma. Família do Sr. Manuel Jorge Bastos Martins cópia do teor Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Manuel Jorge Bastos Martins, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2022. -----
 - Foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor do Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Manuel Jorge Bastos Martins, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2022. -----
 - Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor da Moção “Necessidade urgente de manutenção das estradas sob jurisdição das Infraestruturas de Portugal” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 19 de dezembro de 2022. -----
 - Foi remetida via CTT o teor da Moção “Necessidade urgente de manutenção das



estradas sob jurisdição das Infraestruturas de Portugal” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 19 de dezembro de 2022, às seguintes entidades: Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República; -----
Sua Excelência o Ministro das Infraestruturas e da Habitação; -----
Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----
Deputada única representante de um partido – PAN; -----
Deputada única representante de um partido – Livre; -----
– Foi enviado via CTT à Exma. Sra. Graça Maria Barros Abreu Voto de Louvor que lhe foi atribuído, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2022. -----
– Foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor do Voto de Louvor atribuído à Exma. Sra. Graça Maria Barros Abreu, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2022. -----
– Foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 19-12-2023. -----
– Foram enviadas às diversas entidades comunicações com a informação das deliberações que foram aprovadas na Sessão Ordinária da AM de 19-12-2022. -----
– Foi enviada insistência à Exma. Sra. Diretora do Centro Distrital de Viseu do Instituto da Segurança Social, IP, para agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. -----
– Foi enviado a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República os documentos relativos ao processo de reversão da União de Freguesias de Boa Aldeia Farminhão e Torredeita. -----
– Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu foi remetido cópia do ofício enviado a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República referente ao processo de reversão da União de Freguesias de Boa Aldeia Farminhão e Torredeita. -----
– Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Boa Aldeia Farminhão e Torredeita foi remetido cópia do ofício enviado a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República referente ao processo de reversão da União de Freguesias de Boa Aldeia Farminhão e Torredeita. -----
– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor da Moção “Urgência de disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 19 de dezembro de 2022. -----
– Foi remetida via CTT o teor da Moção “Urgência de disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 19 de dezembro de 2022, às seguintes entidades: -----
Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República; -----
Sua Excelência o Primeiro Ministro; -----
Sua Excelência a Ministra da Coesão Territorial; -----
Exmo. Senhor Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa; --
Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----
Deputada única representante de um partido – PAN; -----
Deputada única representante de um partido – Livre; -----
CEO da Altice Portugal; -----
Senhores Presidentes de Juntas das Freguesias de Bodiosa, Calde e Côta. -----
– Foi enviada via CTT ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração da ANACOM as respostas recebidas da Secretaria de Estado da Coesão e da Altice Portugal referentes à Moção “Urgência de disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu”. -----

– Foram tornadas públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 19-12-2022. -----

– Foram solicitadas via CTT ofícios referentes ao agendamento de Reuniões com as Instituições de Ensino Superior do Concelho. -----

– Para conhecimento dos (da) Exmos (a) Srs. (a) Presidentes de Junta de Freguesia foi enviado via correio eletrónico a Tabela de Taxas Atualizadas remetidas pela Câmara Municipal de Viseu. -----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----

– Foram enviadas aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----

– Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da CMV e dos Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, via postal e via correio eletrónico, Convocatória da Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). ----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e Jornal da Beira, Edital para a publicação da Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023. -----

– Foi enviada via correio eletrónico a todos os Membros da AM a Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. -----

– Foram enviadas via postal e via correio eletrónico as comunicações de substituição das vagas ocorridas na Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023 aos membros substitutos bem como às respetivas forças políticas. -----

Toda a correspondência recebida e expedida é arquivada na pasta da Sessão, estando disponível para consulta dos membros da Assembleia Municipal de Viseu. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

Verificada a existência de quórum pelo registo de presenças já efetuadas, vamos iniciar os nossos trabalhos e cumpre à Mesa prestar algumas informações ao Plenário. -----

Começamos por informar o Plenário que, em resposta à convocatória para esta sessão ordinária, recebemos algumas comunicações de impossibilidade de presença e pedidos de substituição para esta sessão. -----

Assim: -----

O Deputado Municipal do PSD, Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, é substituído por Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes; -----

A Deputada Municipal do PS, Márcia Maria Alves Marvão Lucas Martins, é substituída por Mauro Leandro Matos Pinto; -----

Recebemos também do Deputado André Filipe Marques da Cunha um pedido de substituição para esta Assembleia que deu entrada no dia 03 de fevereiro às 17 horas e 54 minutos. Já comunicámos ao Grupo Municipal do PS que não procedemos, como é óbvio, à substituição, mas que estamos disponíveis para colocar o problema ao Plenário caso o substituto se apresente. -----

Informa-se ainda que recebemos a informação de que o Vereador eleito pelo Partido Socialista, José Manuel Ferreira Chaves, apresentou a sua renúncia ao cargo em 22 de dezembro de 2022, nos termos do n.º 4 do artigo 76.º, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua atual redação, e que, Fernanda Maria Oliveira Soares Gilvaia, conforme consta da Ata da Câmara Municipal de 5 de janeiro de 2023, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua atual redação, preencheu a vaga ocorrida.

Recordamos a todos os Senhores Deputados que da correspondência que foi recebida foi feita a difusão dos assuntos considerados relevantes. -----

Informa-se também que foi atempadamente disponibilizado on-line para consulta o resumo da correspondência recebida e expedida, sendo geralmente arquivada na pasta da sessão que se lhe segue, estando disponível para consulta no Gabinete de Apoio, sendo também acautelados todos os procedimentos para esclarecimento de situações colocadas. -- Informamos ainda que, conforme deliberação que foi aprovada por unanimidade na sessão realizada no dia 19 de dezembro, no que respeita à transformação do Abaixo Assinado remetido pela Junta de Freguesia de Calde, relativo à insuficiente cobertura de rede de telecomunicações, enviámos a referida Moção à Altice, ao Primeiro Ministro, aos Ministérios da Coesão Territorial e da Digitalização e Modernização Administrativa, bem como à Assembleia da República. -----

Perante as respostas da Altice e da Secretaria de Estado da Coesão Territorial, enviámos o teor da Moção e cópia das mesmas à ANACOM. -----

Quer os officios enviados pela a Altice, quer da parte da Secretaria de Estado da Coesão Territorial, estão disponíveis, assim como o officio que nós enviámos à ANACOM. -----

Reiteramos que entendemos ser incompreensível e inaceitável que ainda hoje haja territórios onde as comunicações eletrónicas são insuficientes ou inexistentes, o que muito contribui muito para aquilo que todos andamos sempre a tomar posição que são o agravamento das assimetrias e da desertificação dos nossos territórios. -----

Informamos também que dando seguimento ao que unanimemente foi acordado em reunião dos Grupos Municipais a Mesa formulou pedidos de reunião às Instituições de Ensino Superior de Viseu. -----

Os pedidos foram enviados no dia 19 de janeiro e já se encontram agendadas para o mês em curso, dias 13 e 27. -----

Quanto à reunião solicitada ao Centro Distrital de Viseu da Segurança Social, efetuada no dia 28 de julho de 2022, com insistências em 5 de setembro, 3 de novembro de 2022 e 18 de janeiro de 2023, informa-se que recebemos na passada quinta feira, dia 2 a informação do agendamento para o dia 14 de fevereiro, o que de imediato confirmámos. -----

Também informamos que, depois da interrupção de 2 anos forçada pela pandemia, vai realizar-se no dia 3 de março, a 16.ª Sessão Plenária da Assembleia Municipal Infantil, subordinada ao tema “Viver em Paz - Comigo, com os Outros, com o Mundo”. -----

Iremos então agora discutir e aprovar a Ata da sessão realizada no dia 19 de dezembro que foi disponibilizada para análise a todos os Senhores Deputados em simultâneo com os documentos de suporte aos assuntos que vão ser apreciados na Ordem do Dia. -----

Não chegou até nós, até agora, qualquer observação aos documentos distribuídos, pelo que estamos em condições de proceder à votação dos mesmos. -----

Em relação à Ata alguns dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iremos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? As pessoas que não estiveram presentes não votam. Então, quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *foi aprovada por unanimidade*. -----

Recordamos também que, as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia, serão feitas de acordo com o previsto no Regimento em vigor, e de acordo com o alinhamento que os Grupos Municipais já entregaram à Mesa. -----

Propomos que para efeitos de execução imediata, as deliberações, incluindo as do PAOD, sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. Por isso, todas as deliberações podem ser aprovadas em minuta, quer as do PAOD quer as da Ordem de Trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *foi aprovada por unanimidade*. -----
Íamos então iniciar o PAOD e dava a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves. -----

---- **UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes elementos da Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Vereadores, os Membros desta Assembleia, a Senhora e os Senhores Presidentes de Junta. -----

Senhor Presidente, antes de fazer a intervenção que tinha previsto gostaria de antes fazer aqui uma referência de Pesar pelo falecimento de um Viseense Distinto e gostaria que me fosse dada a palavra também nesse sentido. É para ver se é possível? -----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:** Tem a palavra. -----

- **O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo:** Muito obrigado. -----

Queria comunicar aqui à Câmara e deixar aqui em nome do PSD e manifestar o nosso Pesar pelo falecimento no passado dia 28 de janeiro, de Fernando Martins de Carvalho. — Um industrial dinâmico, empreendedor, que no seu tempo esteve sempre à frente daquilo que eram uma visão para o território e para a indústria, e com isso, com a sua capacidade empreendedora e de investimento permitiu que em Viseu se pudesse sediar por iniciativa privada uma das maiores empresas do setor, e com isto, na sua freguesia também ter tido a capacidade de criar melhores condições de vida para centenas de famílias que ao longo dos anos foram vivendo desta atividade. -----

Foi também um cidadão dinâmico e envolvido nas questões associativas, desde logo como fundador da AIRV, fundador também e participante de várias atividades de natureza desportiva, como “Os Repesenses” coletividades de Repeses ou Paradinha, e também de natureza Social e Humanística como são o caso da Confraria Santa Eulália, uma IPSS, e também pela sua dedicação intensa aos Bombeiros Voluntários. -----

Nesse sentido, o PSD gostaria de deixar aqui um profundo Pesar pelo desaparecimento de uma personalidade que muito contribuiu para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária que é a nossa, a de Viseu. -----

Nesse sentido Senhor Presidente, depois gostaria que se comunicasse também à Família este nosso sentido pesar enquanto Assembleia Municipal. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Então iríamos colocar à discussão este Voto de Pesar. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

---- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito obrigada Senhora Presidente. Cumprimento a Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu Dr. Fernando Ruas, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social e Senhores Funcionários. -----

Naturalmente que o Partido Socialista também se associa a este Voto de Pesar, realçando as qualidades e a importância deste senhor, um empresário de Viseu, um empresário do concelho que foi da maior importância independentemente enfim, de ter sido apresentado pelo PSD, mas nós associamo-nos, e daqui também os nossos sentidos pêsames ao familiar aqui presente, e de modo que o Partido Socialista se associa a este Voto de Pesar. -----
Muito obrigada. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Carolina. -----

---- **TRÊS – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE):** Senhor Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhora Presidente de Junta, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e Funcionários em exercício. -----

Naturalmente também nos associamos a este Voto de Pesar e comunicamos os nossos

sentidos pêsames. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção iríamos então proceder à votação deste Voto de Pesar. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* -----

Senhor Deputado Pedro Alves pode continuar a intervenção. -----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipes dos Santos Alves retoma a sua intervenção dizendo:* Obrigado Senhor Presidente. Reiterar novamente os cumprimentos. -----

O que me traz aqui hoje é uma intervenção que me foi estimulada pela vinda do Primeiro Ministro Secretário Geral do Partido Socialista no dia 28 de janeiro a Viseu para celebrar e marcar como relevante a comemoração de um ano de maioria absoluta do Governo do Partido Socialista, e, eu fiquei até surpreendido com o facto de se comemorar aquela data uma vez que, para mim só faria sentido se efetivamente estivessemos a entrar num novo ciclo político. A verdade é que estamos em 2023 e caso não tivesse sido interrompida a legislatura anterior, pelas razões que conhecemos, estaríamos este ano, em setembro ou em outubro a realizar eleições legislativas com duas legislaturas do Partido Socialista a dirigir o país. E, a reflexão que nós devíamos fazer não era comemorar um ano de maioria absoluta, é, o que é que o Governo do Partido Socialista e o Partido Socialista fizeram ao país durante 8 anos e o que é que trouxeram para a Região nesses mesmos 8 anos? É que uma coisa é a realidade com que os portugueses e os viseenses se confrontam, outra coisa é a propaganda e a máquina de comunicação do Partido Socialista e do Governo que rapidamente se apressam a anunciar um conjunto de situações que na verdade em nada melhoraram a vida dos portugueses. E, por isso, a pergunta que nós devemos fazer ou as perguntas que devemos fazer têm que ser muito claras. Hoje estamos ou não melhor do que estávamos em 2015? Recordemo-nos que em 2015 o Partido Socialista perdeu as eleições e quis assumir a liderança do país em governação com a extrema esquerda, e a verdade é que a marca destes 8 anos, são 8 anos. Qual seria o Presidente de Junta ou o Presidente de Câmara que passados 8 anos não apresentasse obra feita? Com que cara estaria a fazer um balanço ou uma festa? Uma obra que fosse. Hoje nós podemos fazer do balanço de 8 anos de governo, dois mandatos inteiros à frente do governo, é de reversões, e o que é que se reverteu? Reverteu-se aquilo que era importante não termos mudado. Reversões e a maior carga fiscal de sempre sobre as famílias e sobre as empresas. Um corte de mil milhões de euros nas pensões aos pensionistas. O investimento público menor de sempre dos últimos 58 anos. Então o que é que vieram aqui comemorar? E, vendo-se isto, então nas políticas setoriais, que dizer da Saúde com os atrasos nas cirurgias, com os atrasos e o aumento do tempo de espera para consultas, com o aumento das pessoas sem Médico de Família? Este é o resultado da ação do governo nos últimos 8 anos. -----

Passemos à Educação: temos os professores na rua, as famílias e os alunos neste caso sem professores. Mais de 60 mil alunos começam o ano sem ter professores. É esta a ação do governo do Partido Socialista. Mas poderíamos ir para um conjunto mais de outras situações, para a Justiça ou para outro tipo de avaliações mais concretas em termos de políticas setoriais. -----

Mas, passemos então aquilo que aconteceu em Viseu. O que é que durante 8 anos trouxe o Governo do Partido Socialista? Onde é que está a famosa duplicação do IP3 que supostamente devia concluir-se em 2024 conforme foi aqui assumido e anunciado pelo Partido Socialista e pelos seus camaradas, e que o fizeram também nas diferentes campanhas eleitorais? Nada! Nem projetos, nem concursos, e não sabemos quando é que vai ficar concluído. Vão passar 8 anos. Nem 10 anos para duplicar o IP3. Far-se-á agora uma obrzinha daqui até à Ponte de Santa Comba, não sabemos para quando, mas não conhecemos o projeto na sua totalidade. -----

E quanto à ferrovia, há alguns inteligentes que agora descobriram que o projeto da Ferrovia 2020, a requalificação da Linha da Beira Alta foi em 2016. Não foi! Isso é de uns

artistas que agora fizeram a reprogramação porque não cumpriram com aquilo que estava previsto em termos de investimento público e vêm dizer que foi o governo em 2016. Não! A Ferrovia 20/20 foi negociada pelo Governo anterior e em 2014 ficou aprovada e devia estar concluída já em 2021 toda a requalificação da Linha da Beira Alta, e estamos agora a meio e já ninguém se compromete como e quando é que ela vai ser feita. -----
Viu-se também no atraso das obras da Urgência que finalmente vem aí, também pudera, com quatro anos de atraso que não se fizesse. E outros programas nomeadamente ao nível do incentivo da fixação dos Médicos em territórios do interior. Porque é que Viseu passou ao lado? Há para outros territórios e não há para Viseu. A verdade é esta: é assim, se vieram aqui 8 anos depois fazer o balanço da sua ação governativa e festejar, não queiram festejar com os viseenses porque nada trouxeram para Viseu durante estes 8 anos. A única coisa que trazem é propaganda e boa comunicação, do resto a vida dos viseenses está pior, não há nenhum compromisso, nenhuma promessa eleitoral realizada, e espero que, Senhor Presidente, aproveite também esta oportunidade para que no balanço da atividade do governo, também não perca esta capacidade reivindicativa e mantenha na agenda tudo aquilo que está para ser feito. -----

E, só para terminar, porque se calhar ainda vão dizer também isto: vem agora aí o PRR que vai resolver tudo. O PRR vai resolver tudo, e o PRR é sobretudo o resultado da incapacidade do Governo na execução do investimento público, e o PRR, e é bom que se diga, que não ande agora o governo, e também os camaradas do Partido Socialista agora a embandeirar que é desta que o governo vai trazer. O PRR só existe porque há pandemia. Não se desculpem porque não fizeram porque houve pandemia e agora um Fundo Social, que é dos contribuintes europeus, é zero do Orçamento de Estado, venham agora anunciar que vai ser feito isto ou que vai ser feito aquilo como a estrada para o Sátão. A Estrada Viseu/Sátão que devia estar concluída já em 2018, não foi feita, vai para o PRR, vem agora certamente aí o governo a dizer que a vai fazer, mas vai fazê-lo à custa da pandemia, à custa do PRR, e por incapacidade não o fez antes, como a requalificação do antigo IP3. Digam-me uma estrada nacional, uma estrada nacional do concelho ou do distrito que tenha sido intervencionada durante estes 8 anos, excetuando aquilo que são as pinturas ou a manutenção corrente, do resto rigorosamente mais nada. São estes os 8 anos do Partido Socialista a governar. É este o resultado que não tem transformado, não tem tido a capacidade de reformar rigorosamente nada em relação aquilo que são as necessidades do país e da nossa região. -----

Muito obrigado. -----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra ... -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva pede para intervir. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo*: figura regimental? Um Protesto? É um Protesto? Tem a palavra a Senhora Deputada Lúcia Silva. -----

--- QUATRO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Ora, permita-me Senhor Presidente que eu reitere os cumprimentos e não podia deixar de maneira alguma de fazer portanto, um protesto aqui à intervenção do Senhor Deputado Pedro Alves, e que a bem da verdade, eu até pensei que, quando comecei a ouvi-lo que estava a situar-se entre 2011 a 2015, na altura em que o governo cortou os vencimentos, congelou carreiras, na altura em que 28 mil professores foram convidados a sair, na altura em que os portugueses perderam o Subsídio de Natal e o Subsídio de Férias, na altura em que não havia investimento, na altura em que os professores nas escolas tiveram mais carga horária, mais carga letiva, inclusivamente até os alunos já nem sequer podiam fazer viagens de estudo porque não havia verba para tal. Ou seja, eu pensei que estava precisamente nesse tempo, e até comecei a olhar para os meus papeis a pensar, bem, mas afinal em que ano é que estamos? Mas, afinal estamos em 2023, em fevereiro de

2023 e ainda bem que estamos. Ainda bem que temos um Primeiro Ministro, António Costa que foi capaz de devolver ao país esperança e confiança, confiança essa não só a nível interno como também a nível das estruturas e das instâncias europeias, porque realmente tem trabalho feito, e vir a Viseu, ainda bem que veio, porque ele tem obra para mostrar ao país, diretamente de Viseu. Porque repare: o IP3, é verdade, está atrasado, é um facto, está atrasado, é um facto, mas olhe, mas há uma coisa que os senhores também se vão rir, e vão-se rir mesmo à grande e à francesa, sabem porquê? -----

Um Senhor Deputado intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: ... à portuguesa, exatamente porque nós somos portugueses. Porque há uma pequena coisa, e até lhe chamo assim coisa, e com todo o respeito, enfim, por aquilo que é, que desde 2018 que foi aprovado nesta Assembleia que as Assembleias Municipais deviam ser transmitidas online, algo tão insignificante, e ainda não foram, ainda não foram... ---

Um Senhor Deputado intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: não, não... é para nós vermos... ó Senhores Deputados, a democracia permite-nos que nós com elevação possamos manifestar a nossa opinião. Manifestamo-la, ouvimo-la e temos o direito à figura regimental que é a figura do protesto, e, portanto, os senhores terão todo esse direito, portanto, agradecia com elevação que me ouvissem... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: mas a figura protesto... -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: sim, sim Senhor Presidente, mas há uma coisa que é o seguinte: tenho todo o direito e legitimidade de fazer a minha intervenção num ambiente tranquilo, porque eu também ouvi. Pronto. Muito obrigada Senhor Presidente. -----

... e, dizia eu, que algo que tem custos tão reduzidos, e desde 2018 que está para ser implementado e ainda não sabemos quando vai ser implementado, uma obra de milhões que vem do Orçamento de Estado... o IP3, já agora o IP3, é bom que se diga e é bom que os senhores percebam que quando o PSD foi governo disse na Europa que Portugal tinha muitas estradas. E, é verdade! Portugal tem estradas até de mais, mas não somos nós no interior, nós no interior precisamos delas e o problema é que para nós conseguirmos verbas/financiamento da União Europeia é preciso ... -----

O Senhor Presidente da Câmara intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: ... Senhor Presidente o senhor a seguir terá oportunidade de responder. -----

É evidente que para nós conseguirmos esse financiamento é preciso justificar muito, e, portanto, o IP3 é feito com o Orçamento de Estado, e quando os senhores... -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse comentários.

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: e está a ser feito Senhor Deputado. O senhor pode não querer ouvir, mas está a ser feito. Claro que é evidente que há atrasos, não podemos dizer que não há atrasos, claro que há atrasos, e esses atrasos são atrasos que nos confortam? Claro que não! Mas, os senhores sabem, e quem faz obras sabe que muitas das vezes é isso mesmo, as coisas nunca acontecem no tempo em que nós queremos, é evidente, porque nós também viajamos no IP3, e nós sabemos da importância que é o IP3, sobretudo na segurança do IP3 para as pessoas, e, portanto, isso não está a ser conseguido, mas vai ser feito e está a ser feito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Senhora Deputada deve eu terminar, está bem. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção

dizendo: sim! Só mais umas questões que eu tenho mesmo que abordar. O meu protesto ainda não terminou Senhor Presidente. -----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** está bem, mas tem 3 minutos e já os ultrapassou. -----

- ***A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo:*** e, portanto, a questão do PRR... só para lhe dizer o seguinte: o IP3, portanto, os senhores deixaram ali um *power point* em que havia uma portagem de 10 euros de Viseu/Coimbra se o IP3 fosse feito em autoestrada, também é bom que se diga, e depois dizer o seguinte: a questão do PRR, ainda é bem que temos um Primeiro Ministro que se chama António Costa, que teve, apesar da pandemia, que teve a capacidade de negociar na Europa um PRR, ainda bem que assim foi, e o PRR está a ajudar o país, e está a ajudar nomeadamente Viseu e as obras... -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- ***A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo:*** ó Senhor Deputado, atenção ao vocabulário! -----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** Senhora Deputada tem que terminar. Já vai em 5 minutos. -----

- ***A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo:*** Eu peço desculpa Senhor Presidente, vou já terminar. E, portanto, dizer-vos que o Senhor Secretário Geral, que veio aqui na qualidade de Secretário Geral e Primeiro Ministro, tem muitas boas razões para vir a Viseu porque Viseu orgulha-se do Primeiro Ministro que aqui esteve, e aliás, assim foi o resultado que nós tivemos nas eleições há um ano. -----

Muito obrigada. -----

--- ***MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:*** Obrigado Senhora Deputada. Eu pedia a todos que tivessem em consideração a intervenção até porque o Partido Socialista tinha a hipótese de fazer uma intervenção durante o Período de Antes da Ordem do Dia. --

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves solicita a palavra para um contraprotesto.

- ***O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:*** Senhor Deputado é um contraprotesto? Agradecia que fosse célere, está bem? -----

--- ***CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):*** Obrigado Senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos. -----

Senhora Deputada, a Senhora Deputada veio aqui fazer uma comparação daquilo que não é comparável, que é o período de 2015 até agora e o período de 2011 a 2015. E, o período de 2011 a 2015 tem uma assinatura: José Sócrates e o Governo do Partido Socialista. Banca rota! 74 mil milhões que pedimos de empréstimo lá fora, endividámos o país com o memorando da troika que os senhores assinaram e que obrigaram a que nós tivéssemos que cumprir e cumprimos com distinção, e o país passou novamente a ser respeitado lá fora pela capacidade de execução que tivemos do programa que os senhores assinaram. E se é verdade que houve cortes porque os houve, fizemo-los de forma justa, fizemos que quem mais podia mais cortes teve. Se havia gordura na Administração Pública tivemos o problema de ir aos funcionários públicos. É verdade, podia ter sido mais macio, mas não se enganou ninguém. Hoje, os portugueses pagam mais, paga o rico e paga o pobre porque aumentaram tudo o que é impostos indiretos. Temos a maior carga fiscal de sempre para as empresas e para as famílias e a senhora Deputada ainda se ri disto? Acha que isto é sensato? Acha correto? A senhora é responsável, aprovou os orçamentos todos com a maior carga fiscal de sempre e vem para aqui dizer que a culpa é do Passos Coelho. Não tem vergonha? E, quanto ao IP3 eu desafio a Senhora Deputada a sairmos daqui e irmos ver as obras. Vamos já ver as obras, o que lá está feito. Zero! Não foi feito rigorosamente nada, e por isso Senhora Deputada quando vem aqui tentar branquear aquilo que é a ação



do governo, diga-me uma obra, eu peço-lhe uma em 8 anos. Uma! Não é uma ligação de internet, caramba! Que comparação é essa? É pá, mas nisto aqui, estamos todos de acordo com a mesma..., não é comparar, é assim: diga-me uma obra, uma obra. Andaram a falar aqui em investimento público todos estes anos. Uma obra. Só lhe peço uma que não tenha sido atrasada das que estava previsto. Temos as Urgências que estavam previstas em Plano e aprovadas com fundos comunitários, atrasaram 4 anos, deviam estar terminadas em 2018. Vão para 5 anos. Quer mais? O Centro Oncológico, podíamos já ter tudo terminado, nem sequer há concursos lançados. Quer mais? Diga-me uma. Uma obra. Um investimento público da responsabilidade do governo nestes 8 anos. Se me conseguir dizer consegue-me calar, agora, vir aqui protestar por aquilo que não faz.... junte-se a mim, junte-se a nós no protesto contra o Governo do Partido Socialista, e aí sim, estaremos todos do mesmo lado porque estamos a defender os interesses de Viseu, mas a senhora mais uma vez é uma socialista perfeita, defende os interesses do PS e do governo e não dos viseenses. Foi o que aqui veio fazer. Mas, isto é o normal num socialista, nem se apercebe do que está a fazer não é. Por isso, se tiver que dizer mais alguma coisa diga-me um investimento público, uma obra. Não lhe peço rigorosamente mais nada. Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva pede para intervir para fazer um protesto. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: não, não, a senhora já fez um protesto. Já fez um protesto perante uma intervenção. -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva insiste e pede novamente para intervir para fazer um protesto. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: vai desculpar, isto não é protesto e contraprotesto. Teve a intervenção. Se quiser inscrever-se no PAOD inscreve-se no PAOD. Ainda tem tempo do Partido Socialista. -----

Tem a palavra o Presidente de Junta de Loba Adelino Esteves... -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo solicita que lhe seja permitido intervir em Defesa da Honra. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Defesa da Honra? Tem a Defesa da Honra, mas tem que explicitar, certo? -----

SEIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Senhor Presidente muito obrigada, e reitero os cumprimentos. -----

Quando eu solicitei a palavra em Defesa da Honra foi porque o Senhor Deputado Pedro Alves classifica-me como uma verdadeira socialista, que não defendo os interesses dos viseenses. Pois, aí é que está o seu erro, porque eu sou uma socialista que defende os interesses dos viseenses ... -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: não, não, levante-se o primeiro autarca que está aqui presente que nunca teve uma obra atrasada. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia silêncio. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: levante-se! O senhor vá ver, o Senhor Deputado vá ao Hospital e veja as obras que estão em curso, veja as obras que estão em curso. Agora, levante-se o primeiro autarca que nunca teve uma obra atrasada. Aliás, o senhor se refletir um pouco sobre Viseu terá muito que falar. As obras que foram prometidas e que não começaram, as obras que foram prometidas e que nunca foram feitas, e as obras que foram prometidas que foram feitas e que se atrasaram. Digam a primeira que não se atrasou. Digam uma também, diga uma Senhor Deputado. Pronto. -----



Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. -----
Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Loba Adelino Esteves. -----

----- **SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE RIO DE LOBA ADELINO SILVÉRIO FERREIRA ESTEVES (PS):** Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Colega e Colegas Presidentes de Junta, Deputados desta Assembleia Municipal, Funcionários, Público e Comunicação Social. -----

O que me traz aqui hoje Senhor Presidente, era um pedido que lhe vinha fazer enquanto Viseense, e no enquadramento do ano que vem sermos Capital Europeia do Desporto ... --

- *O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo:* Cidade. -----

- *O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Loba Adelino Silvério Ferreira Esteves prossegue a sua intervenção dizendo:* ... Cidade, Cidade Europeia do Desporto, vinha solicitar o seguinte: -----

Nós em Viseu temos uma modalidade que está a ser praticada há algum tempo, não há muito, que é o footgolf e temos tido um crescimento exponencial nesta modalidade. Já temos vários clubes federados aqui no nosso concelho e podemos-nos regozijar de termos o melhor campo do país para a prática da modalidade. E, neste momento sendo eu também membro da direção da Federação Portuguesa de Footgolf, e aqui puxar um bocadinho ao nosso concelho, ou seja, “a brasa à nossa sardinha”, vinha solicitar o seguinte: há uma pretensão da Federação Portuguesa de Footgolf em deslocar a sua sede de um escritório de Lisboa para as imediações de um campo de footgolf, é pretensão porque querem dinamizar mais a Federação, e estando perto de um campo de footgolf traria outra projeção e outro dinamismo e nesse sentido vinha pedir ao Senhor Presidente, se houvesse a possibilidade de uma escola primária, das que ainda estão sob a alçada do município, nas imediações, nas freguesias contíguas ao Campo de Golf Montebelo, se houvesse essa possibilidade de haver alguma cedência para a Federação, penso que seria uma mais-valia e seria um ponto de interesse para o ano sendo nós a Cidade Europeia do Desporto, teremos cá sediada uma das Federações Portuguesas de uma modalidade desportiva. -----
Nesse seguimento, queria também pedir, já que estamos na senda do pedido, na Radial de Santiago, no parque que fica a sul do Rio Pavia, já foi visitado por elementos da Federação Portuguesa de Footgolf, e havia a possibilidade de fazer-se ali a instalação de quatro a cinco buracos de footgolf, e havia total disponibilidade da Federação Portuguesa de os vir cá implantar, com o apoio do município, se assim fosse dada a abertura, não alterando em nada que é o traço que lá está implantado, não interferia em nada, nem com a arborística nem com tudo o que lá está implantado e era um acrescento e um chamariz também para mais praticantes da modalidade. Visto que neste ano de 2023, está previsto um Open de Portugal realizar-se aqui no Montebelo, com a possibilidade de termos cá um Major também, que é a prova mais importante a nível mundial, e penso que era uma projeção enorme que a nossa cidade podia dar nesta modalidade que tanto está a acrescentar jogadores à Federação Portuguesa de Footgolf. Nesse sentido, agradecia a melhor atenção. Bem-haja. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra a Deputada Amélia Soares. -----

----- **OITO – A SENHORA DEPUTADA AMÉLIA MARIA DA SILVA SOARES (CHEGA):** Bom dia a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e todos os presentes. -----

Senhor Presidente de Câmara, hoje trago um assunto que tem feito páginas de jornais. ----

Nas últimas 2 semanas, o tema mais discutido e importante de Viseu foi o nosso Aeródromo, inclusivamente foi várias vezes notícia de 1ª página na nossa imprensa. -----



Por um lado, fortes investimentos no respetivo espaço, em que o “Aeródromo é cada vez mais atrativo”, por outro lado que é altamente deficitário, ou seja, com um prejuízo de 200 mil euros e que, palavras do Senhor Presidente, teria que ter (e com o qual também concordo) contas equilibradas. -----

Agora sabemos que o seu Diretor, Comandante Paulo Soares, se demitiu, ou que foi demitido, quiçá saneado, sendo que na última sexta-feira, já existia uma outra versão em que afirmava, “que foi suspender a sua atividade”, “que vai suspender a sua atividade relativamente ao aeródromo”. Mas, que grande trapalhada. Afinal, em que ficamos? -----
Gostaria que isto fosse esclarecido. -----

Vamos ao que interessa: -----

O que se passa no Aeródromo de Viseu? -----

Como estão as contas no respetivo Aeródromo? -----

Importa salientar, de que Aeródromo moribundo, (pois esteve praticamente fechado em 2014 por falta de condições de segurança), é hoje a referência dos Aeródromos da sua classe, motivo de orgulho para todos os viseenses e de todos os beirões, pena é que o investimento nele seja tão medíocre, (veja-se o orçamento para 2023), até porque, como o Senhor Presidente afirmou, existem empresas que nele querem investir, mas para isso têm que ter condições. -----

Será que a Câmara quer mesmo esses investimentos e os anuncia sem que os mesmos estejam já concretizados ou é para esconder a sua inoperância ou falta de estratégia? -----

Os Viseenses estão preocupados. -----

Hoje o Aeródromo é motivo de orgulho e de desenvolvimento, temos que nos orgulhar do trabalho realizado. -----

Pelo que sabemos, em 2014 foram menos de 300 movimentos efetuados, menos de 1 movimento por dia, e passados 7 anos, no mesmo espaço, pelo que pudemos apurar, foram quase 20.000 movimentos feitos em 2022, mais de 50 movimentos por dia. Admitimos que é obra! -----

Temos de saber reconhecer o trabalho do Comandante Paulo Soares. -----

Senhor Presidente, poderá informar esta Assembleia da evolução do Aeródromo nestes 7 anos e o que concretamente pretende para ele? -----

Mas ainda mais importante, independentemente de conhecermos o Comandante Paulo Soares e o trabalho que fez, se demitiu, abandonou o cargo, colocou o cargo à disposição, foi demitido, ou se suspendeu a sua atividade, todos nós sabemos que através dele o Aeródromo deixou de estar ao abandono, deixou de ser uma coutada de alguns senhores ricos de Viseu que têm avião, para ser uma nova porta de entrada em Viseu e na região e de que todos nós nos podemos orgulhar. -----

Importa lembrar, que o Comandante Paulo Soares, Satense de nascimento, mas filho de Viseu do coração, soube erguer o Aeródromo de Viseu do abandono para a ribalta da aviação civil. Contra muito ceticismo e desconfiança, soube provar com mestria que o Aeródromo poderia ser uma alavanca de desenvolvimento do Concelho e da região, pelo que deveríamos estar-lhe gratos. -----

Salvo alguma situação que desconhecemos, lesiva dos interesses e bom nome de Viseu, mas que o Senhor Presidente da Câmara nos irá informar, consideramos que o Senhor Comandante Paulo Soares é justo merecedor do seu reconhecimento e do nosso reconhecimento. -----

Consideramos pois, que a Assembleia Municipal deve formalmente manifestar o seu reconhecimento ao Sr. Comandante Paulo Soares pelo profissionalismo, dedicação e empenhamento no trabalho realizado no nosso Aeródromo Municipal durante estes 7 anos, pelo que o CHEGA Viseu, propõe desde já um voto de louvor ao Comandante Paulo Soares. -----

Aguardamos explicações. Tenho dito. -----

Muito obrigada-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradecia então que apresentasse à Mesa o Voto de Louvor. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

---- **NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Apenas para esclarecer que, eu não voto nas se votasse votava 12 ou 13 ou 14 votos de louvor. Agora, é curioso, eu não sei se o CHEGA faz sempre isso, e até me custa por uma pessoa que conheço há muitos anos, fazer aqui uma intervenção, na base de tudo errado. O Senhor Comandante Paulo Soares escolheu connosco o novo Comandante. O Senhor Comandante Paulo Soares trabalhou connosco na solução que temos agora. Mais, não vale a pena, o Senhor Comandante Paulo Soares explicou-nos porque é que quis sair. Portanto, estar aqui a fazer... tudo aquilo é verdade, mas há uma interpretação errada daquilo que eu disse. Eu não disse que o Aeródromo era altamente deficitário, disse outra coisa que é preocupação do Presidente da Câmara, ainda por cima que tem responsabilidades como eu tenho de ser um economista de já lá muito longe, tenho a obrigação de pôr o Aeródromo com contas equilibradas, isso parece-me que nenhum viseense me perdoaria se não o fizesse e, portanto, também não disse que o Aeródromo era altamente deficitário, que não é! O Aeródromo tem muitas, muitas isenções que são suportadas pelos contribuintes de Viseu e, portanto, nada do que disse... não há nenhuma trapalhada, não há nenhuma trapalhada. Mais, nós tivemos numa carta extremamente simpática no dia 27 de dezembro a explicação que o Senhor Comandante que tinha que abandonar funções, e combinou connosco prolongar até... já agora uma outra coisa, convém esclarecer tudo. Este contrato é uma coisa que existe, mas convém estudar as coisas antes de vir para aqui. Este contrato chama-se um ACIP, acho que é assim, a três: Câmara, o Comandante e a Instituição que o suporta e, portanto, este também para ser, digamos, desvinculado também tem que ter estas três posições, mas o que me espanta é que nós tratámos disso com a pessoa indicada. Das últimas coisas que fiz no final da última semana foi reunir com o Senhor Comandante durante toda a tarde, numa conversa simpática, e mais, e reunir e conhecer o novo Comandante que convidei formalmente com ele. Já viram que explicação. Isto é fazer perder tempo numa situação em que... eu não queria já tenho que chegue, mas se calhar o Fernando Ruas também podia ser louvado. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** então está em discussão o Voto de Louvor. Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana. -----

---- **DEZ – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restantes Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Membros/Colegas, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral. A Bancada do PSD associa-se ao Voto de Louvor porque o Comandante que cessa agora funções no Aeródromo de Viseu é uma pessoa com um curriculum sobejamente conhecido, que demonstrou ao longo do tempo para o qual foi contratado pelo município, rigor técnica e cumpriu sobejamente com os objetivos que estavam previamente destinados e, portanto, merece da nossa parte esse reconhecimento e, portanto, associamo-nos. ----- Ao que não nos podemos associar, são os considerandos e às informações ou considerações partidárias da nossa Deputada porquanto não nos revemos minimamente nelas. ----- A contratação deste Comandante foi feita pelo Município de Viseu, numa perspetiva de cumprir de cumprir com objetivos que foram definidos para realçar esta infraestrutura de referência da nossa região, este Município ao contrário das considerações que nós fizemos respeitou-o na íntegra, e até colheu dele a solução futura para o mesmo, numa política de continuidade, sobre a qual nada temos a opor, bem pelo contrário. Parabenizamo-la porque continua-se a dar enfoque aquilo que é a importância de uma sã liderança e um desenvolvimento técnico que se impõe aquela infraestrutura e, portanto, revemo-nos no

Voto de Louvor, não nos revemos minimamente nos considerandos feitos que os refutamos na íntegra. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. -----
Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

----- **ONZE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito obrigada Senhor Presidente. O Partido Socialista associa-se única e simplesmente ao Voto de Louvor que foi aqui também referenciado. Tudo o resto reservamo-nos para mais tarde, para uma discussão posterior. -----
Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção iremos proceder à votação do Voto de Louvor. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* -----

Tem a palavra a Deputada Carolina Gomes do Bloco de Esquerda. -----

----- **DOZE – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE):** Reitero os cumprimentos anteriormente feitos. Trago uma Moção para colocar à discussão e votação, intitulada “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores”. -----

Passo a ler os considerandos: -----

A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da Educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho. -----

Os sinais desta degradação são conhecidos. Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência. -----

Ao longo dos anos, o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. O Governo foi impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos. -----

De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da Educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O Governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, está nas ruas, é visível em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da Escola Pública. -----

Os processos de municipalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. (e sobre isto temo-nos manifestado diversas vezes nesta Assembleia Municipal). A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas. São as Escolas quem pode assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas. -----

O reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública, é fortalecer a democracia. -----

Passo a ler agora as propostas de deliberação: -----

1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente. -----

2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho. -----

3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente. Disse! -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Está em discussão esta Moção. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

---- **TREZE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Reitero os cumprimentos Senhor Presidente. -----

Em relação à Moção que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda aqui nos traz cabe-me dizer o seguinte: os professores dos quais eu também faço parte, porque já sou professora há mais de 30 anos e conheço muito bem a dificuldade que é ser professora e nomeadamente pelo facto de, até a começar pela colocação de professores, porque eu já dei aulas de norte a sul do país, a minha filha tinha 4 meses e dei aulas em Chaves, a minha filha tinha 4 anos e eu fui colocada no Algarve e ela sempre me acompanhou. Eu conheço muito bem as dificuldades da profissão de professora, mas, também sei e todos sabemos que o Ministério está a proceder às maiores diligências para solucionar, é evidente que não vai ficar tudo resolvido, mas para minimizar na carreira de professor aquilo que tem de menos bom, e a começar pela colocação, e, portanto, neste momento está em cima da mesa em debate, em cima da Mesa em discussão com as devidas entidades, com os devidos sindicatos, precisamente a alteração da colocação de professores, para se acabar com aquilo que todos nós agora chamamos, “acabar com a casa às costas”. Ou seja, o Ministério está concentrado em resolver problemas. Além desse também está concentrado e também já foi acordado para evitar que os professores se desloquem mais de 200 km por dia, porque há efetivamente professores que assim têm que o fazer. Os quadros de zona pedagógica que eram no fundo zonas que permitem aos professores ficarem vinculados, atualmente nós temos dez para um território bastante vasto e vão aumentar para 63, ou seja, vai-se reduzir à dimensão dos quadros de zona pedagógica. -----

Ao nível também, ao nível dos intervalos para os professores do 1º ciclo, portanto, os professores do 1º ciclo têm a versão monodocência, os intervalos também foram considerados na componente letiva. -----

Depois, os professores contratados, aqueles que são contratados há já vários anos, também foram criados já escalões para que os professores fiquem a usufruir o vencimento correspondente ao tempo de serviço, independentemente de serem ou não vinculados. -----

A questão dos precários que nós tivemos ... -----

Alguns Senhores Deputados manifestam-se dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia silêncio. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: sim! Eu ouço toda a gente em silêncio. Obrigada. -----

Em relação também à questão dos precários e combater a precariedade, é também um dos propósitos deste governo nomeadamente do atual Ministro, e, nós sabemos que foi criada uma norma, chamada Norma Travão que impedia professores de poderem candidatar-se aos lugares de quadro, e, neste momento essa Norma Travão evoluiu de modo que um professor possa ser vinculado com a contagem do tempo de serviço. -----

Alguns Senhores Deputados volta a manifestar-se dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo: aquilo que eu digo pode não interessar a todos, mas infelizmente ou felizmente aqui estou, o povo elegeu-me. -----

E, portanto, dizia eu que, neste momento, em relação à carreira docente, portanto, o governo está empenhado em colaborar com os professores, mas, também há aqui uma questão que nós gostaríamos e que é bom que todos nós percebamos. Talvez tenhamos um problema, não é da carreira dos professores, é de toda a Administração Pública, porque a bem da verdade toda a Administração Pública e as carreiras precisariam de ser revistas, só que também, nós temos a consciência que não há nenhum governo que dê tudo a todos, porque o país tem recursos limitados e as carreiras têm de ser vistas de uma forma global, e nesse sentido temos de ir caminhando, temos de ir trabalhando para uma melhoria das carreiras, mas nós também percebemos que aquilo que muitas das vezes todos gostaríamos de fazer é impensável porque na verdade o nosso país não tem os recursos que nós gostaríamos que tivesse, nem o nosso nem outro qualquer país e nem este governo nem qualquer governo, nem neste país nem em qualquer país de qualquer parte do mundo. ---
E, portanto, dizer o meu ponto de vista sobre a Moção da Senhora Deputada do Bloco de Esquerda. -----

Muito obrigada. -----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio. -----

--- CATORZE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros Membros desta Assembleia Municipal, Público em geral, Funcionários, Comunicação Social. -----

Duas coisas muito rápidas: -----

Primeiro dizer que esta Moção que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, traz um bocadinho da triste realidade do que se passa na Educação em Portugal, e obviamente só quem está desatento é que não percebe essa realidade, a dimensão que está a tomar, e que não sabemos até onde é que irá, o que é a grande dúvida neste momento. -----

Agora, eu venho aqui porque não podia ficar ali sentado, tenho feito parte de todas as reuniões sindicais que têm havido com o Senhor Ministro desde o início sobre estas matérias, aqui é a questão da boa vontade do Senhor Ministro. Esta é que me fez pedir a inscrição para falar porque é assim: tudo o que nós vemos é tudo menos uma boa vontade de resolver o que quer que seja. As intenções até podem ser das melhores, e estou a dizer aquilo que lhe disse a ele próprio, a questão é que a prática prova precisamente o contrário, e não foi por falta de avisos que foram feitos, e, portanto, estamos a chegar a este ponto e não sabemos como é que se vai conseguir sair daqui porque conseguiu capitalizar-se uma revolta generalizada, conseguiu trazer-se todos os problemas ao mesmo tempo para a Educação e agora urge resolvê-los. É óbvio que neste momento há uma proposta em cima da mesa que tem a ver com concursos e obviamente que há matérias em

que há aproximação com os sindicatos, nomeadamente a questão dos quadros de zona pedagógica, a própria proposta que levei era para aumentar para 40 e tal e a proposta veio para 60 e tal, veio para 63, portanto, nesse aspeto é melhor, só que, dá-se com uma mão e não é tirar com a outra, é algo muito mais grave, vamos lá ver se eu consigo que me entendam facilmente, é que vamos dar a imagem que vamos dar mais estabilidade criando quadros de zona pedagógica mais reduzidos, ok, só que se cria a instabilidade daquele professor que estando já efetivo e há não sei quantos anos numa escola, corre agora o risco de poder ir parar a cento e tal quilómetros, portanto, e assim, aqueles que julgavam que até já estavam sossegados vão agora ter a instabilidade, portanto, vejam que as situações aparentemente parecem muito boas, vem o bolo todo muito agradável aos olhos, e quando a gente vai abrir o bolo vai dar conta que vem lá dentro... antigamente havia a fava no bolo rei não era, e, portanto, aquilo tem lá uma fava, e essa fava é muito complicada, portanto, não é por dizer que de manhã se trata muito bem, mas depois à tarde já não se trata bem, as situações são muito complicadas. Agora, que boa vontade é a do Ministro quando na última reunião que era expectável que houvesse alguma coisa, estivemos dois meses e uma semana sem reuniões porque havia a necessidade de fazer estudos profundos para se chegar a números e com mensagens concretas e depois chegamos: -----

Melhoria dos salários a resposta - zero; -----

Apoio aos deficientes deslocados - zero; -----

Atratividade da profissão de docente - zero; -----

Acabar com as vagas do 5º ao 7º escalão - zero; -----

Recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias - zero; -----

Alteração da avaliação de docente - zero; -----

Respeito pelo tempo de trabalho - zero; -----

Redução do número de alunos por turma - zero; -----

Alteração de mobilidade por doença - zero. -----

Vimos cheios de zeros, até foi complicado arranjar um saco onde a gente conseguisse meter tantos zeros não é, e esta questão da mobilidade por doença é algo do mais grave que alguma vez foi feito até hoje, porque foi-se meter precisamente com os professores mais fragilizados. Nós até aqui tínhamos cerca de 8 mil professores, e é bom vermos que estamos a falar de um universo de 150 mil professores, portanto, 8 mil de 150 mil que tinham mobilidade de apoio para apoio à sua doença ou à doença do seu familiar, foi transformado num concurso, e, portanto, isto era analisado com base em comprovativos médicos, ok, e foi transformado num concurso e no concurso foram mobilizados 4 mil e tal, quando o expectável é que este ano, que vem em crescendo, os professores também como os outros, cada ano que passa estão um ano mais velhos não é, e, portanto, o expectável é que este ano fossem 10 mil a ter mobilidade e houve 4 mil a terem mobilidade, portanto, houve 6 mil que não tiveram mobilidade, e os que não tiveram mobilidade, os 6 mil estavam menos doentes? Não sei, porque não teve rigorosamente nada a ver com esse tipo de fatores, e como não teve, isso é da maior injustiça que pode haver, e temos casos concretos de algumas pessoas que alguns daqui conhecemos, uma das pessoas que veio a falecer até estou aqui em Viseu, não faleceu obviamente pelo facto de ter ou não ter havido mobilidade por doença, não é essa a situação, a questão é que os últimos dias foram mais penosos. Quando a pessoa já há 7 anos conseguia ter colocação perto de casa, e era aqui em Almeida, o último mês de vida teve que ir trabalhar para 150 km de casa, ali no Distrito de Castelo Branco. E, esta situação, é uma situação que é grave, que urge alterar para que para o ano não se venham a repetir estas mesmas situações, e como eu estou a dizer viemos com um saco cheio de nada. -----

A Moção que é aqui apresentada, efetivamente é verídico o que lá está, mas dava para acrescentar por 10 vezes mais situações agravadas. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo? -----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores, colegas Deputados, Público. -----

Bom, eu vou procurar fazer uma intervenção curta, que não é fácil, dada a vastidão do tema também. -----

O Senhor Deputado Manuel Teodósio trouxe aqui um conjunto de informações que, enfim, as quais muitas delas são factos, correspondem à realidade, mas a verdade é que traz outras também que nos devem deixar a todos a pensar, quando digo a todos, não digo a todos aqui só nesta Assembleia Municipal, digo a todos enquanto país. O Senhor Deputado Manuel Teodósio diz que era expectável que este ano fossem aprovadas 10 mil mobilidades por doença e apenas foram 4 mil, e eu lembro ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, como provavelmente ele sabe e por isso o estou a lembrar, que havia uma escola secundária neste país cujo quadro de professores se encontrava completo com cerca de 120, e nessa mesma escola estavam 260, e eu pergunto ao Senhor Manuel Teodósio se conhece alguma organização, alguma empresa, algum serviço público, alguma câmara municipal, alguma coisa que nós queiramos imaginar, alguma coisa que nós queiramos imaginar que possa funcionar regularmente com números desta natureza? Imagine Senhor Presidente da Câmara Municipal num departamento da câmara precisa de 30 pessoas para ele trabalhar e tem lá 120. Enfim, estão lá 120. Porque é que houve uma intervenção... e eu devo dizer, também há aqui outro aspeto curioso, nós em matéria de Educação todos nós somos mais ou menos especialistas, porque ou andámos na escola ou temos filhos na escola, ou temos família na escola, toda a gente sabe falar de Educação, e eu enfim, junto-me à maioria porque também acho que sei falar de Educação. Não sei do ponto de vista dos tais estudos que o Senhor Ministro pediu para em rigor fazer e estudar, agora, enfim, também tenho uma opinião, tenho uma opinião sobre como é que o sistema deve funcionar, e vou dizê-la aqui, vou dizê-la aqui comprometido que estou com este órgão e com outros onde também pertença, mas é a minha opinião. É ingerível! O Ministério de Educação nos termos como existem hoje as regras, é ingerível, e o Senhor Deputado Manuel Teodósio lembrou-nos aqui porquê? Porque a boa medida do aumento dos quadros pedagógicos de 60 e tal é boa, mas não é boa, porque para alguns vai criar problemas. Foi o próprio Senhor Deputado Manuel Teodósio que aqui o disse. Uma boa medida, nós levávamos 40 e tal e o Ministro vai fazer 60, é espetáculo, mas afinal não é, porque há alguns professores que vão ficar eventualmente na condição de ter que mudar de escola, porque é sempre assim, são 120 e tal mil, nunca há uma medida nem nunca vai haver que chegue para todos. Haveria, vamos todos aumentar os salários dos professores até ao infinito e aí tudo batia palmas e estava tudo bem. Não conheço também outro tipo de organização que possa funcionar dessa maneira. Garanto-lhe uma coisa Senhor Deputado Manuel Teodósio, se há Ministro que defende os professores, se há Ministro que sabe... e o senhor sabe disto, se há Ministro que sabe verdadeiramente de Educação, se há Ministro que valoriza a Educação, enquanto evidentemente atividade indispensável ao desenvolvimento de uma sociedade, é este Ministro. Infelizmente encontra-se na circunstância, infelizmente encontra-se na circunstância de como eu costumo usar a imagem, abanou, abanou, abanou, sabe porquê? -----

Alguns Senhores Deputados volta a manifestar-se dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Não pode haver intervenções, agradecia silêncio. Não podem intervir está bem. Agradecia silêncio. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: é inclusivamente muito paradigmático o caso deste Ministro, porque quem o conhece como eu o conheci como Secretário de Estado, de quem fui colega, e todos vós, e se calhar o Senhor Professor Manuel Teodósio também, era a pessoa mais aplaudida, era impressionante. Eu entrava com o meu colega Secretário de Estado da Educação João Costa nas escolas, à Alexandra Leitão que também era colega, era ó Senhora Secretária de Estado está aqui isto tudo a cair e tal, é preciso aqui paredes, é preciso aqui pinturas, é preciso coiso, ao Ministro... com o Senhor Secretário de Estado João Costa era palmas. Ali uma vez na Alves Martins foram 200 de pé a aplaudi-lo. Você é o maior, você é que tem que ser o Ministro, você, você, você. É o caso paradigmático que de facto em política passa-se de bestial a besta que é um... é de um dia para o outro. -----

Dito isto, o que é que eu aqui vinha dizer? Que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar como cada um e cada uma entender na sua consciência esta Moção, onde eu pessoalmente reconheço, claro, reconheço, a Senhora Deputada Lúcia já aqui falou, toda a gente conhece casos absolutamente injustos na Educação, toda a gente, mas eu também conheço alguns, porque o Senhor Presidente da Câmara é muito hábil a fazer estas coisas, normalmente eu concordo com ele quando ele faz isto, a gente não pode tomar o todo pela parte, nem a parte pelo todo. Eu tive muitos professores também, toda a gente aqui também teve muitos professores. Tenho um amigo meu que diz, tenho alguns deviam devolver o dinheiro todo que receberam ao Estado. Todo! E, tive muitos muito bons. Toda a gente aqui aconteceu-lhe a mesma coisa, porque há bancários bons, há bancários maus, há enfermeiros bons, há enfermeiros maus, há médicos bons, há médicos maus, e nos professores há de tudo, é igual, é onde há pessoas, ou não é assim? Alguém aqui é capaz de discordar disto que eu estou a dizer? Há os que estão com problemas psicológicos, há os que são malucos, há os que tratam mal os alunos, há os outros que fazem tudo pelos alunos, há os outros que gastam o dinheiro, é assim, e enquanto não for o Senhor Presidente da Câmara, é a minha opinião, ou o Senhor Diretor da Escola ou alguém localmente, coisa que os professores também não querem, porque não querem, mas enquanto não for de base local, a minha opinião João Paulo Rebelo na Assembleia Municipal de Viseu é ingerível! Ingerível! Quando quiserem aceitar uma base local, foi como começou, recordam-se? Porque o Ministro disse é pá não temos professores, há aqui uns grandes problemas e tal, se calhar vão ter que ser as câmaras, porque os Senhores Presidentes de Câmara infelizmente estamos a viver os tempos que estamos, parece que são todos corruptos, parece que são todos ladrões, parece que são todos vigaristas, que só fazem não sei o quê, só metem os amigos e só metem não sei que mais, mas se forem os diretores das escolas não é diferente, também só vão meter os amigos, os primos, o tal, tal e tal, portanto, minhas caras e meus caros senhores lamento a forma até de alguma maneira, enfim, com o coração na boca como falei, porque me encontro mesmo dilacerado, porque ainda nem sei como é que vou votar a sua Moção Senhora Deputada, lamento, é que ainda não decidi como é que a vou votar, porque eu gostava era que a sua Moção também pudesse falar sobre soluções, sobre como fazer? Bom. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, obrigado. Tem a palavra o Deputado António Jorge. Depois também pediu para intervir o Deputado Teodósio e o Deputado Pedro Alves. -----

----- DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JORGE GOMES RODRIGUES (PPD/PSD): Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Deputadas, Presidentes de Junta, Público presente e responsáveis pela logística desta Assembleia, Funcionários. Muito bom dia. ----- Realmente é uma situação incómoda, eu não fazia conta de aqui vir, mas venho dizer que realmente é uma pena não serem gravadas estas Assembleias. Vão para Ata, os

comentários vão para Ata para saberem que temos aqui tentáculos do governo, pessoas que não são minimamente solidárias, minimamente solidárias. -----

- A Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo. -----

- O Senhor Deputado António Jorge Gomes Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo: não me ouviu falar. Eu já vi que é bom no bate boca aí de fora, mas não me ouviu falar quando falou. É uma pena, professores, pessoas que conhecem bem, já vi que conhece bem as dificuldades da classe docente, não estarem solidárias com aquilo que acontece neste momento neste país. 50 mil, 100 mil, estão todos enganados, só o governo é que está certo, só o governo é que está certo. Há uma coisa muito importante, é a dignidade e a nossa consciência. Eu acho que estava na altura de haver uma tomada de posição por parte de quem é professor dentro do parlamento e muitos são de Viseu com responsabilidades parlamentares para dizer o que pensa, para votar naquilo que é melhor para o país e para a Educação. A Educação nunca esteve tão mal como está atualmente. Nós conseguimos ver situações, e eu falo com conhecimento de causa, com profundo conhecimento de causa, que nunca nos passariam pela cabeça, portanto, somos considerados uns “bandalhos” pessoas sem autoridade, sem autoestima. Eu não consigo perceber... eu não chamo a isto disciplina partidária, é só isto que eu quero aqui vir dizer, eu chamo a isto “carneirismo político” é alinhar por um rebanho de ovelhas que seguem todas o mesmo alinhamento, o mesmo trajeto e não terem consciência de que estão a ir contra os próprios colegas. Deviam ser gravadas que era para saberem que há Deputados em Viseu que são contra, e não são a favor, não são solidários com os princípios que existem hoje a favor dos professores, mas, que são só na teoria. Estão sempre abertos ao diálogo, estão sempre abertos à negociação, mas não negociam nada. A razão veio aqui ter. Eu se vou fazer um negócio, mas vou “teso”, se não tenho dinheiro eu não posso negociar, não posso dizer que estou a querer negociar, portanto, veio aqui dar a razão que, Portugal não pode, só pode para aquilo que quer, para dar as indemnizações que quer, para os contratos que quer, para aquilo que quer há dinheiro. Agora, para negociar? Eu nunca vou fazer um negócio se for com a carteira vazia. Eu se for “teso” fazer um negócio eu venho-me embora porque não tenho capacidade de negociação. Então, não se diga que há abertura à negociação. -----

Dou só este concelho: aqui há uns tempos, há uns anos largos os Deputados Insulares votaram contra o seu próprio partido que estava no governo a favor dos interesses das ilhas, das suas ilhas. Dos fracos não reza a história. -----

Já que estamos na Cidade de Viseu e que isto vai ficar gravado em Ata, e que as pessoas podem consultar no futuro, porque isto é só o início de um grande problema, isto é apenas o início de um grande problema. Dos fracos não reza a história. Não prefiram ser cobardes vivos do que heróis mortos. Coloquem-se ao lado do Viriato, não se coloquem ao lado dos traidores, daqueles que o entregaram aos Romanos. Termina. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio. -----

----- DEZASSETE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente, reitero os meus cumprimentos, para não gastar muito mais tempo, e dizer aqui porque fiz uma intervenção e geralmente quando falo, a intervenção não é uma questão pessoal, é uma questão em termos daquilo que eu penso, que represento, mas o Deputado João Paulo quis falar diretamente para mim e eu também não tenho qualquer tipo de problema de falar diretamente com ele que a gente até damo-nos bastante bem, não tem qualquer tipo de problema relativamente a isso. -----
Na intervenção que ele fez aqui, eu até me senti mal, parece que o problema sou eu, e sou eu que ando em sentido contrário na autoestrada, e, portanto, se for assim eu emigro para outro país e fica o problema da Educação resolvido em Portugal com toda a simplicidade e

com todo o gosto. Se sou eu o causador de alguma preocupação e da situação que se encontra em termos de Educação, então o remédio é extremamente simples. ----- Não! A questão, aliás, ficou aqui bem descrita na intervenção de quem me antecedeu, é que eu nunca disse que o Senhor Ministro da Educação não quer fazer o melhor, eu disse-o aqui. Em algumas coisas a gente pensa que a fazer um ato tem resultado, mas ele acaba por ter um efeito por vezes contrário, e também fiz essa referência aqui, mas agora o que se passa é que estas coisas que estamos a falar são coisas que é preciso dinheiro, é preciso Orçamento de Estado, e obviamente que estamos a chegar à conclusão, e o Deputado João Paulo podia ter dito aqui e que era completar, o Senhor Ministro da Educação sabe, o Senhor Ministro da Educação quer fazer, mas o Senhor Ministro das Finanças e o Primeiro-Ministro não lhe dão o que é necessário para fazer o que quer que seja. Este é que é o problema que temos neste momento. É que entendemos que é preciso salvar a TAP, então arranja-se este mundo e o outro, não há qualquer tipo de problemas para salvar a TAP. É preciso salvar a Educação e o Serviço Nacional de Saúde, pois, vamos lá ver se isto vai passando para os privados que dava jeito, que é o que está a acontecer na Saúde, está a passar a grande ritmo para o privado e, portanto, o problema da Saúde vai ser resolvido assim, e eu tenho receio que em termos do público isso também aconteça, aliás, as notícias dizem claramente que neste momento os colégios privados já têm as lotações todas esgotadas para o próximo ano, já há listas de espera, porquê? Porque o serviço público não está a dar resposta. E porque é que o serviço público não está a dar resposta? Pelas razões que estão mais do que elencadas e, portanto, não é preciso estar aqui a dizer o que quer que seja. A forma como as pessoas se mobilizaram, a forma que se está a ver esta contestação, a forma como individualmente cada professor está a pôr cá fora a revolta que vem acumulada de há não sei quantos anos, porque é disto que estamos a falar, e que há sempre aquela expectativa e a esperança, pode ser que seja agora, pode ser que seja agora, e depois vemos sempre que “a montanha pariu um rato” e as situações não acontecem, e depois há a revolta quando ainda se vê alguma coisa que poderia ajudar a desaparecer e, portanto, o caminho vê-se todo ao contrário, agora, em termos de negociação estou à vontade porque levei no corpo a boa vontade comercial, a boa-fé, porque nós apresentámos, aliás, a todos os partidos, e ao Senhor Ministro as nossas propostas concretas, porque nós não fazemos a reclamação, primeiro fazemos a propositura. Eu reuni duas vezes com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, reuni duas vezes com todos os Grupos Parlamentares, entregámos esse documento ao senhor Ministro da Educação e ao Governo, portanto, estão lá as propostas daquilo que nós entendemos que deveria efetivamente ser feito e com a devida fundamentação. Foram elencadas as situações mais complicadas e propusésemos que houvesse aqui um calendário até de resolução porque não podem ser todas resolvidas ao mesmo tempo, mas, aqui é que houve uma situação complicada por parte do Ministério da Educação em que foi passando o tempo e não foi dada resposta e aquelas que foram feitas foi pior a emenda que o soneto, é o que eu estou a dizer. Esta questão da mobilidade por doença, é só quem não se vê envolvido nelas. Eu terminei as reuniões suplementares com o Senhor Ministro a dizer: ó Senhor Ministro, olhe, eu vou de consciência tranquila, eu vou dormir descansado porque eu fiz tudo o que estava ao meu alcance para se ver as situações, só que eu percebo que desse lado aí vocês veem as coisas com uma folha de Excel, eu estou a ver as pessoas. E disse: em setembro vocês também vão começar a conhecer as pessoas e infelizmente isso veio a acontecer. -----

Muito obrigado. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Eu pedia a todos os Senhores Deputados que tivessem... tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

---- DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES

(PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos. -----
De uma forma muito rápida recordar aqui uma ou outra situação relativamente a esta questão que foi levantada da Moção do Bloco de Esquerda sobre a carreira docente. -----
Eu não vou dizer que percebo muito de Educação, que não percebo muito, mas de política percebo um bocadinho pelo menos naquilo que foram os factos recentes sobre esta questão que ainda agora vieram falar, congelamentos e tal. Acho que todos estamos recordados do Primeiro Ministro António Costa em 2018 quando houve uma tentativa de recuperação do tempo integral de serviço, de dizer uma coisa destas: ou há IP3 ou há recuperação do tempo de serviço. Isto foi verdade. Não pode haver as duas coisas, ou há uma ou há outra, temos de escolher. Não temos nada! Se tiverem dúvidas vão ao polígrafo que isso está lá, não fui eu que... ou há IP3 ou há ... e aqui há pouco disse o Manuel Teodósio uma coisa, mas há para a TAP, e para a TAP são 3,2 mil milhões de euros o que quer dizer que são 23 ou 24 IP3 que podiam ter sido feitos durante 8 anos, mas a opção foi meter o dinheiro na TAP. Podiam ser feitos 124 Centros de Radioterapia com o mesmo dinheiro da TAP. Zero! E, podíamos recuperar o tempo de serviço integral durante 10 anos no Orçamento de Estado. Dez anos! É o custo segundo o Ministério da Educação, ou seja, são opções políticas, mas o que é que aqui acabou de ser dito por parte do Partido Socialista, este desespero, foi aquilo que disse desde o início, em 8 anos digam-me uma estratégia para uma área setorial? Não sabem o que andam a fazer. Foi a assunção clara de que não há uma estratégia para a Educação em Portugal. O que acabou aqui de dizer é que o Partido Socialista não tem um governante competente capaz de o fazer e durante este período... o João Paulo está-se a rir, é óbvio, toda a gente batia nas costas do Secretário de Estado porque não decidia rigorosamente coisa nenhuma, no dia que teve de decidir teve problemas, é óbvio, porque antes quem decidia era o Mário Nogueira. Para terem lá o Ministro que tiveram, quem mandou no Ministério de Educação durante 6 anos foi o Mário Nogueira, e de repente acabou a geringonça e o povo veio à rua. Esta é que é a verdade. Durante esse período foram enganados, porque o amancebamento que houve com a geringonça fez com que muita gente estivesse silenciada durante muitos anos, mas as pessoas estiveram a sofrer em silêncio e de um momento para o outro estão todos na rua. Mas o problema é que cabe hoje ao governo fazer esse processo, isto é uma responsabilidade do governo iniciar o processo negocial com todas as entidades do setor, sindicais ou não, e encontrar as soluções porque o problema está nos alunos que não têm aulas, o problema está nas famílias que não encontram soluções para os seus problemas e a responsabilidade é só do governo de mais ninguém e o que nós estamos a assistir neste momento é um passar de culpas, não fazem outra coisa. “Ai pois, não temos, não há, não fizemos” não sabem, porque não há um pensamento, não há uma estratégia, seja para o governo no país seja para aqui em termos locais. Não há nada, não se conhece uma ideia, não há uma proposta concreta, não há um caminho, e por isso o que nós fizemos ao governo, e temos os problemas verdadeiramente identificados, sabemos quais são os problemas de carreira, termos que reformular a carreira, o problema do sistema de colocação dos professores, a redefinição dos quadros, há um conjunto de coisas, mas compete ao Governo fazer, não compete a mais ninguém, e nós já fizemos essa recomendação ao Governo e estamos aqui também cientes dessa necessidade, mas tem que se encontrar a solução responsável, daí que poderá haver ali uma ou outra reformulação que não seja muito concreta, mas no genérico concordamos com o que está proposto na Moção, mesmo na recuperação do tempo de serviço, não é já, mas que se iniciem pelo menos as negociações nesse sentido e que se procure encontrar uma solução que vá ao encontro daquilo que são os interesses dos docentes porque os interesses dos docentes são os interesses do sistema educativo, e sendo interesses do sistema educativo são interesses de todos nós porque sem um sistema de educação competente e capaz não temos o elevador social a funcionar e com isto quero dizer que os mais desfavorecidos vão

continuar ainda mais prejudicados. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva e terminamos a discussão. -----

----- **DEZANOVE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Obrigada Senhor Presidente. Uma vez que eu fui aqui diretamente enfim, invocada, tenho também que dar resposta a essa situação. -----

Eu gostaria de começar por dizer o seguinte: quando se está na vida pública, na vida política temos que tomar decisões, e é isso que nos caracteriza, é isso que nos define, sermos honesto e transparentes connosco próprios e com os outros, porque só assim é que podemos ser com os outros. E, eu não posso ser acusada de carneirismo porque tenho um pensamento, nem posso ser acusada de traidora, nem posso ser acusada de ausência de solidariedade, não posso, nem admito por uma razão muito simples, porque eu tenho de assumir as minhas posições independentemente de eu estar ou não estar a suportar o governo, mas eu tenho de assumir as minhas posições de acordo com aquilo que eu acho que é correto e sensato para todos. E, portanto, eu até gostaria mesmo que fossem transmitidas as Assembleias porque assim era na primeira pessoa que se ouvia a minha opinião. E a minha opinião o que é que diz? Sim, que o governo tem respeitado os professores. O governo tem trabalhado e defendido a escola pública e se bem se lembram, há pouco, o meu colega João Paulo Rebelo falou aqui na Secretária de Estado ...-----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:** Senhora Deputada é a segunda intervenção. -----

- **A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo prossegue a sua intervenção dizendo:** sim, sim. O Senhor Presidente assim que eu chego aqui começa-me logo a interpelar para eu me calar, é pena não usar a mesma metodologia com os outros. -----
Muito obrigada. -----

- **O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo:** Senhora Deputada não ponha em causa a isenção da Mesa. -----

- **A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo retoma a sua intervenção dizendo:** Eu vou já terminar Senhor Presidente, eu vou já terminar, mas deixe-me concluir e agradecia que me deixasse aqui ter o meu fio condutor porque senão assim isto sai uma amálgama que ninguém percebe nada. -----

- **O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo:** tinha um minuto porque era a segunda intervenção. Está bem? -----

- **A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo retoma a sua intervenção dizendo:** pronto. Então dizia eu ao Senhor Deputado que me interpelou, que todos nós nos lembramos, na altura dos colégios privados em que nós tínhamos professores vinculados a ficar com ausência de horário, ausência da componente letiva e os colégios privados com demasiados alunos, e nós sabemos qual foi a luta que o Partido Socialista teve para que se repusesse a verdade. Nós sabemos que o Partido Socialista defende os professores, defende a classe docente, defende a carreira dos professores, defende o vencimento dos professores, não como aqueles que agora vêm dizer e quando lá estiveram não fizeram nada, mas agora vêm dizer que é preciso dar. Então, mas estiveram lá e o que é que fizeram? Congelaram! E, portanto, dizer o seguinte: eu tenho de ver a carreira, e neste caso a contagem do tempo de serviço, e como eu dizia há pouco, isto não é um problema só da carreira docente, é uma questão de toda a Administração Pública, todos os profissionais, enfim, as suas carreiras carecem aqui de alguma revisão, é verdade, mas eu não posso só concentrar-me numa carreira. Nós temos por exemplo os enfermeiros e temos aqui pessoas que trabalham na área, para mudar de escalão têm que ter 10 pontos, cada ano é um ponto e meio, e, portanto, ou seja, é uma questão de sermos solidários com todos, e, portanto, eu sou solidária com a comunidade, sou solidária com os viseenses, sou solidária

com todos os trabalhadores, quer da administração pública quer do privado e sobretudo sou leal ao meu pensamento. -----

Muito obrigada. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhora Deputada, para ver a isenção da Mesa, terá que ver e perguntar na sua bancada o tempo que vai utilizando. Está bem? Agradecia, agradecia, agradecia quando puser em causa a isenção da Mesa. --- Tem a palavra ao Deputado João Paulo Rebelo. -----

---- **VINTE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Senhor Presidente uma vez mais muito obrigado também pela sua benevolência com o tempo que nos vai deixando aqui intervir, mas eu vou procurar ser muito rápido desta vez. No fundo é um pequeno esclarecimento ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, que não tem nada que ver com o nos darmos bem porque aí estamos mais do que esclarecidos, é evidente que nos damos bem, como é evidente que toda a gente aqui se tem que dar bem, nós discutimos e temos às vezes perspetivas diferentes. -----

Eu referi o Senhor Deputado Manuel Teodósio na minha anterior intervenção porque enfim, porque o Manuel Teodósio tinha aqui dito um conjunto de coisas que eu peguei para tentar no fundo partilhar com esta Assembleia a preocupação, e vinha aqui outra vez dizer isto, para reforçar isto, a preocupação imensa que eu tenho com o que está a acontecer, porque acho que nós nos devemos todos mesmo muito preocupar. Isto é um problema gravíssimo, muito, muito grave, que afeta naturalmente toda a sociedade, e, é certo que o Deputado Pedro Alves depois vem dizer, aqui não, não, mas compete ao governo governar e, portanto, ao governo é que compete, pronto, enfim, nisso ninguém lhe pode tirar a razão mas, eu acho o problema tão grave, tão grave, tão grave que deveria convocar desde o Bloco de Esquerda, ao CHEGA ao PSD, todos os partidos e a toda a sociedade para procurarmos vislumbrar uma solução para o problema, porque o que aqui veio dizer depois alguém é totalmente verdade, aliás, sou insuspeito de o citar. Há tempos, um senhor que é claramente de direita chama-se António Lobo Xavier comentou num programa televisivo que já só quem não tem alternativa porque não tem dinheiro ou porque não tem escolas privadas no sítio onde está é que foge a isso, e isto é verdadeiramente alarmante para quem quer construir uma sociedade que não deixe ninguém para trás como é o caso claramente desta pessoa que vos fala, e também não ajuda Senhor Deputado Pedro Alves, eu percebo que dá jeito, aliás, anunciou-se logo o Deputado Pedro Alves ninguém o pode levar a mal por isso, porque ele disse: eu não percebo muito ou não quero perceber muito de Educação, mas eu percebo é de política. Percebe de política. Pois, mas também o Deputado Pedro Alves percebe de uma política que às vezes também é pouco construtiva, às vezes também defende uma política ou percebe de uma política pouco construtiva, porque quer dizer, o argumento da TAP é o argumento que nós sempre ouvimos e em todo o lado ouvimos. Nenhum Deputado da Assembleia da República, julgo que o Senhor Deputado Hugo Carvalho, a Lúcia Silva, eu, todos os Deputados que aqui estamos da Assembleia da República andámos no mês de janeiro a percorrer escolas com o Parlamento de Jovens. Eu chamo o “argumento penedo” é que nós estamos a discutir ...-----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:** Senhor Deputado... -----

- **O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo:** vou mesmo concluir. Estamos todos a discutir como é como não é, e depois de repente há alguém que atira um penedo para cima da mesa “pum”, mas houve dinheiro para a TAP, se houve para a TAP tem que haver para outras coisas. Na dialética política eu deixava a pergunta ao Deputado Pedro Alves, é que até hoje ninguém percebeu o que é que o PSD teria feito se estivesse no governo com a TAP. Ninguém percebeu! Isso é que era importante... -----

- **O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo**

perceptível na gravação o que por si foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo está bem. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: e para terminar todos sabemos dos 3 mil milhões e 200 mil que entraram na TAP, toda a gente sabe ... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Não pode haver diálogo Senhor Deputado. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo retoma a sua intervenção dizendo: toda a gente sabe dos 3.2 mil milhões que entraram na TAP... -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que por si foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa torna a intervir: Não pode haver diálogo. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo termina a sua intervenção dizendo: só num instante também e termino eu a minha intervenção. É pá, isto vale o que vale, quanto mais não seja partilhámos aqui entre os que estamos esta coisa, eu ouço toda a gente falar dos 3.2 mil milhões que se meteram na TAP, mas também ainda não ouvi ninguém falar dos 2 mil milhões que já regressaram ao cofre do Estado sob a forma de impostos e do negócio que a TAP gera para o nosso país desde que a intervenção começou. Também era importante só para percebermos que há aqui um deve e um haver, não é? Como nas Jornadas Mundiais da Juventude. Até já. -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves solicita a palavra à Mesa para Defesa da Honra. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Defesa da Honra? Senhor Deputado tem a palavra para Defesa da Honra. -----

----- VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Senhor Presidente, eu não tenho grande sentido de humor. Eu quando disse que não percebia de Educação é por isso mesmo, eu sou professor. É pá, se não perceberam isto acho que as pessoas têm alguma dificuldade em perceber o que eu digo, mas eu vou voltar a explicar duas ou três coisas então. -----

Relativamente ao que disse aqui o João Paulo sobre o que é que o PSD fazia com a TAP? Eu sei o que é que tinha feito com a TAP. Quem colocou o pedregulho no meio da sala foi a opção do governo. Foi o Partido Socialista que escolheu no acordo que fez com a geringonça não é, renacionalizar a TAP, e isso teve consequências, isso foi uma opção política. Nós já tínhamos lá atrás de acordo com aquilo que foi o Memorando de Entendimento da Troika que vocês assinaram, privatizado a TAP, estava lá assinado. A privatização da TAP foi um acordo celebrado com a Troika e o Governo Socialista e nós executámos, e por isso mesmo nós já não tínhamos o problema da TAP, por isso mesmo não temos que arranjar nenhuma solução para a TAP em 2020 com a pandemia. Tínhamos que arranjar uma solução muito parecida aquela que aconteceu na Alemanha com a Lufthansa, o estado alemão meteu 9 mil milhões de euros na Lufthansa, já recuperou em juros 750 milhões. Receberam tudo mais juros. Emprestaram a uma taxa de 4%. Era o que nós tínhamos que fazer se a TAP fosse privada e se precisasse de ajuda, empréstávamos o dinheiro com taxa de juro e o privado tinha que nos dar o dinheiro, era assim. Qual é que é a dúvida do que o PSD fazia? Ainda não percebeu? Agora, os senhores para irem para o governo, porque perderam as eleições fizeram de tudo, entregaram tudo de qualquer maneira, reverteram tudo a qualquer custo. Está aqui agora a fatura neste caso com os professores, e têm que ser os senhores a fazê-lo, não venha agora pedir quando no passado pediram ao Bloco de Esquerda e ao PCP para viabilizar um governo de geringonça quando tinham perdido as eleições, agora temos que ser todos assumir a responsabilidade da vossa incompetência. Trabalhem! Têm maioria absoluta ... -----



- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado. Defesa da Honra. -----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo: podem aprovar aquilo que vos apetecer, é da vossa responsabilidade fazê-lo. Agora, a minha honra como professor foi ofendida porque eu sou professor, percebo de Educação, tenho a minha formação, agora, por favor, se não entendem o que é um bocadinho de humor na coisa. Claro que percebo de Educação e infelizmente estou muito triste com o que se passa na Educação e por incompetência dos governos do Partido Socialista. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Está terminada a discussão. Deputada Carolina Gomes tem alguma coisa a dizer? Tem a palavra. -----

----- VINTE E DOIS – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE): Muito rapidamente só para dizer que realmente a discussão acabou de acontecer demonstra a pertinência deste assunto específico neste momento. É um assunto que está na ordem do dia, que está aí na comunicação social local, nacional, amanhã há uma manifestação em Viseu, nada do que foi dito altera, quanto muito sublinha a relevância dos três pontos colocados como proposta de deliberação, muito resumidamente: -----

Recuperação de todo o tempo de serviço; -----

Regime de recrutamento e mobilidade; -----

Regime específico de aposentação; -----

Em modo de Recomendação ao governo. Obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Também um agradecimento pela sua celeridade. -----

Por isso, vamos colocar à votação. -----

Vou ler rapidamente. -----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 06 de fevereiro de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25º, nº2, alíneas j) e k) do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: -----

1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente. -----

2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho. -----

3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada com um (1) voto contra e... as abstenções agradecemos por filas para irmos somando. -----

Primeira fila - dois (2); -----

Segunda fila - cinco (5); -----

Terceira fila - sete (7); -----

Quarta fila - oito (8); -----

Quinta fila - onze (11); -----

Sexta fila - doze (12). -----

Aprovado com um (1) voto contra e doze (12) abstenções. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros Rui Mendes. -----

----- VINTE E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE SILGUEIROS RUI FILIPE MARQUES FERREIRA FELÍCIA MENDES (PPD/PSD):

Bom dia a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Dr. Mota Faria e restantes Membros da Mesa da Assembleia; -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, bem como cumprimento restantes Vereadores presentes; -----
Exmas. e Exmos. Deputados da Assembleia Municipal; -----
Exma. e Exmos. Presidentes de Junta de Freguesia; -----
Elementos de apoio a esta Assembleia; -----
Público presente; -----
Diferentes Órgãos de Comunicação Social; -----
Minhas Senhoras e meus Senhores. -----

No dia 25 de janeiro de 2023 realizou-se a segunda meia-final da Taça da Liga, jogo esse que teve como interveniente uma equipa da cidade de Viseu – o Académico de Viseu Futebol Clube, SAD. Fruto de uma “caminhada” meritória, na qual teve que se debater com 3 equipas da 1ª liga, tendo empatado com uma e tendo ganho os jogos às outras duas, o Académico de Viseu alcançou a sua primeira *Final Four* numa competição Nacional. ----
E não esteve sozinho. -----

No Estádio de Leiria estiveram presentes milhares de sócios, adeptos, viseenses que fizeram questão de marcar presença e apoiar o clube da sua cidade, da sua região. -----
O “ruído” vindo das bancadas quando a equipa entrou em campo para o aquecimento inicial foi algo arrepiante, algo fantástico. -----

Assim sendo, e porque penso que é da mais elementar justiça que o faça, parabeno o Académico de Viseu Futebol Clube, SAD, por todo o trajeto irrepreensível nesta competição; a Câmara Municipal de Viseu, na pessoa do seu Presidente, por ter permitido que milhares de jovens pudessem ter uma experiência única, assistindo ao vivo a uma meia-final de uma competição Nacional de futebol, patrocinando a deslocação daqueles neste dia tão importante para Viseu e, por fim a todos os Viseenses que apoiam o clube e aos que se dirigiram a Leiria. -----

A festa, o apoio e sobretudo o comportamento exemplar antes, durante e depois do encontro, permitiram que, uma vez mais, o nome da nossa cidade ecoasse, pelos melhores motivos, não só por Portugal, mas por todo esse mundo fora. -----

Viseu é uma cidade amiga do Desporto em geral, do Futebol em particular e ama o seu Académico de Viseu. E o Município de Viseu nunca foi indiferente, apoiando a modalidade e clube, estando sempre presente. -----

Parabéns a todos os envolvidos. -----

Obrigado Município de Viseu. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana. -----

---- VINTE E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD): Senhor Presidente, na sua pessoa reitero os cumprimentos que há pouco fiz. -----

O motivo que me traz aqui é para apresentar uma Moção e podemos titulá-la de: -----

“Pela descentralização de serviços para Viseu e por melhores serviços públicos”. -----

E porquê? Analisei com cuidado o Programa do XXIII Governo Constitucional e encontrei expressamente que este tem como objetivos aprofundar a Descentralização com mais democracia e melhor serviço público. E, questiono-me: tem sido esse o lema para Viseu? Vamos então fazer aqui uma análise para conseguirmos obter a resposta correta a este intento e a este desiderato pretendido. Ora porquê? Porque vimos mais uma vez ser preterida uma oportunidade para trazer para Viseu um novo polo do Centro de Estudos Judiciários, que foi sim para a Área Metropolitana do Porto, mais concretamente para Vila do Conde. E, continuamos sem perceber sequer os critérios, isto porque o que se soube pela comunicação social e pelas notícias que qualquer um de nós pode pesquisar, é que as opções que estavam em cima mesa seriam uma decisão entre Viseu e Aveiro. Mas, não, foi mais uma vez o Litoral e uma área metropolitana, a do Porto que foi selecionada.

Ora, assim, como disse o governo, a coesão territorial é uma realidade? Será? É um facto notório para todos nós que não é assim que se desenvolve o interior. -----

O CEJ, o Centro de Estudos Judiciários, este importante organismo de formação de Juizes e Procuradores, bem devia e podia ter sido instalado em Viseu, e bem se devia ter aproveitado esta franca disponibilidade do Município de Viseu. -----

E, Viseu bem merecia. Isto porque tem sido um exemplo de desenvolvimento do interior do país, que contraria as assimetrias do resto do interior do nosso país. Porque tem criado para proporcionar condições ao empreendedorismo económico e desta forma se alavanque e hajam reais oportunidades de trabalho e futuro no nosso concelho e na nossa região. É assim que se fixam os jovens é assim que se criam condições para que os mesmos construam as suas vidas no concelho. E, assim é que se contribui para o desenvolvimento económico da região e das pessoas. -----

E, vejam-se o exemplo das empresas tecnológicas que aqui têm criado avultados números de postos de trabalho com o apoio do município. Vejam-se as unidades de saúde privadas, com relevo, por exemplo, para o recém-inaugurado centro de contactos da CUF, onde o município esteve presente, onde passam a laborar agora mais de 200 pessoas, com um volume significado de chamadas, de milhões. Uma referência para Viseu. E isto porque se criaram as condições e infraestruturas que não são acompanhadas pelo governo central. --

E o Município faz e bem o seu trabalho nesta área. -----

E a preterição de Viseu na instalação do polo do CEJ foi mais uma oportunidade perdida para Viseu como opção do governo na descentralização de serviços públicos. E foi este o efetivo sinal que o mesmo deu. Mais uma vez os viseenses saíram gorados. E é assim que nós somos tratados. -----

Tudo isto em plena sintonia com o desinvestimento nos serviços públicos de Viseu, que são da competência do Governo. -----

E porque estamos na área da Justiça não foi só o novo polo do CEJ que perdemos. Perdemos diariamente todos nós, perdemos diariamente todos viseenses que por exemplo têm as suas conservatórias desprovidas de recursos humanos, onde os atuais trabalhadores fazem um esforço titânico para garantirem os serviços e a imagem institucional que se quer credível. Por exemplo: um simples registo predial que dê entrada na Conservatória do Registo Predial de Viseu demora pelo menos a ser concluído 4 meses. Pensem nas consequências económicas da oportunidade perdida de uma simples transação de um imóvel, face a esta morosidade. E a responsabilidade não é dos funcionários. É da falta de alocação de recursos da responsabilidade do governo central. E não nos podemos conformar com esta situação. -----

Mais, os nossos tribunais continuam sem resposta ao nível da necessidade de recursos humanos e materiais, realidades notórias, publicas e reais, não são inventadas. E é da responsabilidade do governo. -----

O serviço de Finanças de Viseu continua deficitário de recursos humanos e veja-se, muitos dos funcionários laboram em cubículos onde não veem a luz do dia o dia inteiro, nem o arejamento é possível para garantir saúde pública. E de tantos os outros serviços dependemos do estado central e presenciamos a precaridade e os défices que são uma constante neste agravamento diário. -----

Ora, já não nos bastavam as acessibilidades e a mobilidade, cujas denúncias permanentemente alocamos nesta Assembleia, como ainda hoje foi objeto, e os problemas da saúde também sobejamente conhecidos, agora até o programa "Mais Médicos", que pretendia atrair jovens clínicos para os hospitais de territórios menos povoados, em relação ao litoral, que permitia que os médicos que seleccionassem Viseu tirassem benefícios em relação ao trabalho e à habitação, que arrancaria em 2024, Viseu também foi excluído em detrimento de Beja, Bragança, Castelo Branco, Covilhã, Guarda,

Portalegre e Santiago do Cacém. Que o merecem, mas nós também merecíamos. -----

É assim que o governo trata Viseu. -----

É isto o que merecemos da mais democracia e melhor serviço público? -----

Ora, agora vamos aos considerandos: -----

Considerando a preterição de que fomos vítimas pela não escolha de Viseu para a localização do polo do Centro de Estudos Judiciários e pelos problemas graves que os serviços públicos em Viseu atravessam, em especial os dependentes do Ministério da Justiça, designadamente tribunais e conservatórias, -----

propõe-lho em moção que esta assembleia delibere: -----

- Repudiar a decisão do governo de preterir Viseu na escolha da localização do novo polo do Centro de Estudos Judiciário; -----

- Reclamar uma melhoria efetiva dos serviços públicos ao cidadão em Viseu, em particular dotando-os de recursos humanos, técnicos e logísticos de qualidade, condição essencial para o desenvolvimento local e regional; -----

- Que o governo assegure o efetivo reforço da coesão local, promovendo em Viseu a eficiência e eficácia da gestão pública, com alocação de recursos para garantir os nossos direitos, com enfoque particular nos serviços dependentes do Ministério da Justiça, com vista a que a democracia se concretize em pleno e os viseenses tenham os seus direitos constitucionais salvaguardados; -----

- Que sempre que o Governo pretenda descentralizar serviços público considere Viseu para a sua localização, face à sua geografia à sua localização e a todas as condições que se têm construído e potenciado, em exemplo de desenvolvimento e crescimento no interior do país. -----

Que se dê ulterior conhecimento ao Governo de Portugal. -----

Obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada.

Agradecemos a Moção. -----

Está em discussão esta Moção. Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO

(PS): Senhor Presidente muito obrigado. -----

O Partido Socialista terá alguma dificuldade em votar esta Moção, seja com que sentido for, na medida em que desconhece ... duas questões: -----

uma primeira é ... eu peço desculpa porque tive que me ausentar por necessidades emergentes, e eu não ouvi a Senhora Deputada, mas dizem-me que terá falado sobre qualquer coisa de o CEJ ter que ficar entre Aveiro e Viseu ou ter sido anunciado qualquer coisa nesse sentido e eu desconhecer em absoluto esse facto e, portanto, precisava de melhores esclarecimentos sobre isso. E depois também precisávamos de alguns esclarecimentos porque vamos lá ver: em bom rigor qualquer Assembleia Municipal deste país hoje poderia estar a votar uma Moção semelhante, qualquer Assembleia Municipal do interior do país, digo, se calhar em Bragança pode-se estar a votar uma coisa parecida com esta ou na Guarda ou em Castelo Branco ou em Vila Real ou em qualquer outra que não seja de facto o município onde o serviço ficou instalado. Era, portanto, também preciso saber, o Senhor Presidente da Câmara no Ponto das Informações alude a este assunto também, mas em bom rigor nós também não conhecemos que proatividade houve do Município de Viseu para eventualmente o desiderato, ou seja, o resultado ser distinto do que foi. Era preciso perceber se o Município de Viseu esteve, digamos, muito empenhado em concretizar esta situação. Que diligências foram tomadas? Se houve enfim, ações concretas por parte do município para convencer, neste caso, os decisores desta matéria. É verdade que também há um conjunto de, enfim, de circunstâncias que não ajudam a que estas decisões depois sejam muito distintas, e sobre elas não vale a pena estar aqui a discorrer longamente porque depois ouvirei sempre o argumento contrário

que é: pois está bem, mas quem está no governo é que tem que decidir e é quem tem que fazer, porque mais uma vez o problema é de grande complexidade e não se consegue facilmente dizer que era simples fazer assim ou assado, quando os próprios e aqui neste caso a Senhora Deputada Ana Paula Santana saberá bem também, quando os próprios interesses digamos, quer dizer da corporação, mas enfim, internos ao próprio serviço neste caso do CEJ se movimentavam sempre para outras soluções que não as do interior e, também acho que é atendível, também é atendível que é difícil fazer e tomar decisões contra os que acabam por ser peças fundamentais para o desenvolvimento dessas atividades.

Portanto, Senhor Presidente sem conhecimento um bocadinho mais detalhado de ambas as questões que deixei torna-se difícil ao Partido Socialista votar que não seja pela abstenção. Muito obrigado.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Antes de dar a palavra, se assim o entender, ao Senhor Presidente da Câmara, eu ia perguntar se há mais alguma intervenção? Não havendo, se o Senhor Presidente da Câmara quiser intervir, tem a palavra.

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Apenas para esclarecer este ponto Senhor Presidente. Os meus agradecimentos, e de uma forma muito rápida. --- Bem, fazer coesão, e coesão neste caso espacial, geográfico compete de facto ao governo por isso é que criou o Ministério da Coesão. Não é preciso que se andem sempre a oferecer, todos os municípios em princípio estão interessados em ter serviços do Estado. Foi o governo que decidiu levar uma Secretaria de Estado para Bragança, outra não sei para onde, outra não sei para onde, bem, e compete-lhe fazer isto e, portanto, também lhe competiu decidir se havia de o localizar na região para onde ele foi indicado primeiramente, e eu noto que foi indicado para Viseu, Aveiro ou Coimbra. Coimbra foi de certo modo posto de lado por ter uma Faculdade de Direito, parece que não vai muito... e Aveiro foi mesmo... apresentou até propostas, propostas escritas para que fosse sediado em Aveiro, e nós apresentámos a nossa disponibilidade para o sediar em Viseu, aliás, inclusivamente de acordo com aquilo que sabíamos que era a pretensão dos nossos Magistrados locais. A decisão foi aquela que foi. Deu-se a justificação de que era a norte, e, pronto, e localizou-se, é preciso não esquecer numa Área Metropolitana, estamos a falar de Vila do Conde, mas pertence à Área Metropolitana do Porto. Portanto, o que nós dizemos é: se querem fazer um país mais equilibrado têm o pão e o queijo, não é necessário sequer perguntar aos municípios quem mais dá, porque então, entramos num leilão que é antidemocrático. É tomar as decisões. Tomar as decisões e, portanto, se achavam que o Centro de Estudos Judiciários por aquilo que difundia, por o prestígio que tem podia equilibrar de certo modo, ou contribuir para equilibrar estas assimetrias do país, tinham decidido localizá-lo aqui. Já agora uma outra coisa, foi demasiado rápido. A Senhora Ministra decidiu e praticamente ninguém soube, nem Deputados de lá nem de cá, ninguém soube, foi decidido que era ali e, portanto, eu acho esta macrocefalia do país, que agora já não é só com uma cabeça, são duas, é da responsabilidade de quem tem a gestão política do território nacional como um todo. Não vale a pena estar a perguntar o que é que o município deu, senão havia municípios que nunca tinham nada. O que é que deu? O que é que deu? Mas porquê? Nós fizemos o nosso trabalho, dissemos: estamos disponíveis para arranjar instalações, mesmo que seja do orçamento da câmara, que pelos vistos é inesgotável. Toda a gente sabe dizer ao orçamento da câmara para onde é que ele há-de ir, quando se trata do orçamento de estado é preciso cuidado. Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a explicação é esta: não temos o Centro dos Estudos Judiciários porque foi uma decisão política, como não temos mais médicos, também uma decisão política, como não temos uma Universidade de Medicina que também foi uma decisão política instalá-la, eu sei que numa unidade privada, mas também na Área Metropolitana

do Porto, portanto, não vale a pena, são decisões políticas. A nós compete-nos dizer: estamos contra, e é isso que dizemos sempre, estamos contra, agora não nos peçam para arranjar soluções de responsabilidades que são de terceiros. -----

Eu terminaria desta forma: não me veem alguma vez a pedir ao governo que faça aquilo que é da minha responsabilidade. Não admito que me venham dizer que tenho que fazer aquilo que é da responsabilidade do governo, e é aquilo que constantemente eu ouço aqui. É o IP3 parece que é nosso. É não sei quantos é nosso, é a Saúde... então, é da responsabilidade do governo temos que apontar as baterias para lá. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Paula Santana. -----

---- VINTE E SETE – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD): Obrigada Senhor Presidente. Foram colocadas questões e penso que urge respondê-las. Esta Moção tem duas abordagens que importa realçar: --- A primeira é o nosso repúdio por esta decisão que é política e, portanto, resta-nos respeitá-la. O governo na sua legitimidade política atuou como bem entendeu, mas fazer sentir de que Viseu está atento, e Viseu notou a falta de cumprimento daquilo que era o objetivo do governo. Preteriu o interior em detrimento de uma Área Metropolitana do Porto sobejamente já apetrechada de órgãos governamentais e delegações, e serviços da competência governamental. Portanto, esta é a primeira nota que eu quero aqui deixar, e isso deve-nos merecer a todos apoio e solidariedade, porque nós defendemos Viseu nós defendemos o crescimento de Viseu e o crescimento faz-se pela descentralização. -----

Depois, e uma nota sobejamente importante para todos nós, e isso é transversal a todo o país é que nós merecemos serviços públicos de qualidade e não os temos, e não os temos, todos nós independentemente dos nossos partidos e dos nossos pontos de vista, quando precisamos de aceder a serviços públicos conhecemos a precariedade da grande maioria deles e não é pela responsabilidade pessoal dos seus funcionários que têm até cumprido muitas das vezes além daquilo que lhes é devido nas suas funções e nas suas competências. Eu falei do exemplo concreto do Registo Predial, mas podia falar do exemplo concreto do Registo Civil, essencial ao nosso nascimento, à nossa morte, ao nosso casamento, ao nosso divórcio, e tantas outras competências que têm as Conservatórias do Registo Civil. Vocês sabem que a Conservatória do Registo Civil de Viseu está sem Conservador, o seu lugar não é preenchido a mais de 13 ou 14 anos? Sabem disto? Viseu pode compadecer-se com esta precariedade até para os Conservadores em substituição que por ali vão passando? Vocês têm noção do que é o dia a dia de uma Conservatória do Registo Civil? E nós podemos-nos conformar com esta realidade. Vocês têm noção das diligências judiciais que diariamente são adiadas por falta de recursos humanos e técnicos? Vocês têm noção? Isto é gravíssimo, e é esse o nosso dever enquanto Deputados Municipais, e é este o nosso dever chamar atenção da fragilidade dos nossos serviços pelo menos na Região de Viseu, e, portanto, penso que estes esclarecimentos são suficientes para lhe dizer o meu ponto de vista e daquilo que eu entendo como essencial para votar esta Moção. -----

Quanto às especificidades da decisão da colocação do CEJ em Vila do Conde, o Senhor Presidente complementou-as com muito mais rigor e sapiência do que eu, porque o que eu sei foi pelo que eu vi na comunicação social e pelos contactos que tive no âmbito da minha profissão dessa decisão. Lamento profundamente. Perdemos uma oportunidade de fazer crescer Viseu e de alocar para Viseu um polo de um organismo sobejamente importante para o desenvolvimento do nosso país em particular para garantir a justiça no nosso país. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Iremos então agora proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado com catorze (14) abstenções.* -----

Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

---- VINTE E OITO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA

ARAÚJO DA SILVA (PS): Muito obrigada Senhor Presidente. Muito rapidamente dizer o seguinte: no passado dia 28 de janeiro o Secretário Geral do Partido Socialista veio a Viseu, Secretário Geral e Primeiro Ministro, mas esteve em funções enquanto Secretário Geral e perante isso nós fomos aqui confrontados com o Senhor Deputado do PSD a dizer para vir mostrar o que é que veio para Viseu, e devia vir falar daquilo que já fez por Viseu. E agora de uma forma mais sucinta e organizada dizer o seguinte: O Partido Socialista enquanto governo não se esquece de Viseu nem dos viseenses nem da região, e eu vou só aqui dar alguns exemplos: um prende-se com a saúde uma vez que é aquilo que nos vai preocupar a todos e nós há anos que ouvíamos a necessidade de se dotar o Serviço de Urgência com mais qualidade e com mais espaço, não só para os doentes mas também para os seus profissionais de saúde, e tão brevemente iremos ter a tão desejada requalificação da urgência, a inauguração da requalificação da urgência no valor de 6,4 milhões de euros, uma boa razão para o Senhor Secretário Geral ter vindo a Viseu. Depois também lembrar a todos que a reabertura dos Tribunais que nós bem sabemos que durante 2011 e 2015 foram encerrados a nível do Distrito de Viseu e temos de assinalar a reabertura dos Tribunais como também as devidas obras. E, Viseu, Viseu Concelho, o Tribunal de Viseu é um bom exemplo disso. Quem for ao Tribunal de Viseu vê e percebe as obras que foram feitas no Tribunal de Viseu. Depois também falar-vos dos novos quartéis da GNR do Distrito. Falar-vos também no Programa PARES que foram aprovadas as candidaturas a nível do Distrito 40, no valor de 20 milhões de euros. Falar-vos também do maior crescimento económico que o país tem e que foi esta semana anunciado, o maior crescimento económico desde 1987. Falar-vos que foram libertadas 750 mil pessoas em risco de pobreza. E falar-vos... no atraso das obras? Falar-vos aqui de exemplos ao nível do concelho. Por exemplo a Central de Camionagem, por exemplo o Mercado 2 de Maio. Afinal nem só o governo e as obras que são da responsabilidade do governo é que têm atrasos. Muito obrigada.

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigada Senhora Deputada... -----
O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves solicita a palavra à Mesa para um protesto.

- **O Senhor Presidente retoma a sua intervenção dizendo:** Senhor Deputado, é um protesto? Tem a palavra para um protesto rápido.

VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Senhor Presidente muito obrigado.

A Senhora Deputada Lúcia Silva, primeiro veio aqui fazer uma intervenção regional, já percebi que isto não é a Assembleia Municipal, pronto, mas tudo bem. Só para lhe dizer e lembrar uma coisa: onde é que a Senhora Deputada estava em 2016? -----

- **A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo do seu lugar responde à questão dizendo:** estava na escola.

- **O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo:** estava na escola? Recorda-se como é que estava o processo das obras da urgência? Estava adjudicado. Lembra-se? Recorda-se que houve uma suspensão, um atraso que prejudicou em mais de 800 mil euros o custo do investimento. Não, não, estava feito, estava a andar, deviam ter sido inauguradas em 2018. Em 2018 era o que estava previsto no Caderno de Encargos. Os senhores chegaram lá, reverteram todo o investimento público, congelaram todo o investimento público e agora está a ficar satisfeita, porquê? Porque 5 anos depois está a fazer uma coisa que já devia estar feita. Ó Senhora Deputada! A Senhora Deputada é como um relógio parado, dá horas certas duas vezes por dia sempre, sempre. A senhora cada vez que diz qualquer coisa, claro que é óbvio, se estava para ser feito, se estava a andar, por isso mesmo Senhora Deputada não há aqui novidades. E quanto ao PARES é mais uma falácia e a senhora sabe do que é que estamos a falar ou não sabe também? Se calhar não sabe. Atira assim as coisas para o ar. O PARES, em primeiro lugar as verbas

da construção vêm da Santa Casa e do financiamento que é dos jogos, não é do orçamento de estado, e depois criou-se uma expectativa durante a candidatura de que iriam receber 80% do valor do projeto em avaliação, a verdade é que houve tanta gente e tanta promessa e era altura de eleições autárquicas, recorda-se disso ou não? E teve que se dar para ao país inteiro, para ver se a malta tinha uns resultados eleitorais melhores, nomeadamente aquelas promessas e aqueles compromissos do Partido Socialista. A verdade é que hoje o valor do financiamento poderá ser insuficiente para a solvabilidade financeira e para a viabilidade financeira e sustentabilidade destas instituições. Não venha aqui dizer... e mais, estas instituições estão a substituir o Estado naquilo que é a sua obrigação de cuidar, daqueles mais fracos, dos mais desprotegidos, por isso, vem para aqui falar como se o investimento fosse do Estado quando o Estado não faz, quem faz são as instituições, quando é uma obrigação do Estado, e felizmente que há quem o faça de forma generosa, por isso, eu não estou aqui a ver motivo para congratulação. Diga-me uma obra. Eu volto a dizer, uma obra que tenha sido decidida por este governo, um investimento que esteja no Distrito de Viseu. Um! Não venha para aqui mais uma vez com essas conversas, é pá, que são um bocadinho sem substancia, que é verdade e sem qualquer tipo de fundamento e querer assumir que fez uma coisa que não está feita e que não é da vossa responsabilidade. Portanto, 8 anos, são duas legislaturas, alguma coisa que o governo do Partido Socialista tenha trazido de bom? Ainda há bocadinho estivemos aqui a falar da Educação e não sei quantos, diga-me lá. A Senhora Deputada acabou de ficar aqui como a única pessoa que votou contra uma Moção... sim, sim, a única pessoa que votou contra uma Moção, se vê bem qual é a sua posição, a forma como está, não consegue despir a camisola do Partido Socialista em função daquilo que são as realidades e as necessidades. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. -----
A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo pede para intervir em Defesa da Honra. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Eu não sei se foi interpelada. Qual é a figura regimental? É a Defesa da Honra? Sim? Tem um minuto para Defesa da Honra. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo intervém dizendo: Senhor Presidente é o seguinte: e agora dirigindo-me aqui diretamente ao Senhor Deputado. É evidente que o senhor joga e roga-se enfim, algum estatuto político, e o senhor acha que tudo se resume à política e ao saber dizer e ao saber e tentar enganar. Bom. Sejamos sinceros, transparentes e honestos. O senhor não pode dizer que quando a coisa está mal a culpa é do governo. Há resposta, o governo não tem nada a ver com o assunto. As Urgências vão ser brevemente inauguradas o governo não tem nada a ver com o assunto. O aumento de camas na Unidade de Cuidados Intensivos também não tem nada a ver como o governo. O PARES não tem nada a ver com o governo. Quando alguma coisa está mal então o governo é que é o responsável. Ó Senhor Deputado, sejamos transparentes, credibilizemos a política, credibilizemos aquilo que estamos aqui a fazer. Quanto ao relógio parado, eu não sei se é o meu que está parado ou se é o seu que está cego. Aqui não vale tudo, na política não vale tudo, e, portanto, quando as coisas estão mal, sim senhor, estão mal aponta-se. Há soluções? Procuremos as soluções em conjunto. Eu estou aqui, sou Deputada Municipal, eu defendo os Viseenses, eu defendo as pessoas que me elegeram, mas de uma forma séria, honesta e transparente, e não é andarmos aqui em jogos políticos e, portanto, aquilo que está mal Senhor Deputado, eu sou a primeira a dizer, está mal. Vamos corrigir, encontremos soluções. Aquilo que está bem, está bem. E aquilo que é da responsabilidade do governo, é da responsabilidade do governo, aquilo que é da responsabilidade da autarquia é da responsabilidade da autarquia. Eu não vi o senhor fazer referência ou justificar as obras que estão em atraso. Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Isabel Fernandes. -----

----- **TRINTA – A SENHORA DEPUTADA ISABEL CRISTINA BENTO FERNANDES (PPD/PSD):** Bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária da Mesa, os meus cumprimentos, Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores aqui presentes, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Presidentes de Junta, Estimados Viseenses. -----

Tomo a palavra nesta Assembleia enquanto eleita na lista do PSD e em representação dos viseenses que confiaram em nós essa responsabilidade. -----

O processo de descentralização de competências tem sido um engodo. No que respeita, e no seguimento de algumas coisas que já foram ditas aqui pelo Senhor Deputado Pedro Alves, e no que respeita à descentralização de competências na Área da Ação Social o processo não tem sido muito diferente, nasceu torto e tememos que tarde ou nunca se endireite. Apesar de todo o esforço e resistência e negociação dos municípios que tem sido feito através da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. -----

A evidência disso é que já foi prorrogado por duas vezes de 2022 para janeiro de 2023 e agora para abril de 2023. Esta última prorrogação nomeadamente por reclamação dos autarcas do PSD. -----

No Acordo Setorial de Compromisso assinado em 2022 entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios é contemplada uma revisão total do financiamento das competências descentralizadas, reforçando os montantes anuais a transferir para os municípios em rubricas já existentes no anterior diploma, mas também foram contempladas nova rubricas. -----

A verdade é que a primeira proposta do Governo para a globalidade dos Municípios, depois de intensas negociações da Associação, foi aumentada de 56,1 milhões de euros para 90,8 representando cerca de 35 milhões de euros mais do que estava inicialmente previsto na primeira proposta do governo, o que corresponde a um aumento de 38,5%. -----

Senhor Presidente, Senhores Deputados, -----

O Município de Viseu sempre alertou que as verbas previstas para a descentralização da ação social eram claramente insuficientes. -----

Se os Municípios tivessem aceitado todos e se algumas das reivindicações não tivessem sido concretizadas, iam no engodo de um presente envenenado. -----

Aqui se pode aferir a boa fé do Partido Socialista! -----

As reivindicações concretizadas incluem: -----

a revisão total do financiamento; -----

a nova data limite para abril de 2023 para aceitação das competências; -----

e o reforço de recursos humanos. -----

No que diz respeito aos recursos humanos, para além de estar garantido pelo menos um técnico em cada município, “estabelece-se um rácio de 100 processos de Rendimento Social de Inserção (RSI) por técnico e de 250 processos familiares de Atendimento de Ação Social (AAS) por técnico”. Segundo a Associação Nacional de Municípios, vai possibilitar um acréscimo de 382 técnicos nas autarquias ao nível da área social. Preocupa-nos que agora estes técnicos tenham capacidade de trabalho, e que essa rubrica também esteja contemplada na verba a descentralizar. -----

Curiosamente não podemos deixar de referir e de destacar que por município, os que têm dotação maior é o Porto, seguido de Vila Nova de Gaia, Sintra, Almada e Setúbal. Todos municípios situados no litoral do país. -----

Certamente que não está em causa os critérios técnicos e que são inquestionáveis para chegar a estes valores, no entanto, a tal discriminação positiva fundamental para políticas de coesão territorial e diminuição das assimetrias regionais, não se volta a sentir nem a perceber na governação do Partido Socialista. -----



Mas, no âmbito da ação social podemos ainda recordar o que o Governo Socialista fez com o Programa PARES. Já foi aqui abordado e neste momento falando da Ação Social não queria deixar de o referir porque existem algumas preocupações importantes. -----

No momento de pré-eleições de 2021 abriu um período de candidaturas. -----

O Programa permitiu uma campanha eleitoral, é verdade que sim, naquele que é o registo habitual de anúncios e promessas, pouco preocupado com a concretização que promova verdadeiros ganhos e operacionalização final depois na gestão que corresponde às expectativas criadas. -----

Apesar das respostas do Governo às dificuldades e carências das IPSS's, em matéria de equipamentos e infraestruturas ser feita através do programa PARES e outros, a verdade é que o dinheiro foi insuficiente para tantas promessas e o Governo rateou-o pelas instituições, deixando algumas com percentagens de comparticipação muito abaixo do que era esperado. -----

A comparticipação do programa PARES poderá ser até 80% das despesas elegíveis e, no entanto, no nosso concelho, podem verificar-se comparticipações de 39% na Associação de Vila Chã de Sá por exemplo, 40% em Calde e 46% no Centro Pindelense. -----

O receio que temos é que esta descentralização venha a ser mais ou menos no mesmo registo, procurando empurrar os municípios para suprirem lacunas orçamentais do estado central ou desequilibrar ainda mais as contas das Instituições. -----

Não duvido é que os mesmos que, durante as eleições autárquicas, andaram a prometer tudo e a todos e que agora não se verificou para ninguém, ou para poucos, sejam também os primeiros a exigir à camara municipal, logo a seguir após a assunção das competências na área social, o cumprimento das responsabilidades que o seu governo rejeitou até agora. Nada de novo! Basta ver o que aconteceu no início deste ano letivo com o setor da Educação e com os assistentes operacionais nas escolas. -----

Até à data o Partido Socialista esteve sempre calado porque, apesar das reivindicações e das carências que eram efetivas e que eram percecionadas, não os vimos exigir ao governo a contratação de funcionários. Agora que a responsabilidade é da Câmara, mesmo que para isso não transfira a verba suficiente para o efeito... vêm logo exigir e são os primeiros a vir para a rua exigir a contratação dos assistentes operacionais. -----

Senhor Presidente, -----

Caros Viseenses, -----

Sabemos que o Senhor Presidente de Câmara é um defensor de contas municipais rigorosas e de uma gestão séria do orçamento municipal. É nesse sentido que apelamos e agradecemos que seja feito um levantamento criterioso da situação e viabilidade das instituições do concelho que prestam cuidados no âmbito da ação social, nomeadamente aquelas que candidataram projetos que foram aprovados pelo Programa PARES. -----

É importante saber se as expectativas que lhes foram criadas, confrontadas com aquela que é a realidade, colocam em causa a prestação da atividade que desenvolvem e exigir ao governo compromissos e mecanismos para evitar problemas de sustentabilidade das instituições. -----

Infelizmente, não são apenas estas que substituem o Estado Central na sua função. Sabemos o esforço e a dificuldade por que passam as instituições que incluem equipas para fazer acompanhamento de beneficiários do RSI e do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Há muito que se debatem com a preocupações muito específicas e que temo possam vir agora a ser assacadas à câmara municipal e para as quais o governo não tem dado resposta até hoje. -----

Problemas como necessidade de melhorias das condições contratuais dos técnicos afetos ou necessidade de ter mais meios financeiros e mais recursos para exercer essas competências, há muito que são alegadas e são reivindicadas por estas instituições e por estas equipas. -----

Se estas carências e preocupações já existiam antes da descentralização e o Poder Central não agiu no sentido de as colmatar, perguntamo-nos se, quando for responsabilidade da Câmara Municipal por estas respostas neste setor, o Partido Socialista também vai continuar a fingir que desconhece as carências e as dificuldades. -----

A situação em que estas instituições e parceiros se encontram, conjuntamente com o que, o Município irá, com certeza, encontrar na operacionalização do exercício das competências da ação social transferidas, uma vez que, no diploma, se verificam alíneas muito genéricas e latas que, na sua efetivação no terreno provavelmente exigirão outro tipo de apoios e investimentos não previstos, fazem-nos recear e pedir para que sejam acauteladas o maior número de variáveis possível. -----

Não queremos que, mais uma vez e mais alguma vez mais se repita o que aconteceu no CAT em Viseu. -----

Preocupa-nos, por exemplo, a verba que contempla subsídios eventuais. Este encargo contempla apoios pontuais a agregados, credenciais para farmácia, apoios para casos de emergência social e é claramente insuficiente. Este valor carece de atualização todos os anos, mas também tendo em conta os cenários socioeconómicos do país. Com os cenários apontados para 2023 e que já começam a sentir-se em todas as famílias, receamos que todos os dias o número de pedidos de ajuda que cheguem à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia venham a aumentar e que esta situação não esteja acautelada nem prevista na verba a descentralizar. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

No PSD acreditamos que a descentralização de competências, em algumas matérias, é a forma mais eficiente e eficaz para encontrar respostas políticas. Não podemos é aceitar que a concretização das responsabilidades da Administração Central seja feita através do esforço dos orçamentos municipais. No caso da Ação Social, se o pacote financeiro não acompanhar plenamente as necessidades das competências, estaremos a criar ainda maiores desigualdades para quem necessita de apoio e cujos municípios não tenham a capacidade financeira para corresponder. Isto para não falar de outras competências que vão perder financiamento, se for desviado para as competências que vão ser agora descentralizadas. -----

Senhor Presidente de Câmara, -----

deixamos-lhe um apelo: que mantenha, com sempre, a defesa do interesse público municipal e dos viseenses como primeira e principal prioridade. Disse! -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. -----

Tem a palavra a Deputada Francisca Damião. -----

---- TRINTA E UM – A SENHORA DEPUTADA ISABEL CRISTINA BENTO FERNANDES (PPD/PSD): Muito bom dia a todos. -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimas Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssima Senhora Presidente de Junta, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Excelentíssimas Deputadas e Excelentíssimos Deputados, Público em geral, Comunicação Social. -----

Estou, uma vez mais, neste espaço da democracia, para falar do “Problema social grave”, nas palavras do Senhor Presidente da República, e na “Preocupação central da sociedade” nas palavras do Senhor Primeiro Ministro - a Habitação em Portugal - que se encontra consagrada na Constituição, no seu artigo 65º e que nos diz “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Todos, inclui decerto os jovens. -----

Ora, em maio do ano passado, 2022, o anterior Ministro das Infraestruturas e Habitação anunciava a criação e passo a citar “de um grupo de trabalho para as questões da habitação, para ver o que estava a ser feito em termos de regulação de mercado noutros países da União Europeia e, havendo condições, aplicar em Portugal”. -----

Ou seja, é em maio de 2022, ao fim de sete anos de governação em que, em termos de política de habitação nada ou quase nada existia, é que se ia começar a estudar o que é que andavam a fazer “lá fora”, como afirmou o anterior ministro. -----

Esta falta de política de habitação colocou Portugal, como um dos países que, na Europa, apresenta das mais altas taxas de proprietários privados (na sua grande maioria tendo como senhorio a banca) e das mais baixas taxas de habitação pública e de habitação para arrendamento. Um verdadeiro desastre numa altura como aquela que vivemos. -----

A acrescer a isto, ouvimos o Senhor Primeiro Ministro reconhecer que a política pública de habitação foi e cito “desaparecendo” e que será agora que se vai dar a mudança estrutural necessária através da aplicação de dois mil e setecentos milhões de euros do PRR a serem executados, até 2026, na construção de habitação pública. -----

Será de acreditar que seja possível construir, ou reabilitar, os milhares de casas suficientes em termos de habitação pública que permitirão regular o mercado, naquele espaço de tempo? -----

Saliento ainda que considero inqualificável e incompreensível que um Primeiro Ministro, que tenha sido Presidente da Câmara de Lisboa, e que protagonizou a alteração à lei do arrendamento em 2006, não tenha colocado, em 2015, a habitação e sobretudo a habitação pública, em lugar de destaque dando-lhe a atenção que tanto necessitava, e só agora, que os preços do arrendamento e da venda sobem sem parar e de forma completamente desvairada é que sinaliza este problema como sendo de emergência nacional. -----

O governo andou de facto às apalpadelas e a “empurrar o problema com a barriga”, perdoem-me a expressão. -----

A decisão de autonomizar a Habitação num novo ministério tendo surpreendido, foi até uma boa decisão, posso considerar, mas foi sobretudo clarificadora que esta matéria é crucial para o país, mas que só agora é colocada como um problema nacional e transversal a toda a sociedade portuguesa. -----

A ministra é jovem e isso denota também que importa ver este “problema social grave” pelos olhos dos mais jovens. -----

Ora e como é que nós enquanto jovens vemos este problema: -----

Todos os dias temos notícias de um amigo, de um vizinho, de um companheiro de quarto, de faculdade, de estágio, de emprego, ou de um familiar que está a dias de partir para outro destino e que sentem que não conseguem realizar os sonhos em Portugal. Conseguem sim realizar os sonhos fora de portas, fora de Portugal. E porquê? Será que não somos resilientes o suficiente? -----

Será que não queremos estar no seu país? -----

Será que nós não acreditamos no futuro de Portugal? -----

O Senhor Primeiro Ministro disse: “Temos obrigação de assegurar que os jovens podem escolher Portugal para trabalhar”. -----

O que me apraz dizer é que a sociedade deve ser governada com verdade e com seriedade. E então, como pode um recém-licenciado que, em fase de estágio, a recibos verdes, ou com contrato de trabalho, e que receba um salário igual ou pouco mais alto que o salário mínimo, como é que pode arrendar ou comprar um espaço para viver? -----

Utilizar o Porta 65, que apesar de já ter sido atualizado, e não estar ainda em vigor, de facto já estará desatualizado de novo, isto porque face aos preços dos arrendamentos que sobem de forma desmesurada, este estará inevitavelmente desatualizado. -----

E a par da questão salarial, vem a questão fiscal. -----

Porque não permitir que os jovens, nos primeiros anos de emprego fiquem isentos de contribuições e impostos, o que lhes daria mais autonomia financeira. Isto porque se apregoa o IRS Jovem, ma contas feitas, este apenas dará um café por dia, quando o que é preciso é verdadeira liquidez. -----

E não vale, Senhoras e Senhores Deputados referir que Passos Coelho, apelou à emigração dos jovens, isto porque uma mentira dita muitas vezes pode tornar-se uma verdade, mas mesmo que tivesse sido assim, entendo que saber a verdade, promover pela verdade, é bem melhor do que as falsas promessas. -----

A nossa geração não encontra condições para viver em Portugal. -----

E não há maior atestado de falhanço do que termos a maioria dos jovens portugueses a quererem emigrar. -----

Esta é a perspetiva de uma jovem, com 23 anos, recém-licenciada, a fazer um estágio profissional em Lisboa. -----

E, tendo em conta, o mais recente slogan do Partido Socialista, que é amplamente difundido, “Lado a Lado com os Portugueses”, peço que me respondam se esta minha perspetiva está verdadeiramente errada e que me digam, se tendo filhos, e eles encontrando-se na situação generalizada em que a maioria dos jovens portugueses se encontram, o que é que lhes respondem à pergunta: e agora mãe e agora pai, o que é que faço? Emigro ou continuo resiliente neste país? -----

Vir aqui dizer que António Costa está a devolver esperança ao país é realmente verdade? É isso que respondem aos vossos filhos e é assim que veem o futuro dos jovens em Portugal? Gostaria de obter a resposta da vossa parte. -----

Depois, permitam-me ainda que utilize um breve minuto para me dirigir, penso que não está aqui neste momento, ao Digníssimo Deputado Dr. Jorge Adolfo, que no programa do Jornal do Centro, sob o título “Assembleia Municipal discutida no 2+2 não são 4” e relativamente à penúltima Assembleia Municipal refere que, e relativamente ao período do PAOD e cito: “uma vez mais foi trazido à discussão os temas do costume, uma vez mais a questão do IP3, Hospital, Água ... e um que fez muito eco foi a marcação das reuniões à sexta ou segunda feira”, fim de citação. -----

E aqui o Senhor Deputado detém-se a explicar o referido tema da marcação das reuniões que fez muito alarido na Comunicação Social. -----

Ora, permita-me que lhe diga que o IP3, o Hospital, a Água, são temas debatidos neste Órgão de forma recorrente e bem, realço, e deles deveria ser dado todo o ênfase e detalhe. - A questão da marcação das reuniões não é e não foi o tema fulcral aqui debatido na penúltima sessão desta Assembleia no PAOD. -----

Estivemos aqui sim a debater os temas que entendeu com sendo os do costume, mas também para dar voz a um tema fulcral que é, para os jovens relacionado com a Habitação, que hoje aqui trago de novo, tema esse que deveria e deve ser exaltado pelo Senhor Deputado e dele fazer eco na Comunicação Social para que os jovens sintam que não estão esquecidos e que estamos aqui todos para lhes dar voz. -----

Sei que foi mero esquecimento e também sei que, no futuro o Senhor Deputado, e peço que o Grupo Parlamentar visto que o Senhor Deputado não está aqui lhe faça transmitir isto, sei que no futuro o Senhor Deputado que tem a possibilidade de fazer ouvir a sua voz na Comunicação Social, dará o verdadeiro ênfase áquilo que verdadeiramente o merece. E a Comunicação Social, decerto, também fará o mesmo. -----

Muito obrigada. -----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados. -----

---- TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu prometo não demorar, aliás, muitas das questões trazidas aqui,

sendo de grande importância, mas são recorrentes, infelizmente para nós, mas eu ia passar digamos, a referir-me a algumas delas, como aquelas que anotei como mais importantes. -- Uma primeira é para me associar ao Voto de Pesar pela morte do Senhor Fernando Martins de Carvalho, alguém que conheci de perto e que me habituei a admirar, até pela sua simplicidade e pela simpatia com que falava, com que nos acolhia e, portanto, também por aquilo que fez por Viseu, ainda hoje é uma marca reconhecida aquilo que nos deixou. Depois dizer que, o Deputado Pedro Alves trouxe aqui uma comparação ou uma proposta de comparação que é fácil e podemos fazer no remanso do nosso lar sem fazer aqui. É muito fácil ver. Nós sabemos quem foram os responsáveis temporais da governação em Portugal e, portanto, em vez de estarmos aqui “trouxe, trouxe, é no Pingo Doce” é ver exatamente o que é que veio há uns anos de investimento central desta parte para Viseu e o que é que veio nos últimos anos, e é muito fácil, é muito fácil saber que tivemos autoestradas num período “X”, tivemos o Hospital, tivemos o Politécnico, tivemos o Tribunal, tivemos o Instituto da Juventude, enfim, estou a citar de memória, tivemos a Biblioteca, etc., etc., etc. O que é que veio nos últimos anos? Também repito aqui aquilo que foi dito, a não ser que me contabilizem, como já vi aqui, penso que um lapso de conhecimentos de geografia dizer que o Concelho de Viseu beneficiou muito por exemplo com a Linha da Beira Alta, a eletrificação ou com os programas quartéis da GNR. Este Quartel da GNR novo que nos orgulha muito aliás, os Comandantes dizem que é dos melhores que temos, foi da minha responsabilidade. Portanto, dizer agora que têm uma série de quartéis, naturalmente com o envolvimento do governo, que era essa a responsabilidade que tinham e, portanto, eu diria que nós estamos aqui a tratar temas que só se tratam porque eles não têm solução, não têm tido solução. Ainda hoje tenho a resposta para a duplicação do IP3, mas vale a pena falar claro, e falar com conhecimento de causa. Eu estive em Bruxelas na segunda e terça feira passadas exatamente há 8 dias e pude colocar uma questão que pelos vistos ainda não é do conhecimento pelo menos de alguns Deputados da Nação e que eu traria aqui. É verdade que há uma obstaculização a mais estradas em Portugal, desde que não sejam devidamente justificadas. Obtive isso da parte da DG REGIO do responsável pela Política Regional. O que é que isto quer dizer? Que de uma forma geral não há estradas porque já gastámos o dinheiro nas estradas que decidimos, e já agora também porque deixei isto em Bruxelas, com isso tudo cavámos uma grande assimetria, porque também como tive oportunidade de dizer nós acabámos com as estradas quando as regiões desenvolvidas estavam servidas e, portanto, mais uma razão para as regiões do interior ou aquelas que têm falta de estradas, que são normalmente as menos desenvolvidas, ainda estarem numa situação mais aflitiva, porque os outros já estão servidos e agora acabaram-se com as estradas exatamente no momento em que nós precisamos delas. Há alguém neste país e sobretudo que viva em regiões como a nossa que comungue da ideia de que nós não precisamos de mais estradas? Se calhar não precisamos naquele que parece um novelo, na Região do Carregado, na Região do Porto, quando um individuo se perder a caminho do Aeroporto arranja sempre uma autoestrada, ali em baixo no Carregado aquilo que nos é dado como dificuldade nomeadamente de orografia para atravessar ali as zonas do Mondego, lá em baixo resolveu-se bem, vai-se de Vila Franca, do Carregado para Oeiras para aquela zona do litoral, com 3 vias de cada lado, com túneis com... bem, porque é que foi lá e não foi cá? E, portanto, nós acabámos exatamente com o dinheiro das autoestradas, ou com o dinheiro para as estradas quando apenas o litoral e as áreas metropolitanas estavam servidas e depois não fizemos mais nada, isto para dizer o quê? Nós temos mais que uma razão, e o governo pode fazê-lo, apresentar em Bruxelas esta especificidade do IP3, que o IP3 que é um caso excecional e isso foi o que foi dito pelo Senhor Diretor da Política Regional em Bruxelas, se houver explicações para a exceção ela é arranjada. Mas, porque é que não há exceções, não se conseguem arranjar argumentos? Também lá deixei alguns que o governo ouviu, aliás, até

estava acompanhado pela Senhora Ministra da Coesão. Um dos argumentos é este: então querem uma estrada onde morre mais gente, conhecida pela estrada da morte, uma estrada onde os veículos de natureza especial nomeadamente da Proteção Civil mais circulam, e circulam exatamente para procurar serviços de saúde nomeadamente em Coimbra que aqui nos são sonegados e depois deixei esta ideia, se por acaso quiserem um argumento ainda mais político ouçam as declarações do Senhor Presidente da República quando veio inaugurar a Feira de S. Mateus. Veio pela A25 porque teve medo de andar no IP3 por não oferecer segurança. Querem mais? Então apresentem esta proposta em Bruxelas e façam uma autoestrada entre Viseu e Coimbra que seguramente terá financiamento europeu. Bem, mas parece-me que é tabu falar em estradas em Bruxelas, o governo não gosta. Pronto! -----

Sobre o PRR eu às vezes fico com a ideia de que o PRR é um programa que o governo tem, que arranjam e que vão distribuindo de acordo... o PRR é um programa europeu, o programa é tanto do governo como é nosso, aliás, este programa só decorre da Política de Desenvolvimento Regional. A Política de Desenvolvimento Regional fez-se para as regiões, os governos são porta-voz disso, mas não são os donos do PRR. Aqui em Portugal são! Dizem o PRR para aqui, o PRR para ali, parece que é um saco sem fundo, que vai ser uma espécie de antigo PIDDAC. Eu já me lembro, também são os juro da idade, quando antigamente queríamos dizer a alguém, está à espera da estrada? Já foi para PIDDAC, e depois tirava-se. Foi as cativações que o Mário Centeno trouxe depois mais tarde. Era assim, levem dinheiro, mas, depois a seguir a gente cativa. Isto é uma forma de fazer política. Mas pronto, nós estamos neste momento digamos, sempre a falar do PRR, e o que vemos é que ele tem uma execução relativamente baixa, ainda por cima uma execução que é pouco vigiada, portanto, eu acho que é tempo também de falarmos nisto, aliás, o Senhor Primeiro Ministro com a responsabilidade que tem e até com o prestígio que tem, e que aqui é sempre enfatizado, na União Europeia, pode arranjar um bocadinho para justificar que o IP3 pode ser uma daquelas exceções de estradas que pode ser construída com apoios comunitários, agora, haja coragem disso e haja digamos, determinação para o fazer. ----- Depois o Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba trouxe aqui uma questão, eu deixei-me dizer-lhe que tenho todo o gosto em englobar a modalidade do footgolf na Cidade Europeia do Desporto, por várias ordens de razões. Uma primeira é que uma evidência nas Cidades Europeias é demonstrarmos alguma coisa que não é de forma generalizada. Eu pude assistir à abertura da Cidade Europeia em Viana do Castelo, que é a cidade que vai ser Cidade Europeia durante este ano de 2023, nós sê-lo-emos em 2024 e uma das coisas que de certo modo compunha o ramo era trazer uma modalidade que fosse excecional, que não fosse, digamos, do domínio corrente. Eu sei que o footgolf está-se a desenvolver e de que maneira, portanto, se nós tivermos a possibilidade de o pôr, espero lá vê-lo com uma bandeirinha porque é assim que fizeram, colocar a bandeira do footgolf no Viseu Cidade Europeia do Desporto. Uma coisa que nos solicita, se nós pudermos arranjar uma escola, naturalmente, agora há uma coisa que nós não podemos fazer, é suportar as despesas da Federação, porque para esse peditório já demos, porque em determinados sítios o governo encarrega-se, mas depois nos outros são as autarquias e os nossos recursos não dão para isso, mas temos todo o gosto, ainda por cima para enfatizar uma infraestrutura, das poucas que temos no concelho, e que em devido tempo até foi polémica a sua criação, lembro-me bem, também estive na génese do aparecimento do campo de golf na aldeia de que sou natural, paredes meias com o concelho vizinho de Tondela e na altura não foi muito pacífico, agora sim, orgulhamo-nos de uma estrutura que nasceu de uma iniciativa privada e que de facto pode ser um *upgrade* para este Open nomeadamente Portugal no Montebelo. -----

Depois, sobre o Aeródromo já falei, portanto, mas gostaria de deixar aqui remarcada a ideia. Os termos foram muito fortes, foi uma “trapalhada”, não foi “trapalhada”

nenhuma, nós resolvemos o problema de forma rápida e com o envolvimento das pessoas indicadas, não há aqui nenhuma... porque se houvesse este Presidente da Câmara... podem-no acusar de muita coisa, mas falta de frontalidade não tenho, portanto, eu teria vindo a público a dizer que tinha sido desta e daquela maneira. Não foi, ficámos de repente, e posso dizer que também fiquei de certo modo intrigado por ser comunicado no dia 27 de dezembro, para no dia 1 ter um novo comandante, em Molelos ainda não os fazem e, portanto, não é assim do pé para a mão que se arranja, portanto, fiquei naturalmente preocupado, mas resolvemos o problema a tempo com as pessoas envolvidas. Eu tenho que reconhecer isso, além da carta simpática em que o Senhor Comandante nos disse que não foi, como foi dito, saneado nem de desistência, foi com ele que resolvemos o problema da substituição. Já agora posso confessar, eu nem conhecia pessoalmente o Senhor Comandante João Santos Silva, ou Silva Santos, é assim uma coisa, tem os dois sobrenomes, e até fiquei muito satisfeito, já agora também dizer isto, que espero seguramente que corresponda à verdade, recebi uma série de mensagens a felicitar-me pela escolha do Senhor Comandante, mas nem sequer é minha. Podia vir para aqui dizer que fui eu, naturalmente que eu tenho a responsabilidade política disso, mas foi-me indicado por o Senhor Comandante para sair. E já agora também uma outra coisa que não foi dita, o Senhor Comandante que sai fica em estreita colaboração com o Senhor Comandante que entra. Ficámos exatamente com esse compromisso, até de lhe passar alguns dossiers, de o ajudar ou de o informar nalgumas das coisas, portanto, não foi descuido da câmara. Já agora uma outra coisa, nos temos essa responsabilidade, mas não vale a pena também enfatizar as coisas de mais. Nós sabemos as potencialidades do Aeródromo, mas há uma coisa que se tem que dizer aos viseenses: nós ou arranjamos uma forma de financiar o Aeródromo, uma forma ou então ele sai dos impostos dos viseenses, não há outra forma. Portanto, aquilo que nós estamos a ver e por isso já reuni com a CIM do Douro e com a CIM Serra da Estrela no sentido de potenciar o Aeródromo, e também já fiz esta comunicação no seio da CIM porque acho que o Aeródromo no mínimo deve ter gestão intercomunitária, portanto, não se deve circunscrever à gestão de um município porque ele é supramunicipal e ele deve ter uma gestão seguramente, eu não diria da responsabilidade, mas sob o chapéu da CIM. Basta ir ao Aeródromo, eu sei que seguramente conhecem isso, mas se forem ao Aeródromo e forem ver quem são os passageiros que vão saindo dos aviões, é evidente que uma boa parte são daqui, mas há muitos que não são, são da região e, portanto, o Município de Viseu também suporta a parte correspondente, portanto, é justo que lhe deem outro tipo de âmbito geográfico porque Aeródromo merece essa distinção. -----

Depois sobre a Moção eu não tenho nada a referir. Sim, lembro-me é de nós recebermos aqui um encontro de professores da Fenprof aliás, num compromisso que tínhamos assumido porque o Sr. Dr. Mário Nogueira nos pediu para reunir aqui, fizeram aqui o encontro que nós naturalmente ajudámos, como fazemos com todas as organizações, e houve uma coisa que ali foi dita, que iam fazer inclusivamente uma manifestação no IP3, porque foi recordado que foi dito que ou havia IP3 ou havia dinheiro para a recuperação do tempo de serviço dos professores. Acabou por não haver nem uma nem outra e, portanto, deixava também aqui esta ênfase. -----

Não queria deixar passar a oportunidade sem comentar aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Silgueiros, um elemento altamente responsável também na estrutura do Académico, esse momento foi a Final Four ... deixem-me dizer que não é pacífico, eu também recebi alguns mails de pais inclusivamente a responsabilizarem-me pelos alunos faltarem às aulas. Então agora vêm dizer... eu disse a um pai: isso é como numa visita de estudo, os pais responsabilizam-se e nós pomos as condições, mas não venham dizer que sou eu que os mando para Leiria. Eu tenho todo o gosto que eles lá vão, e é um esforço da comunidade viseense, gastámos algum dinheiro com isso, mas há uma coisa que eu retiro

daqui, foi o garbo e o comportamento dos nossos jovens em Leiria. Ouvi, podem acreditar, dezenas e dezenas de elogios ao comportamento dos nossos jovens, ouvia-o constantemente, na rua uma série de pessoas, penso que uma grande maioria que me conhecia e que me davam os parabéns porque os jovens que andavam lá, eram facilmente identificáveis porque vestiam de preto, e que me diziam: olhe, isto nem tem nada a ver com o dia anterior e no dia anterior tinha lá estado o meu clube como sabem. Portanto, ouve isso e isto deve ser realçado. Nós fizemos a nossa parte, achámos que foi uma boa jornada de mobilização, e também muitos viseenses, mesmo muitos que apareceram lá sem ser subsidiados por a câmara e, portanto, estavam lá a apoiar o nosso Académico. --- Sobre a descentralização de serviços, a Moção que a Dra. Ana Paula aqui trouxe, de facto nós esperamos que a descentralização de serviços venha ajudar ao nosso desenvolvimento, mas que ninguém ponha, digamos, ou que enfatize, que somos nós os responsáveis, por mim eu queria cá os serviços todos. Já sabemos que não é possível, mas quem tem a responsabilidade de definir a colocação espacial dos vários serviços é que o deve fazer. Portanto, nós colocámo-nos à disposição para acolher essas infraestruturas, como nos colocamos à disposição para receber outras, de qualquer maneira, destacaria alguns serviços, nomeadamente o último onde estivemos porque penso que é elucidativo, o *Contact Center* da CUF que passou de 70 para 228 colaboradores e, portanto, é neste momento, ou aquilo que nos foi dito, um *Contact Center* que rivaliza, de forma saudável, com o *Contact Center* da EDP. Tem tantas chamadas este *Contact Center* como o da EDP. Já agora dizer que vi com gosto ou constatei com gosto que, uma boa parte dos funcionários é gente jovem, com a particularidade de alguns até poderem aproveitar para complementarem os estudos e pedem para terem horários de meio tempo, exatamente para poderem estudar, e que a grande maioria foi movida por gente que vivia em Lisboa e que veio para cá e, portanto, regressou à terra por esta possibilidade que lhes foi oferecida pela CUF. -----

Sobre as Conservatórias sem recursos, eu reuni com as Conservadoras, e reuni com elas porque sentimos na câmara também a dificuldade que tínhamos no relacionamento com as Conservatórias, sobretudo com a Conservatória do Registo Predial, são vizinhas ali, com quem reunimos e que digamos, nos colocaram esta questão. -----

O Deputado João Paulo Rebelo perguntou se tinha havido proatividade do município por causa do Centro de Estudos Judiciários? Nós tivemos a proatividade que podíamos, e já agora também dizer uma outra coisa para não ficar também sempre com a seta apontada. Não conheci mais nenhuma entidade que levantasse o problema antes do Presidente da Câmara, mais ninguém. O Presidente da Câmara foi o primeiro a levantar este problema e logo a seguir, aliás, colocámos o problema e de um momento para o outro apareceu a decisão de colocar este serviço na Área Metropolitana do Porto. Portanto, não é da nossa responsabilidade a não colocação aqui. -----

Depois tivemos aqui o ... eu só me refiro apenas a isto: eu também me queixo do atraso das obras da Central de Camionagem e do Mercado 2 de Maio, mas isso, não há nenhuma obra que não esteja atrasada. O que a Senhora Deputada veio aqui dizer é outra coisa, é a diferença entre estar atrasada e não acontecer. Nós não tínhamos problema nenhum que a Autoestrada Viseu/Coimbra estivesse atrasada, queríamos é que houvesse autoestrada, nem que o Centro de Estudos Judiciários estivesse atrasado, queríamos é que houvesse, portanto, não estamos a comparar as mesmas coisas, estamos a comparar coisas que estão a andar e que estão atrasadas, e estão atrasadas também por responsabilidades terceiras. Daqui a um bocadinho eu quero ver, e estou esperançado que a Senhora Deputada Lúcia Silva vai votar a favor quando aprovarmos o empréstimo para revisão de preços. Vamos pedir um empréstimo para revisão de preços. Não fui eu que inventei a inflação. Estudei muito quando era estudante de economia, mas não fui eu que inventei esta inflação, e, portanto, eu espero sinceramente que percebam a situação em que nos encontramos.

Vamos ver, seguramente, vamos ver como votam, nós estamos à espera disso. Há uma coisa que eu sei, isso posso eu garantir, o Mercado 2 de Maio e a Central de Camionagem com todos os problemas que tiverem vão ser feitos, esses vão ser feitos, vão ser acabados seguramente este ano, agora, mais nenhum dos senhores em relação às obras que reivindicamos me diz isso. Ninguém me pode dizer desse lado, olhe que aquilo que estão à espera vai acabar. Nem podem dizer quando é que vão começar quanto mais. ----- Sobre a descentralização de competências ainda, eu só gostaria de lembrar, eu estou de acordo com aquilo que a Senhora Deputada Isabel Fernandes aqui trouxe. Lembrar-lhe apenas que se em relação à Educação a Câmara de Viseu digamos, numa atitude que pode ser criticada, até antecipou a aceitação da competência sobre a Educação, mas pronto, mas aí aceitou-a, sobre a Ação Social ela não foi discutida, foi imposta, é preciso dizer isso, foi imposta à câmara, ou melhor foi imposto às câmaras receberem a Ação Social, Anda-se sempre a falar em municipalização, esta foi mesmo municipalizada porque se me perguntarem se a quero eu não quero, mas como sou cumpridor da lei, a lei veio dizer que nós éramos responsáveis pela Ação Social a partir de 1 de janeiro, e depois veio adiar, a partir de 3 de abril, e é isso que estamos a fazer. Há uma coisa que eu sei, e não é preciso fazer grandes contas, se a tivéssemos aceitado nas primeiras condições, tínhamos sido levados e de que maneira, e basta dizer isto: o primeiro montante para a transferência desta competência era de 56 milhões de euros, aquela que nós não aceitámos, a seguir fez-se algum barulho e passou para 94 milhões. Então alguma coisa estava mal, ou estava mal a primeira ou... isto é, se eu fosse na conversa de alguns tinha aceitado a competência por metade do preço, ou por metade do valor da transferência. Pois se nem assim estamos confortáveis para se calhar exercer estas competências, quanto mais com metade do preço. Agora, sobre também, não queria deixar de fazer aqui um reparo, até porque também vai acontecer, não é preciso vaticinar com grande certeza, é o que se passa com o Programa PARES. O Programa PARES só pariu uma vez, foi nas eleições, depois ficou ímpar e de que maneira, agora é só imparidades no Programa PARES e estão à espera do seguinte, eu deixo aqui, porque a gestão do município é da minha responsabilidade, mas os interesses a gerir são de todos nós, não são apenas meus, são de todos nós. Quando se diz a um dirigente de uma instituição social que pode fazer um investimento seguramente necessário na sua freguesia no seu âmbito de ação, e se lhe diz, tem 80% para fazer esse investimento é uma coisa, quando depois a meio do caminho se lhe diz, agora só dá 37% ou 40% como é o caso, o que é que lhe estão a fazer? Das duas uma, ou estão a mandar para o orçamento municipal que não comporta isso nem de perto nem de longe, ou estão a fazer uma outra coisa, estão a dizer aos dirigentes sociais que se endividem, e nós sabemos que muitos deles, por carolice, até muitas vezes por causa de honrarem a sua palavra, se atravessam em compromissos bancários prejudicando a sua vida privada, portanto, eu diria que é muito fácil assim fazer milagres da multiplicação dos pães. Nós fazemos um montante, dizemos que é para apoio a não sei quantos, depois vão aparecendo mais outros, mais outro, mais outro, e a gente pergunta-lhes porquê, quando se diz que também é apanhado, a gente sabe como é que é, não é? É apanhado, e sobretudo em períodos quentes, depois não se esqueça, é apanhado e também vai ser abrangido por isto nos tais períodos quentes e depois deixamo-los com o menino nos braços. Nós normalmente costumamos matar o mensageiro, mas devemos é responsabilizar quem é que andou aí a apregoar isso, quem é que andou a espalhar e, portanto, temos de lhe dizer, responsabilize-se agora por o resto, porque senão ficamos todos com o menino nos braços e eu não tive responsabilidades nenhuma nisto. Eu estou quase a acabar Senhor Presidente. -----

Uma outra questão é a do CAT. A do CAT é um problema perfeitamente elucidativo do que andamos a fazer nas nossas relações com o governo. Então, o CAT era um serviço que a Santa Casa da Misericórdia e bem protocolou com o governo, um serviço que funcionava

de uma forma espetacular, com instalações modelares, com funcionários, e eu visitei-o, tive oportunidade de ver, com funcionários exemplares, bem, de repente corta-se-lhe o financiamento e diz-se-lhe: agora andem. Quer dizer, isto não é forma de fazer. Eu não posso dizer a alguém que faz um trabalho por minha responsabilidade, olhe se não chegar aquilo que... trate-se lá disso, com esta agravante, eu penso que há aqui pessoas que seguramente também comungam comigo. É que ainda se tentou passar, e eu não sei se de certo modo não se conseguiu minimamente, a responsabilidade para a Santa Casa da Misericórdia. O que foi aparecendo aí nas televisões, e eu vejo aqui um dirigente, foi, funcionários, eu preciso de emprego, talvez a Santa Casa da Misericórdia tenha, quando não foram eles que arranjarão o problema. Esta é que é a complicação e acho que isto é que é, digamos, uma falta de capacidade para fugir às responsabilidades. -----

Depois a última intervenção foi da jovem Francisca sobre habitação, e eu percebo muito bem. Quando, como disse há dois dias ou no início da semana passada quando estive em Bruxelas, era o que se discutia, era a habitação e sobretudo o impacto nos jovens. Neste momento é um problema da União Europeia e eu espero que aqueles programas como neste momento estamos a aproveitar que é aquela habitação a custos acessíveis, a Câmara de Viseu traz hoje aqui um empréstimo até para isso, para fazer habitação a custos acessíveis vá dando um contributo para minorar este problema e, portanto, eu dava apenas um exemplo para verem a dificuldade e percebo perfeitamente esse desabafo de alguém que está na Capital. Eu vivi 5 anos em Bruxelas, como sabem, pagava mais dinheiro por um apartamento, que era um quarto de hotel, não era um apartamento, em Lisboa, do que pagava por um T1 em Bruxelas, e, portanto, esta é a nossa realidade. Se por acaso um jovem licenciado, tenho dito isto, jovem licenciado, jurista, etc., etc., concorrer à Câmara de Lisboa e fica a fazer uma grande festa, e tem razões para isso porque foi admitido, bem, o contentamento é só até lá chegar, porque depois volta para traz, ou ali para a Bobadela, por ali ou para o Seixal ou não sei quantos à procura de casa porque não consegue pagar um apartamento por menor tipologia que tenha na zona de Lisboa, seguramente. -----

Portanto, Senhor Presidente, eram estes os comentários que se me ofereciam em relação aquilo que foi dito. Muito obrigado. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. -----

Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia cumprindo também as regras regimentais, e agradecemos a colaboração de todos. -----

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos da Ordem do Dia, cumpre informar os Membros da Assembleia da obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2022-PG, Artigo 8.º. -----

Assim, alertamos os Senhores Deputados para a importância da sua permanência no seu lugar durante os trabalhos especialmente no período de votações. -----

Também antes de iniciarmos a apreciação dos pontos agendados recordamos que já aprovamos no início dos nossos trabalhos, no período da manhã, para efeitos de execução imediata, as deliberações são aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia. -----

A informação do Senhor Presidente que é o Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos foi divulgada a todos os Senhores Deputados e constará integralmente da Ata. Por isso, dava de imediato ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do PONTO UM (1) da Ordem de Trabalhos Informação Municipal. -----

---- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Peço-lhe que desculpe os cumprimentos, iria entrar exatamente na minha informação. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Deputados, -----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias obrigatórias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal. -----

Hoje submeteremos à apreciação da Assembleia Municipal a Alteração do Plano Diretor Municipal de Viseu. -----

É uma alteração que resulta de uma imposição legislativa decorrente da necessidade de os planos municipais de ordenamento incluírem as regras de classificação e qualificação do solo que estão previstas na Lei de base gerais da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, refiro-me à Lei 31/2014, de 30 de maio. -----

É uma imposição legislativa que acrescenta sanções para os Municípios que não cumprirem os prazos, nomeadamente sanções de suspensão do direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais, entre outras. -----

Importa ainda referir que a alteração que agora será discutida pela Assembleia Municipal, para além da incorporação das regras de classificação e qualificação do solo para definição do solo urbano e do solo rústico, tinha como imposição a redução dos perímetros urbanos. -----

Num processo que se iniciou e que se desenvolveu no anterior mandato, coube-nos a nós, apresentar, aprovar e reunir com as entidades estatais que tutelam estas matérias de ordenamento do território. -----

Fizemos, ainda, a necessária discussão pública, estendendo o prazo que inicialmente, como sabem, era de 30 dias, por mais tempo do que a lei impunha, pretendendo que o Plano fosse o mais participado e o mais completo possível e dando oportunidade aos cidadãos e às entidades para se pronunciarem. -----

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Durante a fase de discussão pública foram registadas 1212 participações escritas, para além das participações não escritas que foram sugeridas nas reuniões públicas e também nas reuniões técnicas havidas. -----

Para essa substantiva participação, não duvido que a escolha de um prazo alargado para discussão foi seguramente um dos fatores que mais contribuiu. -----

Como, não tenho qualquer dúvida que muito contribuíram as sessões públicas de esclarecimento que abrangeram todas as zonas territoriais do Concelho de Viseu. -----

Fizeram-se 5 sessões públicas específicas para grupos de 4 a 6 freguesias em locais próximos das populações. -----

Também se intensificou, ainda, o atendimento com mais de 600 atendimentos presenciais. -

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Do resultado dessas participações públicas, que foram analisadas à luz dos critérios técnicos e no efetivo cumprimento da lei, foi possível introduzir 346 alterações à planta de ordenamento, foram ainda feitas 22 correções no regulamento do plano e possível clarificar o clausulado regulamentar em matéria de compromissos urbanísticos pré-existent e validamente constituídos. -----

Reitero o facto de a lei que se está hoje a traduzir nesta alteração do PDM ser uma lei de 2014, que não teve, à época, qualquer contestação por parte das entidades de planeamento. Eu sublinho isto, nós naturalmente sabemos que há muita gente preocupada com o PDM, nós também estamos, temos a solução possível para obstar a estes problemas, mas esta Lei foi em 2014 e eu não estava presente exatamente numa altura em que estava fora do país, mas ao que se me consta não houve grandes reclamações sobre esta Lei. -----

Uma lei que, ao qualificar e classificar o solo, teria claras repercussões sobre os perímetros urbanos e sobre as expectativas que alguns promotores pudessem ter. -----
Os sucessivos adiamentos do prazo de adaptação dos planos levam-nos a submeter hoje, o Plano que foi desenvolvido pelo Município nos últimos anos. -----
Reitero, também, o facto de estarmos perante um procedimento de alteração, para dar cumprimento a esta imposição legal e que, pretendemos, a breve prazo, iniciar um procedimento de revisão que nos possa dar uma maior capacidade de adequação do território para os objetivos estratégicos futuros. -----
Este, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é o compromisso que aqui deixo. -----
Como sabem esta Lei e esta aprovação do nosso Plano Diretor foi feita quando eu estava apenas há pouco mais de um mês na câmara e, portanto, todo o trabalho anterior foi feito na responsabilidade da câmara anterior, mas é nossa vontade proceder e sabemos que o podemos fazer de imediato, proceder à revisão. Trata-se de uma alteração o que neste momento propomos, haverá seguramente da nossa parte e por iniciativa nossa imediatamente a decisão de uma revisão do Plano Diretor. -----
Senhor Presidente, uma outra matéria também, da qual já aqui falámos, que o novo Polo de Formação de Juizes se iria situar uma vez mais nas áreas metropolitanas. Como já foi dito não temos nada contra isso, dizemos apenas que perdeu uma oportunidade para esbater assimetrias no país como tantas vezes é referido e proclamado. -----
Um País em que só as Áreas Metropolitanas estão acima da média nacional naquilo que toca ao “Ganho médio mensal” e “Rendimento Bruto Declarado por habitante”, e isto tem muito a ver pela força da concentração do investimento público nessas regiões. -----
Foi ainda anunciado, também já foi aqui já referido mais um Curso de Medicina. Mas, mais uma vez numa área metropolitana, que é na nossa perspetiva, mais um exemplo de centralismo. Também, o programa “Mais Médicos” atingiu as unidades de Bragança Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Santiago do Cacém, Beja e Covilhã, e Viseu ficou de lado, pelos vistos deve estar bem servido de médicos ou em quantidade suficiente porque não fomos abrangidos por essa decisão. -----
Ao contrário do que alguns proclamam, o Estado Central continua a privilegiar as influências dominantes das Áreas Metropolitanas, ao invés de alegadas importâncias autoproclamadas. -----
Senhor Presidente da Assembleia, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Na sequência de um reporte dos serviços municipais do Património, também um problema que já aqui foi trazido, nomeadamente na dificuldade em fazer marcações e registos com a brevidade necessária, questioneei a Senhora Conservadora do Registo Predial e Automóvel de Viseu. Percebi, que os problemas se devem a manifesta falta de meios humanos e de meios materiais também. -----
E, que isso está a dificultar quer os serviços da Câmara Municipal, quer os serviços ao cidadão comum. -----
Precisamos urgentemente de um maior investimento do Estado Central no interior do País. -----
Precisamos urgentemente de melhorar a Coesão Territorial por via de um processo de Regionalização em que as Regiões de facto se venham a impor. -----
Para concluir: -----
Senhor Presidente, -----
Senhores Deputados, -----
Deixamos à consideração aquilo que é obrigatoriamente trazer-se, nas folhas em anexo, as matérias estão tipificadas na Lei nº 75/2013, no ser Artigo 35º, que tem a ver com: -----
- situação financeira, o saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores; -----

- a informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais; -----
- e por fim, o mapa dos recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com a indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto. –
E, é tudo Senhor Presidente sobre a minha informação. -----
(Anexo 1 – páginas 83 a 91). -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste Ponto da Ordem de Trabalhos? Tem a palavra a Deputada Carolina Gomes. -----

----- **TRINTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE):** Senhor Presidente mais uma vez reitero os cumprimentos inicialmente feitos, e passando ao assunto, e começando por tecer alguns comentários sobre a questão da revisão de PDM que é inegavelmente ou será o assunto desta sessão. -----
Constatamos de facto a triste realidade que é a quase estagnação da classificação de património neste concelho, por análise do processo de revisão: por exemplo, o troço da estrada romana em Abraveses, o conjunto dos edifícios de Arte Nova na Rua do Comércio, ou os candeeiros da autoria do Mestre Malho ou da sua escola continuam por classificar. Em 10 anos, desde a última revisão de PDM, foram classificados, ou estão em vias de classificação 8 imóveis, o último em 2019. Estamos em 2023, a pandemia já não é desculpa para tudo. -----

O Senhor Presidente diz que esta é uma alteração que resulta de uma imposição legislativa. Não posso deixar de lamentar que tenha sido levada a cabo por este motivo! Porque a verdade é que a alteração do PDM é há muito necessária, independentemente de haver uma imposição legislativa ou não, pois um PDM que não protege o território natural como o Fontelo, ou que permite colocar em causa aquíferos num concelho como Viseu que é particularmente afetado pela seca, necessita, necessitava de uma revisão urgente! -----
Foi supostamente pretendido que este processo de revisão fosse o mais participado possível, posto isto em cima da mesa, não compreendo como não houve qualquer resposta a questões colocadas sobre o mesmo, nesta Assembleia Municipal, levantadas pelo Bloco de Esquerda em várias sessões, a começar logo numa sessão de 23 fevereiro de 2022 após termos conhecimento da aprovação por unanimidade das alterações em Reunião de Câmara, a 3 de fevereiro, onde fizemos a simples pergunta, e passo a citar, “para quando podemos esperar a divulgação da proposta de revisão?” Pergunta que ficou sem resposta. -
Verificamos ainda que não há aumento da área urbanizável, mas isso tudo na verdade diz pouco sobre o desenho futuro de Viseu quanto à habitação. E, já aqui se falou sobre Habitação, não está em causa e penso que estaremos todos de acordo da importância que a Habitação tem e por isso mesmo questiono: -----

qual a política para que Viseu caminhe no sentido de se aproximar da média europeia no que trata a parque de habitação pública e a média europeia anda nos 15%. -----
Sobre PDM, ou assuntos relacionados com o PDM pergunto ainda se o procedimento de revisão que o Senhor Presidente diz que se irá iniciar a breve prazo abrangerá todo o concelho, ou apenas áreas específicas, e ainda se será mais debatido, nomeadamente fazendo sessões em todas as freguesias, incluindo as menos populosas, em vez de as agrupar. -----

Por fim, folgo em verificar, mais uma vez, que o Senhor Presidente continua a coincidir com o Bloco de Esquerda na defesa da Coesão Territorial. Reiteramos, para este fim... ---
O Senhor Presidente da Câmara intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito. ---
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse intervenções.
- A Senhora Deputada Ana Carolina Damas Gomes prossegue a sua intervenção dizendo: agradecia que me deixasse continuar. -----

... gostaria de reiterar para este fim a necessidade de iniciar um processo de

regionalização participado, aberto e democrático. E, que é necessário dotar as estruturas intermédias do Estado de legitimidade democrática: os cidadãos e as cidadãs têm o direito de eleger os órgãos e participar na definição das políticas da sua região! -----

Coesão territorial também se trata disto! -----

Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta Joaquim Polónio. -----

----- **TRINTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE CÔTA JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados desta Assembleia, cara Colega e Colegas Presidentes de Junta, Funcionários desta Casa da Democracia, caro Público presente e Comunicação Social. A todos um bom dia já adiantado. -----

Não pensava intervir na Informação do Senhor Presidente da Câmara, mas houve aqui qualquer coisa que me despertou a intervenção. Pensava sim vir intervir na discussão do Ponto que diz respeito ao PDM e por isso guardarei para então tecer algumas considerações, mas para já gostaria de esclarecer, sabendo que, esta é uma alteração imposta pela Lei nº 31/2014 de 30 de maio, e sabendo também que na altura ela deveria ter merecido contestação de quem tinha obrigação de o fazer, eu também não estava Senhor Presidente nessa altura, o que é certo é que agora nos deparamos com a obrigatoriedade e com o prazo cada vez mais curto para esta alteração. Poderia ter havido aqui algum cuidado pelo meio, que não houve, espero que o haja, e foi com agrado que vi na sua informação, na página 4 que a breve prazo se iniciaria um procedimento de revisão que nos possa dar uma maior capacidade de adequação do território para os objetivos estratégicos de futuro. -----

Tudo muito bem, fiquei ainda mais agradado com o reforço das suas declarações agora aqui nesta Assembleia dizendo que a câmara também está preocupada com isto e que se vai empenhar nisto. Mesmo assim, eu gostaria de pôr aqui à consideração algumas situações que todos nós sabemos que vão acontecer. Sabemos que, desde há muito trabalhamos em cartografias da RAN, REN, espaço florestal de produção e outras condicionantes do PDM que estão completamente desatualizadas. Para que façamos um bom trabalho, estas cartografias e com estes organismos de quem elas dependem, é preciso fazer um trabalho longo, moroso que vai levar algum tempo e que eu não sei se não vai decorrer demasiado tempo até obtermos a nossa revisão agora pensada pela câmara no sentido de chegarmos a tempo de estancar a desertificação de algumas freguesias, tal como a minha. -----

Eu tenho feito... se calhar terei sido um dos mais reivindicativos, dos mais críticos, mas queria deixar aqui bem claro que, não reivindico, nem sequer apresentei nenhuma proposta de reclamação pessoal. Tinha motivos para o fazer! Não o fiz! Todas aquelas que eu fiz foi enquanto representante da autarquia para que fui eleito. E, temo que não cheguemos a tempo com esta futura revisão porque para Côta esta é a derradeira oportunidade de fixarmos lá os jovens, de fixarmos alguns. Tínhamos inclusive trabalhado um programa que designámos de FIXAR que foi trabalhado com esses jovens, em que eles assumiram com a autarquia fixarem-se lá desde que nós lhe déssemos condições. Abdicámos de propriedades da Junta, de imediato, nesse sentido com a anuência da Assembleia de Freguesia, e começámos a desenvolver os projetos, projetos esses que eram em áreas edificáveis, e com isto que nos acontece nesta alteração elas deixam de o ser. Qual é a minha oposição perante esta situação derradeira de fixar os jovens em Côta? Guardarei como disse algumas considerações para depois, para o Ponto da Revisão. -----

Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de

Junta. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

----- **TRINTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito obrigada Senhor Presidente. -----

Reitero os cumprimentos e neste Ponto da Ordem de Trabalhos eu começo por fazer aqui uma abordagem e até talvez um esclarecimento sobre a questão da Descentralização de Competências, e dizer o seguinte: Governo e Autarquias estão de lado a lado, não estão contra. O Senhor Presidente, já foi também Presidente da Associação Nacional de Municípios, hoje não é, mas enquanto autarca acompanha também até porque faz parte deste órgão, e, portanto, o Senhor Presidente e todos os Presidentes sabem que assim é. Governo e Autarquias estão de lado a lado! -----

A Descentralização de Competências é um processo, e as reivindicações dos autarcas têm sido ouvidas, aliás, tal como comprova até o Fundo Social Municipal que em 2022, houve aqui uma justa reivindicação da parte da Associação Nacional de Municípios, que ficou acorada no Orçamento de Estado para 2023 num valor de 104 milhões de euros. E, portanto, ao nível setorial, nomeadamente na Educação tivemos aqui um aumento de 7% que significa mais de 7 mil milhões de euros que ficaram alocados às autarquias na Área da Educação e que, com uma verba, com mais de 6 milhões de euros que os municípios declararam o ano passado, portanto, há com um saldo positivo de 110 milhões, evidentemente que os respetivos municípios irão também depois apresentar as suas devidas, enfim, justificações, mas dizer-vos o quê? O que há aqui é um processo e que o Governo e Autarquias estão de lado a lado. Isto porquê? Porque o governo percebe a importância da descentralização. Todos nós sabemos que quem está próximo das pessoas resolve de uma forma mais rápida, mais célere, mais eficiente e até mais, às vezes, desculpem-me a expressão, mais barato. Aliás, os Senhores Presidentes de Junta sabem que na transferência de competências que lhes são dadas, acompanhadas com o devido envelope financeiro, se assim fosse saberiam que, certamente seriam mais céleres nas respostas que davam aos vossos fregueses, do que por exemplo o município. É assim que as coisas funcionam! Quem está mais próximo responde mais facilmente. E por isso, pelo governo entender que a descentralização de competências é um processo da maior relevância para o desenvolvimento dos territórios, para o bem-estar das pessoas, para minimizar também os problemas de falta de coesão, ou seja, é bom para todos nós, e tem havido essa abertura quer da parte dos municípios, quer da parte do governo para que o processo seja feito sempre com o melhor de ambas as partes. Portanto, gostaria aqui de deixar esta nota, que não se pense, ou que não saíamos daqui a pensar que governo e autarquias estão de costas voltadas. Não, estão lado a lado! -----

Depois em relação ao CAT que também aqui foi abordado, dizer-vos o seguinte: sem entrar em pormenores, o importante nisto é que a resposta existe, as crianças e as pessoas que precisam desta resposta têm-na, não a têm no CAT, mas têm-na nas Instituições de Solidariedade Social e isso é que é importante, porque a bem da verdade, e não vou entrar em pormenores, porque não me compete a mim entrar em pormenores, mas também da parte do governo houve vontade em que o CAT continuasse, mas as verbas, o valor que foi pedido ia para além daquilo que seria aceitável e, portanto, não foi possível continuar, mas a resposta é dada e isso é que é importante para todos nós. A resposta é dada! -----

Depois, também gostaria aqui de perguntar ao Senhor Presidente o seguinte: já foram aqui abordadas algumas questões que também fazem parte da Informação, mas relativamente à Residência de Estudantes. Ficou acordado que Viseu e o município iriam dar resposta a esta situação, portanto, à falta de alojamento para estudantes e que iria ser ali reabilitado um edifício na Rua do Gonçalinho, na Zona Histórica que só traria mais valias porque é uma forma também de se promover a Zona Histórica, dar resposta a quem necessita, nomeadamente aos jovens, aos jovens estudantes, iria ficar com 52 camas, duas delas para os alunos com mobilidade reduzida, ou seja, tudo muito bem. E, uma obra

também do PRR, embora não se goste, mas é uma obra do PRR. Pronto! Agora a questão que eu coloco ao Senhor Presidente é: qual é o ponto de situação desta obra, desta infraestrutura uma vez que os prazos de candidatura do PRR estão-se a esgotar e gostávamos de saber qual é o ponto da situação desta obra. -----

Depois também perguntar ao Senhor Presidente sobre o CEJ. -----

Bom, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu é autarca há 25 anos e salvo erro 4 meses e, portanto, se foi autarca durante estes anos todos é porque, e vivemos em democracia, o povo é soberano e certamente o eleitorado viseense reconheceu mérito para continuar a dar a vitória ao Senhor Dr. Fernando Ruas, é inegável. Pronto! -----

Agora, durante estes anos todos de mandato o Senhor Presidente não teve uma postura de: ora então o governo se quiser dê se não quiser eu estou disponível. -----

Ó Senhor Presidente, nós conhecemos muito bem o Senhor Presidente, e o Senhor Presidente arregaça as mangas e vai à luta, e, portanto, em relação ao CEJ, será que foi suficiente dizer que estava disponível, que até dava as instalações? Quer dizer, custa-nos a perceber um bocadinho, não é? Quais as diligências feitas ... -----

Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia silêncio, está bem.? Agradecia Silêncio. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua dizendo: ... quais as diligências efetuadas... o Senhor Presidente para ser autarca 25 anos teve uma postura sempre proativa, e, portanto, será que... ora então nós estamos aqui, telefonou, reuniu, quantas vezes reuniu, com quem reuniu, enfim, tudo isso é preciso saber, porque nós sabemos que quando estamos em negociação, quando queremos algo, nós temos que... -----

O Senhor Vice-Presidente João Paulo Lopes Gouveia intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua dizendo: o senhor é Presidente de Câmara? Ainda não é. Sabemos que quer ser, mas ainda não é. Pronto. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia silêncio. Senhora Deputada também não entre em diálogo. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua dizendo: desculpe Senhor Presidente, tem razão. -----

Bom, e, portanto, então era esta a questão que eu aqui gostaria de colocar. -----

Depois, em relação ao Aeródromo, portanto, também já foi aqui falado, nós sabemos que o Aeródromo desde 2014 recebeu a certificação do INAC e, portanto, o Aeródromo tem dado visibilidade também a Viseu e à Região de Viseu, porque nós não podemos viver só na nossa concha, não é, portanto, quanto mais abertos estivermos, nós temos a sorte de estar geograficamente no centro de Portugal o que nos permite aqui estar perto de tudo, perto do mundo e, portanto, dá-nos aqui uma posição geográfica de relevância e naturalmente que o Aeródromo também tem sido um motor para este desenvolvimento. ---

Também já aqui falámos e também gostaria de aqui evidenciar o profissionalismo e o sentido de abnegação com que se dedicou o Senhor Comandante Paulo Soares nos anos que esteve em exercício, foi realmente fundamental para dinamizar o Aeródromo. Também já percebemos que o Senhor Presidente não foi capaz de demover o Senhor Comandante para convencê-lo, aliás, são as suas palavras que vêm na comunicação social Senhor Presidente, eu não estou a inventar nada, eu apenas li, que estava a fazer enfim, todas as diligências, a tentar persuadi-lo, mas não foi capaz de o fazer. E, portanto, gostaríamos então de saber qual é o ponto da situação do Aeródromo, até já sabemos que tem um novo Comandante, mas também ao nível financeiro enfim, qual é o ponto da situação do Aeródromo e o que é que o Senhor Presidente tenciona para o futuro do

Aeródromo. Sim, já o disse, mas como enfim, tenho direito à minha intervenção e, portanto, também gostaria de lhe colocar aqui esta questão. -----
Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo ninguém a pedir o uso da palavra, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu queria confessar uma coisa. São intervenções deste género que me seguram aqui, que ainda me deixam algum entusiasmo, porque de facto, depois de ter ouvido, sentado aqui, colado nesta cadeira, ouvi as intervenções todas, vêm algumas que me põem bem-disposto pelo menos. O que é que eu demovi? O que é que eu fiz? Eu não conheço a Senhora Ministra da Justiça não sei se podia fazer alguma coisa, alguma coisa mais, não sei, não sei, a sério. Fiz aquilo que devia, ofereci-lhe a disponibilidade para acolher em Viseu o Centro de Estudos Judiciários, mais do que isso eu não consegui, não consegui, confesso que não. Pronto. E fico muito admirado, sim, fico muito admirado... --
A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- ***O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:*** -----
Ó Senhora Deputada, deixe-me dizer-lhe uma coisa, mas agora mais a sério. A senhora não perde a oportunidade quando está ali, até de olhar para aqui com um ar reprovador que lhe reconheço com alguma razão quando lhe dizem alguma coisa, mas depois a Senhora Deputada aí não para de estar sempre a interferir... -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém novamente do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- ***O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:*** sim! não está nada? A senhora nem dá conta ... -----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** agradecia que não houvesse diálogo. -----

- ***O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo:*** a senhora nem dá conta quando fala. Senhor Presidente estou apenas a responder digamos, a uma preocupação da Senhora Deputada ... -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém novamente do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: este é um exemplo. Pronto. É assim, é assim. Depois, às vezes ficamos espantados que chamem aquilo a Casa da Democracia. -----

Bem, agora mais a sério Senhora Deputada. Pós-me aqui uma série de questões e eu vou-lhe responder. Diz que o Governo está lado a lado com a Associação de Municípios. Pudera, até lá têm uma representante, uma Presidente de Câmara considerada e, portanto, eu espero que esteja lado a lado, aliás, nunca foi de outra maneira, nunca estivemos em lados opostos e eu fui Presidente da Associação durante 12 anos, tive oportunidade de lidar com vários governos e estivemos sempre lado a lado, aliás, mesmo quando não se percebe algumas coisas, mesmo quando se faz com uma Associação de Direito Privado negociações que deviam ser feitas de outra maneira, mas pronto, mas estamos lado a lado. Quando há escolas, uma lista da Associação e uma lista do Estado, mas não é isso que está em causa. A Delegação de Competências deve ser uma aceitação voluntária e, portanto, quem estiver satisfeito com as condições que o governo oferece aceita a competência, quem não estiver tem que ter todo o direito de dizer que não quer, a não ser, como numa outra coisa que descobriram, a imposição, mas a imposição tem um significado, mas pronto, mas que digam que todas as competências são impostas, e não há problema nenhum. Eu não recebia nenhuma competência do governo e recebo a Ação Social, porque me foi imposta, e eu vou escrever no meu curriculum ou na minha

passagem, os tais 25 anos a dizer assim: esta competência não queria aceitar, mas como sou cumpridor da lei vou aceitá-la porque ela me foi imposta por lei. Este é o lado a lado que diz, os governos com as câmaras, o lado a lado é impor. Pronto, mas vamos recebê-la. Agora, quando diz, porque é que se arranhou esta solução... a resposta do CAT existe? Então, se existe, ou se já existia antes porque é que se arranhou aquele compromisso com a Santa Casa da Misericórdia se ele não era necessário? O que é facto é que havia um compromisso, a instituição funcionava e de repente acabou-se. Portanto, se depois se arranhou uma solução para colocar aquelas crianças nem se tinha dado por aqui, faz-me lembrar alguém que passou durante muito tempo fome, depois comeu bem e depois mandaram-no outra vez apanhar fome. Portanto, já havia uma solução, pelos vistos ela não era boa senão não se arranjava a solução do CAT, mas pronto. -----
Depois diz, e foi a única coisa positiva que disse em relação ao nosso concelho, foi dizer que o Aeródromo é o motor para este desenvolvimento. Reconheceu o desenvolvimento do Município de Viseu. -----

Depois fez uma alusão, eu não percebi, sobre as Residências de Estudantes. As Residências de Estudantes são de facto para ser na Rua do Gonçalinho, mas o que a Senhora Deputada referiu aqui, dá a impressão que era da lavra de alguém que não fosse da câmara, colocar no Centro Histórico, associar-se a este programa, foi dos poucos municípios que tem investimento municipal nas Residências para Estudantes. Eu não percebi. -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: está a ver? Já não lhe sai isso! Esteja à vontade, interrompa-me quando quiser porque já não lhe sai essa... isso é um tique que apanhou. Portanto, nós temos Residências para Estudantes no Centro Histórico, e só estão atrasadas porque no nosso Centro Histórico é preciso fazer arqueologia, e descobriram os serviços que dependem do governo que ali é preciso numerar pedra por pedra e, portanto, é esse serviço que andam a fazer e nós aguardamos à espera que façam o seu trabalho. Não me diga que também somos nós os responsáveis por... por nós já andava, neste momento temos que deixar a arqueologia fazer o seu trabalho. É assim que estão as Residências na Rua do Gonçalinho, mas também dizer para que não fique nenhuma dúvida, esta iniciativa é da responsabilidade da Câmara, descobriu a Rua do Gonçalinho. -----

Depois disse uma coisa que eu até achei piada, até aponte, que dizem mal do PRR. Mas quem é que diz mal do PRR? Nós dizemos mal de que vocês achem que o PRR que é vosso, isso é que eu acho mal, é que achem que PRR é um instrumento que o governo tem e que criou. O governo criou como criaram todos os países europeus, todos têm o seu PRR, e pelos vistos o nosso até não está a correr assim tão bem como aquilo que se possa pensar. -- Bem, sobre aquilo que disse a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, não quero ser deselegante, mas eu percebo mais uma vez porque é que o povo português não vos confiou nenhuma câmara. É verdade Senhora Deputada. Os senhores tiveram uma vez uma câmara e foi uma vez tiraram-vos logo. Acharam o partido tão bem preparado, confiaram-lhe uma câmara e foi só uma vez, mal tiveram oportunidade tiraram-vos. Os senhores não têm nenhuma experiência autárquica, nenhuma, porque senão eu pedia-vos uma coisa que era, dava resultado, era dizer, olhe diga lá qual é a sua câmara para a gente ver como é que ela funciona para ver se funciona bem que a gente gosta de aprender, mas os senhores não têm nenhuma. Querem melhor atestado do que este? Portanto, não nos venha dizer que fazemos... depois veio dizer uma outra coisa que eu achei piada, comparar com a média europeia e fazer alusão à europa. Até que enfim! Os senhores também lá estão por obrigação na europa. Os senhores nem gostam daquela instituição, estão sempre contra ela, sempre, e agora já nos pedem para nos compararmos com a média europeia, se calhar é mais sensato compararem-nos com, sei lá, sei lá, com uma daquelas políticas que os

senhores sabem, com o Hugo Chávez, agora já não é, portanto, essas está bem, mas agora dá-vos jeito já nos mandam para a União Europeia para vermos como é que estamos. Sim senhor. -----

Bem, o Senhor Presidente da Junta de Côtã trouxe aqui um problema que eu tenho ouvido e confesso que ouço constantemente. Há uma coisa só que lhe posso dizer, com todo o respeito. Não se pode é dizer que esta é a derradeira ou a última hipótese do PDM, porque até agora vigorou outro PDM e a desertificação em Côtã existiu. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côtã Joaquim Polónio Lopes intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: essa é outra situação. Nós temos freguesias que com o PDM atual desertificaram-se mais, mas isso, nós sabemos qual é o fenómeno e quais são as razões para isso, portanto, não se pode é dizer que a partir de agora, se a minha freguesia estiver desertificada foi o PDM que ainda não entrou em vigor, mas ela já está, portanto, são outras razões, são outras razões que nós lamentamos, mas que, não são é razão direta nem culpa direta deste PDM que ainda está aqui para aprovação. -----

É isto Senhor Presidente que queria comentar sobre aquilo que foi aqui trazido. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Atendendo que é uma hora, íamos suspender os trabalhos. Recomeçávamos às duas e meia. -----

Obrigado a todos pelos contributos. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Boa tarde. Então íamos então reiniciar os nossos trabalhos com o PONTO DOIS (2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VISEU - PROPOSTA TÉCNICA FINAL DE APROVAÇÃO. -----

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e antes iniciar esta discussão, a Mesa não pode deixar de reconhecer a disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara para a realização ainda no período da discussão pública de uma sessão dirigida aos Membros desta Assembleia Municipal no dia 3 de outubro, em que estiveram presentes o Senhor Diretor Municipal Dr. Marcelo Delgado e também a equipe de consultoria liderada pelo Professor Jorge Carvalho. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

---- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. -----

Passo a apresentar o PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VISEU – Proposta Técnica Final de Aprovação. -----

Naturalmente que propomos a aprovação da Proposta Técnica Final com os seguintes considerandos: -----

O PDM de Viseu é hoje aqui apresentado na sua versão final, após o respetivo período de discussão pública e ponderação dos contributos. -----

Convém ainda lembrar que estamos num processo de alteração (e não de revisão) que decorre da imposição legal de adaptar os planos às leis que saíram sobre ordenamento do território. -----

Convém ainda lembrar que se não adaptássemos o plano, poderíamos incorrer em suspensão de direito de candidatura a fundos comunitários conforme definido por lei. -----

No período de discussão pública receberam-se 1212 participações escritas. -----

Do resultado dessas ponderações: -----

- Introduziram-se 346 alterações à planta de ordenamento; -----

- Fizeram-se 22 correções; -----

- Clarificou-se o conceito de compromissos urbanísticos pré-existentes; -----

I - Enquadramento Preliminar -----

1. Por imposição legislativa decorrente da entrada em vigor do D.L. n.º 25/2021, de 29 de março, os planos municipais e intermunicipais devem, até 31 de dezembro de 2022, passar a incluir as regras de classificação e qualificação do solo previstas na Lei de bases gerais da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – Lei 31/2014, de 30 de maio - abrangendo a totalidade do território do município. -----

2. Tal obrigatoriedade legal passou a poder ser cumprida, pelos municípios, até ao próximo dia 31 de dezembro de 2023, sendo, ainda, de referir a obrigatoriedade do cumprimento, para o efeito, de um prazo intercalar relevante, ou seja, se, até 31 de outubro de 2022, não tiver lugar a primeira reunião da comissão consultiva ou a conferência procedimental, no âmbito do procedimento de modificação do plano urbanístico, os municípios são objeto das seguintes sanções: -----

a. Suspensão do direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais, nas condições definidas na Lei; -----

b. Suspensão das normas dos planos territoriais, em vigor, na área geográfica, em causa, tudo desde que o eventual incumprimento de tal obrigação seja imputável ao município. ---

II - Os objetivos prosseguidos com o procedimento de alteração do PDM, em curso são os seguintes: -----

1. Incorporação das regras de classificação e qualificação do solo prevista na Lei para a definição de solo urbano e de solo rústico; -----

2. Redução dos perímetros urbanos; -----

3. Tal objetivo veio a ser concretizado mediante um procedimento de alteração do PDM do Concelho de Viseu, não tendo sido selecionado, para o efeito, um procedimento de revisão que determinasse a modificação mais substantiva e global do regime do PDM; -----

4. Tal procedimento de alteração, em curso, não envolve qualquer modificação ao regime de servidões e restrições de utilidade pública, nomeadamente, REN e RAN, sem prejuízo de terem sido introduzidos pequenos ajustamentos à carta da Reserva Agrícola Nacional (RAN) (propostas de exclusão) decorrentes da discussão pública. -----

III – Fase atual do procedimento de alteração do PDM do Concelho de Viseu. -----

1. Discussão Pública da versão inicial de alteração do PDM do Concelho de Viseu. -----

O procedimento da discussão Pública da versão preliminar de alteração do PDM do Concelho de Viseu decorreu, como é sabido, entre 11 de agosto e 17 de outubro de 2022, sendo, tal procedimento, desenvolvido para além do prazo legalmente estabelecido. -----

I. Os serviços municipais organizaram um processo de atendimento específico presencial, no qual se registaram mais de 600 atendimentos; -----

II. Foram promovidas reuniões específicas, entre os serviços técnicos municipais responsáveis e cada uma das freguesias do Concelho de Viseu; -----

III. Foram realizadas 5 sessões públicas de esclarecimento, promovidas pela Autarquia, com o envolvimento das Freguesias, nas quais se verificou uma muito intensa participação cívica; -----

IV. Por último, foi promovida, junto da Assembleia Municipal, (a que o Senhor Presidente fez agora alusão) a solicitação do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, uma sessão técnica de esclarecimento, sobre a matéria, contando a mesma com a presença dos membros do mencionado órgão deliberativo municipal. -----

IV - Indicadores de Gestão mais relevantes colhidos, durante a fase da discussão pública do procedimento de alteração do PDM do Concelho de Viseu. -----

1. Durante a fase da discussão pública do PDM do Concelho de Viseu foram registadas, nos serviços municipais competentes, 1212 participações escritas, em fichas produzidas e divulgadas para o efeito; -----

2. Foram, ainda, consideradas observações e ou sugestões não escritas, sugeridas nas sessões públicas realizadas e nas reuniões técnicas havidas, com as respetivas freguesias, integrando o seu tratamento técnico a criação de fichas específicas; -----

3. Todas as participações foram ponderadas e objeto de resposta individualizada; -----
 4. A grande maioria das participações registadas pugnavam, pela valorização do respetivo prédio, no sentido do mesmo ser classificado como urbano, embora, tais pretensões não sejam enquadráveis no conceito legal de solo urbano, ou seja, solo que “está total ou parcialmente urbanizado ou edificado”; -----
 5. No dever de ponderação técnica de tais participações foi adotado um critério material muito objetivo e exato, o qual, diga-se, serviu de orientação básica para a elaboração da versão inicial da proposta de alteração do PDM; -----
 6. Considerando o catálogo legal estabelecido, sobre a matéria, a margem técnico-jurídica para aumentar o solo urbano e categorias urbano-rurais, na sequência do procedimento da discussão pública, era muito reduzida, não por opção de planeamento, mas sim, pelo efetivo cumprimento da Lei; -----
 7. Do resultado do procedimento da discussão pública registou-se, porém, a possibilidade de introdução de pequenos ajustes ao conteúdo da versão inicial de alteração do PDM, julgando-se, para o efeito, procedentes e ou parcialmente procedentes algumas das pretensões apresentadas, e com a seguinte amplitude quantitativa: -----
Introdução de 346 alterações à planta de ordenamento que acompanha a proposta de alteração do plano, todas elas de pequena monta, não alterando o essencial da proposta inicial; -----
Introdução de algumas correções ao regulamento do plano, num total de 22 correções, todas elas de natureza não essencial e ou não substancial; -----
Neste âmbito, dever-se-á salientar a introdução, no clausulado do regulamento, de um regime jurídico, mais claro e mais transparente, em matéria de compromissos urbanísticos preexistentes e validamente constituídos. -----
 8. Todos estes indicadores, acima, sumariamente, evidenciados, constam, de forma mais desenvolvida, do relatório de análise e ponderação das participações recebidas no período da discussão pública, acompanhado das respetivas fichas de resposta, uma a uma, das participações recebidas no procedimento da discussão pública do plano. -----
- V – Etapas procedimentais subsequentes. -----
1. Aprovação, pela Câmara Municipal, do relatório de análise e ponderação das participações recebidas, durante o período da discussão pública do PDM; -----
 2. Divulgação dos resultados de tal ponderação e notificação aos interessados, nos termos legais; -----
 3. Aprovação, pela Câmara municipal, da versão final da proposta de alteração do PDM do Concelho de Viseu; -----
 4. Análise, discussão e votação/aprovação, pela Assembleia Municipal, (que é o que estamos aqui a tratar) sob proposta da Câmara Municipal, da versão final da proposta de alteração do PDM do Concelho de Viseu; -----
 5. Conquistado tal desiderato administrativo, deve ser cumprida a fase integrativa da eficácia, tendo em vista a entrada em vigor do plano, em causa, no caso, publicitação, depósito e consulta do mesmo, nos termos legais aplicáveis. -----
- Disse, Senhor Presidente. -----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Vamos iniciar então a discussão. Algum dos Senhores Deputados quer intervir. -----
- Tem a palavra a Deputada Carolina Gomes. -----
- **TRINTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE):** Boa tarde a todas e a todos. -----
- Começo por lamentar que o Senhor Presidente da Câmara tenha optado por não me responder a nenhuma das perguntas do Ponto anterior, até porque eram perguntas relacionadas com este procedimento de alteração, mas também não é isso que me vai demover de continuar a fazer as perguntas que assim entendermos necessárias e que

entendemos que esclarecem questões que dizem respeito à vida de todas e todos os viseenses. -----

Há pouco também lamentava a falta de avanços na classificação de património, além do que falei, ficam ainda por classificar todas as árvores do Fontelo como arvoredo de interesse público. E, nunca é demais sublinhar que falamos de um espaço com 10 hectares, que originariamente era um parque de recreio de bispos e altos clérigos, que dispõe de uma abundante vegetação, espécies de fauna raras e árvores centenárias, de inegável valor patrimonial e histórico, mas também um ecossistema rico, que se insere em plena cidade de Viseu, que tem características únicas e que mediante tudo isto não se percebe que com estas características este não é um espaço de interesse público? -----

E mais, é que se fosse de interesse público não teriam sido abatidas centenas de árvores no terreno privado, mas contíguo e parte do mesmo ecossistema, que agora, e bem, é reconhecido, na sua quase totalidade, como área de verde público. -----

Continuando porque estamos no Fontelo e é próximo, continuando para a Estação Agrária, que configura uma continuidade ecológica da mata do Fontelo, e onde a classificação como Usos Específicos, admite, ao arrepio do respeito por esta continuidade ecológica de que vos falo, funções residenciais ao longo da Rua do Fontelo. -----

Passando ainda a um outro caso, o Bairro Municipal, esse sim está classificado, como sempre defendemos, mas estamos muito apreensivos, para não dizer mais, com “a criação de uma frente edificada”, (estou a citar) confinante com a Circunvalação, e como quão vaga é a informação sobre este assunto. -----

Também é inconcebível a solução apresentada para a propriedade da Casa da Prebenda, que não só não está classificada como espaço verde, como se prevê a construção de novos edifícios na Rua do Chantre, apesar de, e paradoxalmente, se alegar a salvaguarda do espaço verde. -----

Apesar de reconhecermos a mais valia que é criar uma ligação do Parque de Santiago ao Monte de Viseu, verificamos que a solução vertida nesta proposta de alteração do PDM pouco preserva a relação visual com a paisagem, ou a ocorrência geológica que até deveria ser considerada geosítio de disjunção esferoidal que foi descoberta enquanto se fazia a abertura da circular. Mas, ainda porventura ainda mais relevante e por isso até mais preocupante, está prevista, nesta encosta do Monte Viseu, a construção em zonas de absorção hídrica, uma absorção que é facilmente constatável pelo brotar de água que se vê depois das terras naquela zona terem sido movidas. -----

Também ainda nesta zona de Santiago e igualmente preocupante: na Avenida Cidade de Salamanca, no lado oposto ao Parque de Santiago, está prevista construção de prédios com até quatro pisos, pese embora esta zona alague todos os anos. -----

Estes são alguns dos exemplos. -----

Sem me estender mais na intervenção, alguns dos motivos entre outros, pelos quais o nosso voto será contra. -----

Obrigada. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

---- **QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS):** Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Público, (muito público hoje) Comunicação Social, Funcionários desta Casa. Boa tarde a todos. -----

Estava na dúvida se vinha aqui comentar este Ponto do PDM, se vinha ou não numa primeira fase do tema em si, e numa segunda fase se vinha aqui falar no Ponto das Informações ou agora, decidi vir agora não só para anunciar o voto contra do Grupo Municipal do PS, mas também para lembrar a importância do instrumento legal que

estamos aqui a tratar e o histórico também deste processo. -----
Vou falar do que sei com as informações que tenho, com os dados que tenho, esta não é de facto a minha área. -----
Mas este é, de facto, um instrumento de referência, em termos de gestão do território, em termos de desenvolvimento do território. -----
Ora, o que é que os Vereadores do PS disseram num primeiro momento ou fizeram mesmo num primeiro momento? -----
Voto a favor. Vamos a isso! Queremos colaborar, queremos contribuir! Foi isso que foi dito, no fundo, foi dado um sinal de confiança. -----
Aliás, os próprios Vereadores nesse momento não deixaram de questionar a equipa de consultores, nesse primeiro momento de preparação e apresentação que aconteceu há uns meses. -----
Questionaram, mostraram interesse, mostraram disponibilidade. -----
Qual é o problema que identificamos desde esse momento até agora? -----
O problema é este: o executivo não quis que a oposição subscrevesse este documento. -----
Não quis! Porque senão, a oposição tinha sido envolvida. Por exemplo, noutra tipo de contactos, sessões, reuniões técnicas etc. ... -----
Nós, Deputados desta Assembleia também estamos com as pessoas e o que é que vemos? Que este processo conseguiu deixar toda a gente chateada. -----
Como se costuma dizer, o pobre, o rico e o remediado. Todos! -----
Sabemos de vários exemplos, incluindo casos em que temos várias dúvidas no que diz respeito à classificação e qualificação dos solos ou mesmo afectação ou desafectação de imóveis do domínio público. -----
Não estamos a dizer que todas as mais de 1200 reclamações estejam correctas. -----
Ou que a percentagem de aprovações de 30%, deveria ter sido superior. -----
Nada disso! Parte delas certamente serão menos corretas ou menos credíveis. -----
Já não para falar na impossibilidade de avaliarmos toda esta documentação... -----
Ou seja, falamos de algo humanamente impossível, no que se refere principalmente à antecedência com que os documentos foram disponibilizados. -----
Como sabemos isto não é brincadeira nenhuma, é complexo, todos nós também aqui representamos os viscenses. -----
Por isso, também aproveitava para deixar a pergunta no ar: -----
os Senhores Presidentes de Junta, responsáveis dos seus territórios, estão de facto em posição objectiva e séria de votar uma coisa destas neste momento? Há efectiva noção do que estamos aqui a fazer, num concelho com uma dimensão como o nosso? -----
A verdadeira questão é esta: -----
Este não é um problema dos políticos. -----
É um problema dos investidores e é um problema das populações. -----
Todos nós aqui dentro desta sala e fora também, somos efémeros, Viseu não, e este é um documento importante porque se projeta também no futuro, daí a nossa preocupação. -----
O executivo, portanto, não quis o envolvimento da oposição, dos Vereadores, dos Deputados municipais. -----
Noutras matérias, acontece também o mesmo. Não é novidade. E não é de agora. -----
É também o problema da não alternância em Viseu, apesar de haver alternativa. -----
E, de facto, nós cá continuaremos. -----
Respeitaremos as decisões (legítimas) do executivo, aguardaremos também pelas revisões que o Senhor Presidente também falou há pouco, mas não deixaremos naturalmente de as avaliar, como temos feito e como estamos também hoje a fazer. -----
Era só obrigado. -----
---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Côta Joaquim Polónio. -----

----- QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE CÔTA JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PPD/PSD):

Boa tarde a todos. Reitero os meus cumprimentos desta manhã e tal como prometido na discussão do Ponto de Alteração do PDM, eu disse que ia tecer alguns considerandos e assim vou fazer. Quero que se saiba que isto nada tem de pessoal, mas sim, uma questão técnica que eu desde o primeiro momento quando tomei conhecimento sempre tentei colaborar para que houvesse melhoria questão técnica. Sempre alertei que havia erros gravíssimos e não nos foram dados ouvidos, não fui só eu o único, houve mais colegas meus, alguns até em conjunto comigo, que se deslocaram ao respetivo serviço no sentido de alertarmos para esses erros graves. -----

Não fomos respeitados pela parte técnica, como tínhamos que ser respeitados. Nós os Presidentes de Junta somos os órgãos eleitos mais próximos das populações, que melhor conhecemos os nossos territórios, não quer dizer que outros o não conheçam, porque sei que a moça câmara também se preocupa em conhecer o território, mas poderá ser tão conhecedora quanto nós, mas nunca melhor do que nós. E, sentimos diretamente os anseios das populações e de quem vive nos territórios mais afastados do centro. Eu digo que não fomos respeitados, tecnicamente, porque não custava absolutamente nada, antes de se iniciar o processo terem-nos contactado no sentido de nós darmos as nossas opiniões, podiam ser aceites ou não, depois haveria a discussão técnica se era possível ou se não era possível, mas pelo menos darem-nos essa possibilidade de nós manifestarmos qual era o nosso plano de desenvolvimento para cada uma das freguesias. Insistimos, após isso foram feitas algumas reuniões informativas, nessas reuniões onde eu participei na grande maioria, sempre fui chamando à atenção para determinados defeitos que esta alteração tinha. Logo aqui, eu não tolero que determinados técnicos se ponham acima do Poder Local eleito. Eles estão lá para trabalhar, estão lá para apresentar o seu trabalho e para o pôr à avaliação de quem é legitimamente eleito. -----

Segundo, confrontados com alguns dos problemas sempre descartaram, sempre chutaram para canto as nossas chamadas de atenção. Tenho dados muito concretos, nomeadamente onde, eu não sabendo que particulares também estavam a apresentar reclamação, a Junta de Freguesia apresentou a reclamação, e o que é que sucede? Tenho aqui à mão. A reclamações dos particulares obtiveram 5 pontos, que são... pronto, mesmo este critério será discutível, mas é de lamentar que a reclamação da Junta de Freguesia tenha obtido no mesmo lugar 2 pontos. Eu gostava de questionar os técnicos qual foi o critério? Se calhar talvez porque eu sou demasiado frontal, é um defeito que eu tenho, mas não o quero perder, quero continuar a ser frontal e dizer aquilo que sinto, aquilo que me vai na alma. E, defender acima de tudo os interesses que são legítimos da freguesia que represento, dos cidadãos que lá moram e que ainda lá restam. Como que se isso não bastasse, voltam novamente a desvalorizar-nos quando ao fim de já terem entregue o último trabalho para aprovação em Reunião de Câmara é que nós somos chamados para sabermos qual foi o resultado das reclamações. Poderia ter sido dado aqui um compasso de tempo em que ainda pudéssemos ter limado arestas e que pudéssemos dentro do possível minimizado alguns dos erros graves. Mais um dado concreto, em que, como já disse aqui, na minha freguesia tínhamos propriedades da própria Junta de Freguesia, não minhas nem de ninguém em área de edificação, tínhamos assumido um acordo que iria levar à fixação de jovens porque eles tomaram esse compromisso connosco e nós tomámo-lo com eles, podia não ser derradeira, como o Senhor Presidente me veio dizer, que não seria a derradeira ou a última solução de fixar pessoas, eu sei que há outros fatores, há sim senhor, mas uma delas que é muito importante é esta, porque estava assumido que se nós lhe déssemos resposta eles ficariam na freguesia. Eu quando disse derradeira, disse derradeira porquê? Porque são aqueles jovens que estão agora numa fase em que têm que tomar uma opção na vida, ou constroem ali e fixam-se lá, ou pegam nas malas e vão para outros lados como outros já o fizeram anteriormente. Também tenho muita pena e também não me podem

apontar o dedo de eu não ter incentivado outros a fixarem-se lá e de não ter dado o próprio exemplo. Com os meus filhos eu fiz precisamente isso. Um deles estava para construir num dos concelhos vizinhos e eu disse-lhe: ó pá não faças isso porque é um mau exemplo para a nossa terra. Tens aqui onde construir, constrói aqui. E, ele acabou por olhar ao meu conselho e foi lá que construiu. Gostava que outros como ele tivessem a mesma possibilidade de lá ficar e de lá construir para ter continuidade, para que eu daqui a poucos anos, e outros como eu tenhamos gente ainda com força, com juventude capaz de nos amparar na velhice. Se estiverem longe, não sei se nós os mais velhos não ficaremos ao abandono. -----

São estas e outras coisas, não vou aqui mencioná-las todas que me levaram a esta empolgada posição de reivindicar esta opção de alteração do PDM. E, não quero de forma alguma prejudicar o nosso concelho, porque também é o meu concelho, e eu gosto muito de viver neste concelho, e sei que a lei obriga os municípios e se o não fizerem, claro, ficam condicionados às candidaturas dos fundos comunitários ou outros que também nos irão afetar gravemente, e isso se irá depois refletir também nas nossas freguesias porque se o município não tiver dinheiro para investir também não há investimento nas freguesias. Mas, também queria deixar aqui uma coisa que é: as freguesias mais distantes não têm culpa de não ter infraestruturação que aquelas mais próximas do centro têm. Portanto, e se esse foi um dos fatores que pesou para esta atribuição de classificação em determinadas zonas, se nós tivéssemos feito isso, aqui devia ter havido uma discriminação positiva em favor dessas freguesias, devia ter havido outro critério para essas freguesias e não o mesmo que houve para aquelas que são infraestruturadas. Isto é mais uma coisa que me deixa bastante chocado porque se nós não tivemos a oportunidade de ter, continuam-nos a retirar essa possibilidade de as ter. Portanto, e não é desta forma que nós temos o direito de continuar a dizer às pessoas que agora é que é, que agora é que vamos resolver o problema da desertificação, que agora é que vamos aproximar as freguesias do centro de Viseu. Portanto, temos que, rapidamente, mas rapidamente encontrar essas soluções, e essas soluções Senhor Presidente, eu vou dar aqui o benefício da dúvida, vou dar aqui o benefício da dúvida quanto à questão de uma revisão atempada e imediata do PDM e, por isso, tinha decidido que iria votar contra este PDM, tinha todos os motivos e mais alguns, e é o compromisso que eu tenho com a minha população, mas não posso votar a favor e irei abster-me. -----

Obrigado a todos. -----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Presidente de Junta de Rio de Loba Adelino Esteves. -----

--- QUARENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE RIO DE LOBA ADELINO SILÉRIO FERREIRA ESTEVES (PS): Senhor Presidente boa tarde. Reitero os cumprimentos feitos de manhã. -----

Este meu pedido de intervenção é só para tecer aqui algumas considerações em relação ao PDM. Eu enquanto Presidente de Junta e todas as participações que foram feitas pela Junta de Freguesia em relação às alterações do PDM não tenho muito que me queixar porque efetivamente foram na sua maioria aceites. Mas durante todas as reuniões que tivemos com os Técnicos do PDM eu pedi sempre que houvesse alguma sensibilidade para uma situação que não era exclusiva da minha freguesia, mas que abrangia praticamente a minha freguesia toda de um extremo ao outro, que foi a saída da segunda circular que esteve projetada mais de 30 anos nesta freguesia. Durante esses 30 anos tivemos imensas pessoas que foram prejudicadas ou que foram limitadas na sua ação, muitos tiveram que se empenhar porque tiveram que comprar terrenos porque não puderam construir nos terrenos que tinham ali para construir, tiveram o terreno de certa forma confiscado porque não podiam edificar, tiveram que empenhar-se na compra de outros territórios para poderem construir, ou eles ou os filhos, e eu pedi que durante todo este período da

discussão e da elaboração do PDM que houvesse alguma sensibilidade em relação a essas pessoas, não podia ser uma análise tão técnica, tão linear, com a atribuição de pontos porque havia saneamento ou infraestruturas. Penso que também deveria haver um pouco mais de sensibilidade para estas pessoas porque foram limitadas 30 e tal anos com as suas propriedades, que foram prejudicadas na sua vida porque tiveram que se deslocar, comprar novos terrenos para poder construir, tendo-os ali, e passados 30 e poucos anos, a segunda circular caiu por terra, e penso que bem, acho que terá sido uma boa decisão. --- Nesse sentido vinha dar esta minha justificação para a minha abstenção no voto porque se em relação à Junta todos os pedidos, as participações que fizemos, quase todas foram aceites, penso que não houve aquela sensibilidade que eu pedi desde princípio para com imensas pessoas que na minha freguesia tiveram terrenos bloqueados durante 30 e tal anos em que não puderam fazer construção e não houve a sensibilidade de agora, não tendo que ser beneficiados, mas devia haver alguma atenção especial para todas as pessoas que tinham propriedades no traçado que estava para a segunda circular. Disse! -----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de S. João de Lourosa Carlos Almeida. -----

--- QUARENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA CARLOS ALBERTO FERREIRA ALMEIDA (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, cara Colega Presidente de Junta e caros Colegas Presidentes de Junta, Senhores Membros da Comunicação Social, Público presente. Muito boa tarde a todos. -----

Registo com agrado o compromisso que o Senhor Presidente da Câmara acabou de fazer de iniciar uma revisão do PDM. Esta sim será uma boa medida uma vez que uma revisão terá sempre um carácter mais profundo, poderá sempre de entre outras possibilidades também ajustar a REN e a RAN que como sabemos não respondem às atuais necessidades, e deste modo responder aquilo que são as verdadeiras necessidades das nossas populações. Senhor Presidente, vim aqui para fazer uma Declaração de Voto. Vou-me abster na votação do PDM, não por não concordar com a totalidade do seu conteúdo, mas por um outro fator que não sendo responsabilidade da Câmara Municipal por se tratarem de obras da Administração Central acaba por estar implícito neste documento. Trata-se do IC37 e do futuro corredor ferroviário. Sou favorável a estas infraestruturas, que se façam, não posso é estar de acordo que condicionem os terrenos, que sejam defraudadas expectativas dos seus proprietários e que estas condicionantes perdurem no tempo. Há quantos anos se fala no IC37? Com o corredor ferroviário certamente irá acontecer o mesmo. Esta morosidade na execução destas infraestruturas além do prejuízo que causa aos proprietários cujos terrenos por elas são atravessados, também prejudicam o eventual crescimento destes territórios dada a largura, em meu entender exagerada, em toda a sua extensão. Disse! -----

Muito obrigado. -----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado. Há mais alguma intervenção? Deputado Pedro Alves. -----

--- QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Obrigado Senhor Presidente. Reiterar novamente os cumprimentos. -----

Em primeiro lugar queria agradecer o trabalho feito pelos técnicos independentemente do resultado não deixa de ser um trabalho que mereça o nosso reconhecimento. Dizer também, tratando-se de uma obrigação legal o município está neste caso de forma

atempada, porque todos os outros terão de o fazer também, a fazer o seu trabalho, o que nos permite como disse o Senhor Presidente também já depois de feito este ajustamento legal iniciar o processo de revisão do PDM aí sim será o momento para podermos de outro modo olhar para o planeamento do território, tomar outras decisões nomeadamente do ponto de vista estratégico daquilo que é a visão futura que temos para o território. O que acontece neste momento e é preciso que também todos tenhamos consciência, trata-se da aplicação da Lei, de uma Lei que está em vigor desde 2014, mas que o Governo também e o Parlamento durante este período nada fez para que ela fosse revogada ou alterada. Temos alguma expectativa também por parte do Governo, porque pelos vistos no próximo dia 16 irá tomar iniciativas no sentido de criar incentivos à construção de habitação e esperemos também que nesse sentido haja algum sinal, alguma orientação, alguma proposta que nos permita no âmbito das matérias que aqui são faladas, dos constrangimentos que foram encontrados, também encontrar propostas para territórios como os nossos, os de baixa densidade, de incentivo também à construção nomeadamente através de cedências de terrenos públicos como aqui foi dito por parte do Senhor Presidente de Junta de Côta, mas que isso nos permita também na gestão do PDM utilizar ferramentas para esse efeito, e não apenas procurar incentivos/estímulos para os promotores privados através de benefícios fiscais e incentivos de outra natureza, no entanto não posso também deixar de fazer aqui um reparo aquilo que foi comportamento do Partido Socialista nesta matéria. Vieram aqui quase que na hora do lobo, disfarçados como que se nada tivessem a ver com isto, até tinham boas intenções, porque até aprovaram numa primeira versão a proposta de revisão, no entanto, não foram chamados pela comissão ou pelos consultores externos para fazer qualquer tipo de trabalho. Senhor Deputado José Pedro Gomes, teve aqui a oportunidade de vir aqui a esta Assembleia, e aqui agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, apresentar as propostas, discutir com eles. Não me lembro de cá ter estado a fazer qualquer tipo de discussão. Tiveram cá sim, os Presidentes de Junta eleitos pelo Partido Socialista, mas nenhum dos Senhores Deputados do Partido Socialista cá esteve, porque não quiseram, preferiram vir para aqui hoje fazer campanha política a estar no momento para fazer as discussões. Não me lembro de cá ter estado e podia tê-lo feito, não o fez porque não quis, porque preferem sempre fazer a campanha da comunicação e da propaganda do que estar do lado das soluções quando há problemas para resolver, e nós sabemos que esta lei trazia problemas porque ia reduzir a área de construção, e a verdade é que os senhores quando aparece um problema fogem, ou então, quando o problema é do lado do governo, é pá venham cá ajudem-nos ... fizessem propostas, estivessem aqui, apresentassem as alternativas, não quiseram vir, não quiseram vir. Nós estamos perfeitamente conscientes. Senhor Presidente tenho perfeita consciência de que o processo que agora acontece que é o de Revisão do PDM é um processo que nos vai poder trazer algumas das correções, se calhar não todas, e muito do que aqui foi dito traz-me alguma preocupação nomeadamente ao nível do funcionamento dos serviços e os serviços são funcionários públicos têm que estar à disposição nomeadamente dos eleitos locais como são aqui os Presidentes de Junta que representam não apenas a si próprios, mas comunidades, têm uma legitimidade diferente dos outros, e acho que aqui os serviços têm que ter essa obrigação de trabalhar de forma diferente com quem tem uma outra legitimidade, no entanto, também, cada cidadão deve ter da parte da Administração Pública um respeito permanente, e se há alterações aquilo que é a expectativa das pessoas, e por muita razão e critério que se faça, ou que haja e que se tenha do ponto de vista legal, os cidadãos têm que ser efetivamente atendidos e na pior das hipóteses têm que ter a atenção mesmo nas más notícias por parte dos serviços, e é isto que eu chamava à atenção porque senão a culpa passa a ficar sempre no anónimo, é dizer, a culpa é da câmara. Não há culpas de câmaras porque o edifício não tem culpa nenhuma nem o órgão tem culpa na maior parte das coisas, e perceber que é importante que por

parte dos serviços quando há, porque houve muitas destas reclamações, um cuidado particular também na forma como se dirigem porque merecem esse respeito e é essa também a obrigação de qualquer funcionário público. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Costa. -----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO AFONSO PEREIRA DA SILVA COSTA (PS):** Muito boa tarde. Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, caros Colegas Deputados, Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social e Funcionários desta Casa. -----
Senhor Presidente eu antes de vir falar estava... é daquelas situações que estava a pensar se devia falar ou não, mas em primeiro lugar dizer-lhe: ainda não me considero um político, mas considero-me como sempre um Viseenses de primeira, isto porque nasci e fui criado em Viseu, e porque algumas situações me preocupam e nós em algumas situações não devemos ter dois pesos e duas medidas, e o que eu tenho notado aqui e ainda sou um principiante, é o primeiro ano que estou na Assembleia Municipal, e tenho assistido aqui a algumas situações de, o governo é que é culpado, o governo é que faz, o governo é que não faz. O governo tem feito coisas boas, tem feito coisas más, como a câmara tem feito coisas boas e também tem feito coisas más, mas, ainda hoje assistimos aqui a dizermos que algumas situações como a do CEJ e outras situações idênticas, que não vieram para Viseu e que a câmara estava recetiva e muito bem, acho que é de louvar, que está sempre recetiva para receber instituições e outros órgãos que se possam instalar em Viseu, e isso é uma das coisas que eu sempre preservei e sempre disse isso aos meus amigos e às pessoas que me são mais próximas, eu quero que para Viseu venha tudo aquilo que temos direito e tudo aquilo que um dia mais tarde, os nossos filhos, os nossos vindouros venham a poder usufruir e já basta tudo aquilo que nós perdemos, mas estamos sempre a tempo de poder corrigir aquilo que é mal feito, e aquilo que aqui é dito é que muitas das vezes vai tudo para a Área Metropolitana do Porto, de Lisboa, vai para os grandes centros, vai para o litoral e que para Viseu não vem nada. Isto é a mesma coisa, e ao fim de ouvir o Senhor Presidente de Côta, é idêntico, ou seja, para as freguesias mais distantes do concelho, não foram ouvidas, nada lá chega, querem fixar pessoas e não têm uma mais-valia para as poder fixar, isto é quase um paralelismo comparado com aquilo que nós acusamos o governo, nós, quer dizer, vocês, mais concretamente o Grupo Parlamentar do PSD que acusa constantemente o governo. Nós muitas das vezes não estamos aqui a defender o governo, nós estamos a defender é os interesses dos viseenses, e mais uma vez digo: antes de ser político e de ser eleito, sou viseense e quero o melhor e o maior número de coisas para a Cidade de Viseu, agora, custa-me é perceber isto: porque é que temos esta dualidade de critérios, para umas coisas para o país o governo serve de desculpa, mas depois aqui para as Juntas de Freguesia já não há desculpas. Eu só lhe pedia enquanto viseense... -----

O Senhor Presidente da Câmara intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito. ---

- O Senhor Deputado Alberto Afonso Pereira da Silva Costa prossegue a sua intervenção dizendo: agora Senhor Presidente, peço-lhe se faz favor como órgão máximo... como órgão máximo se me é permitido, pedir-lhe o seguinte: se podemos fazer uma avaliação, porque tudo aquilo que pode não estar bem feito, eu não estou a dizer que está tudo mal feito, tudo aquilo que puder estar mal feito ainda estamos sempre a tempo de o poder alterar, e queremos o melhor para a cidade. Estou-lhe a fazer um pedido pessoal. Se for possível podermos auscultar, se for possível ainda podermos ouvir todos os Presidentes de Junta que são as entidades que estão mais próximas dos eleitores, se ainda lhes pudermos dar esses ouvidos acho que era o momento certo para podermos dar um passo a trás ou pelo

menos melhor naquilo que for necessário. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Tem a palavra a Deputada Amélia Soares. -----

----- **QUARENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA AMÉLIA MARIA DA SILVA SOARES (CHEGA):** Boa tarde mais uma vez. Reitero os cumprimentos apresentados de manhã. -----

Sabendo que a proposta inicial da Câmara foi muito contestada, desde logo porque no período de discussão pública e ponderação dos contributos recebidos por parte da população, foram apresentadas mais de 1200 reclamações, observações ou sugestões, mas que o Senhor Presidente da Câmara já nos esclareceu que deram resposta. -----

Desde já o CHEGA inclusivamente agradece a todos os participantes num projeto bastante importante para a cidade. -----

Hoje sabemos que do ponto de vista urbanístico, a alteração agora proposta ao PDM é uma revolução à estratégia que estava implantada e consolidada para Viseu. -----

Então, face a tanta interrogação, e como representante de Viseu e dos Viseenses, o CHEGA neste caso vai abster-se na alteração ao PDM. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo mais nenhuma intervenção dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu também não vou demorar muito tempo com as explicações que tentei dar na minha intervenção, mas vale a pena esclarecer aqui algumas questões nomeadamente algumas coisas que foram ditas, algumas até com calor excessivo, mas que não correspondem minimamente aquilo que se passou, e eu gostava de começar por aí. Gostava de dizer que a Reunião de Câmara que aprovou este PDM é de 03/02/2022, estava este Presidente da Câmara na câmara há pouco mais de 2 meses. Um dia destes eu lembrome de culpar todos os Senhores Presidentes de Junta os que foram agora eleitos, por problemas que tenham na Freguesia há uns anos a esta parte e que se responsabilizem digamos, e que deem explicações por isso. A câmara, e é bom frisar isso, os responsáveis técnicos foram contratados pela câmara anterior, mas que eu contratava, são das pessoas mais experientes do país. Como sabem eu não poupo quando há razões para isso a câmara anterior, como também elogio quando há razões para isso. É bom que saibam que são dos elementos, em termos de planeamento e em termos de conhecimentos jurídicos dos mais experientes do país. A câmara contratou-os e, portanto, fez aquilo que era da sua responsabilidade. Há uma coisa que eu não percebo, é como é que agora, e deixem-me dizer isto com toda a frontalidade, eu estava exatamente em Bruxelas quando saiu esta Lei, mas havia gente que era Vereador e que era Presidente de Junta, e, portanto, saberiam exatamente o que é que... se lhes passou ao lado, se não passou, se como é que foi. Eu voltei a tomar conta desta situação, naturalmente em 2021, já nos finais de 2021. Portanto, vêm-me pedir para corrigir uma situação que acham que está incorreta, quando estiveram 8 ou 9 anos em silêncio total. Portanto, é bom separarmos as águas. E, já agora deixem-me dizer uma outra coisa, portanto, também importe saber isso. O PDM foi na primeira sessão aprovado por unanimidade, e não convence aquilo que o Senhor Deputado José Pedro aqui veio dizer. Há muita forma de dar a volta ao texto Senhor Deputado. Eu vou-lhe contar uma história rapidamente que se calhar está aqui tudo o que eu quero dizer. Se calhar já a ouviu. A história do Padre Domingo. O Padre Domingo era um padre espanhol que contava esta história. Um dia o Bispo foi visitar uma paróquia e ele mandou um padre dizer ao padre de lá que o Senhor Bispo gostava muito que tocassem os sinos. O Bispo foi visitar a paróquia, foi-se embora e não tocaram sinos nenhuns. No outro dia manda lá um outro padre a perguntar porque é que não tocaram os sinos, e ele disse: há pelo menos 40 razões para não tocarem os sinos, a primeira é porque não temos sinos.

Havia 40 razões para o PS votar aqui isto. Os senhores andaram foi a dormir, e não tiveram coragem de dizer na frente dos técnicos que não concordavam com a primeira versão. Então, cabe na cabeça de alguém, temos um documento, é votado por estes senhores e é votado desta forma que eu já lhes vou ler, para não ficarmos nas intenções. O documento é melhorado, ou pelo menos timidamente melhorado e agora votam contra. Quer dizer, quando ele era em bruto votaram a favor, quando ele tem uma melhoria, votam contra. -----

Para não ficarmos apenas pelas intenções, sabe o que é que os senhores disseram? Sabe o que é que disseram os seus camaradas na câmara? Disseram isto: “contudo de forma responsável fizemos a nossa avaliação: -----

em primeiro lugar, queremos felicitar os Serviços Municipais e a equipa de consultadoria por o serviço prestado já que a apresentação decorreu de forma muito objetiva e escorreita. Em segundo lugar, sendo uma alteração do Plano Diretor, que é obrigatória por obrigação da Lei de Bases de 31/2014”. Também concordaram com isso. -----

Depois mais à frente dizem: “as UOPG que foram durante muito tempo castradoras acabaram finalmente”. -----

E depois ainda dizem mais: “o corredor ferroviário desenhado é para servir os viseenses, aliás, ambição e opção que vai... (aqui é um erro de português, mas desse não tenho culpa), que vai de encontro não (o que eles queriam dizer que vai ao encontro) do que defendemos com a nossa pretensão dos últimos meses” e, portanto, dizem que votam com grande gosto e deram os parabéns aos técnicos que estavam ali presentes pelo excelente trabalho que fizeram. Quer dizer, mal deram conta que os viseenses e bem, a gente vê ali nas galerias, como eu se calhar como cidadão teria um comportamento assim, mal deram conta que podiam estar em desacordo, toca a juntar. Bem, mas isso não me surpreende, lembro-me perfeitamente de um Ministro da Agricultura, também do Partido Socialista, é coincidência, estavam a fazer uma manifestação contra ele, o homem saiu do gabinete e juntou-se à manifestação. É isto exatamente o que os senhores fizeram. Quer dizer, votaram a favor do PDM, fizeram-lhe grandes elogios e agora como deram conta que há pessoas descontentes, toca de juntar-se a eles. Isto é falta de coerência. Não apanham este Presidente da Câmara com 25 anos, Senhora Deputada, com esta falta de coerência. Eu também como proprietário também votava contra o PDM. Então, mas o que é que estamos a fazer. O PDM é bom quando o meu terreno é urbanizável e é mau quando, não é? É isto? Não é esta a minha obrigação? Os viseenses que fiquem a contar que como Presidente da Câmara eu não faço isso. Portanto, os senhores podem arranjar mil e uma maneiras para votarem contra o PDM, mas com este tipo de justificação, não! -----

Depois, é dito aqui que houve erros graves. Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, deixe-me dizer-lhe, eu não percebo, veio aqui dar uma lição sobre o quê? A senhora sabe quem é que fez os Jardins do Fontelo? Se calhar valia a pena perguntar, estava tão entusiasmada. Olhe que nós vamos fazer uma homenagem ao Dom Miguel da Silva que foi o senhor responsável pelos jardins do Fontelo. Então mas senhora gosta mais dos jardins do Fontelo do que nós? Quer dizer, fizemos tudo asneiras, caramba, por amor de Deus. Nós opusemo-nos... sabe que durante muito tempo não se podia construir no Fontelo porque apareceu lá um bichinho que eram as carochas das carvalhas, mais conhecidas por Vaca Loira? Fomos nós que nos impusemos, que não se podia construir nada. Então a senhora está a dizer que o PDM é mau porque no Fontelo o quê? Mas o que é que tem o Fontelo? Por amor de Deus. Eu acho é que deviam ter conceitos que trouxessem algum aporte, alguma novidade, mas isso... bem, tanto podia fazer esta intervenção aqui como no departamento do Afeganistão, era a mesma coisa. O que a senhora disse foi uma série de coisas no ar sem ligação nenhuma estreita a Viseu e, portanto, é bom também que nos situemos e que digamos algumas coisas que tenham algum jeito. -----

Já agora uma outra coisa, também não posso concordar com o Senhor Presidente da Junta

de Côta. Não houve nenhuma intervenção e também acho que o deixou mais ou menos claro. Nós não nos metemos nos aspetos técnicos. Vamos lá ver o que é que está em causa: saiu legislação a dizer aos técnicos que como eu disse, são renomados, são do melhor que há no país, a dizer, a dizer aos técnicos, os senhores têm que reduzir a área urbanizável. O que é que achavam que eles faziam? Então os técnicos passavam por cima disso sem mais? É pá, e, portanto, eu acho que havendo casos específicos como aqueles que trouxe aqui, bem, não é por isso, e não podemos ver o problema assim por isso, senão pomo-nos na posição do rapaz que não casou, gostava muito da rapariga, mas tinha um sinalinho. Por amor de Deus, quer dizer, se eu olho para o PDM, acho que ele está a cumprir a legislação e as imposições, mas de facto o meu terreno não está lá, eu tenho muita pena, mas isso acontece com muita gente. Eu não estou a dizer o seu, estou a dizer os terrenos da minha freguesia e, portanto, é por isso que eu me comprometo a fazer a revisão, e essa é da minha responsabilidade, e já agora deixem-me dizer-vos uma coisa, sabem porque é que eu optei por anunciar a revisão? Porque há uma coisa que a revisão diz: os interesses que agora forem agora aqui aprovados não podem ser diminuídos. Essa é a grande característica da revisão. Portanto, a revisão só pode melhorar a alteração do PDM que aqui for aprovada. E, portanto, eu queria-vos dizer que durante esta discussão, nós limitámo-nos a fazer aquilo que era correto. Houve uma coisa que foi da nossa responsabilidade e que eu acho que contribuiu ou que podia contribuir para os esclarecimentos. A discussão do PDM era de 30 dias e nós pusemos-lhe 45, exatamente para dar a possibilidade, porque essa era uma decisão que nós podíamos tomar, e tomámos essa decisão, agora, ninguém furtou aos viseenses e muito menos aos Vereadores a possibilidade de se informarem, isso é conversa. O Senhor Vereador Pipa fez rasgados elogios a uma sessão em que esteve aqui, e fez rasgados elogios ao Senhor Diretor Municipal a dizer-lhe da sabedoria do Senhor Diretor Municipal e dos esclarecimentos que teve na Assembleia Municipal. Então em que é que ficamos? Em que é que ficamos, não vos serve? Quer dizer, acharam que as coisas correram bem quando era para ficarem bem na fotografia com os técnicos, quando começaram a dar conta que havia alguma contestação, toca a juntarem-se a eles. Por amor de Deus. Senão não tinham tomado a posição inicial de votarem a favor com elogios rasgados ao Plano Diretor. Alguém de boa-fé concebe isto? O Plano Diretor foi votado acerca de um ano, teve este tempo todo para ser reformulado, pelos vistos não foi tanto como aquilo que nós queríamos, mas teve melhorias, foram aceites uma série de retificações, depois dessas modificações é que se achou que o PDM estava mal. Isso chama-se incoerência, não me apanham nisso. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. -----
Iriamos então proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, foi aprovado com sete (7) e ... desculpem lá votos contra? Primeira fila, voto contra? Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, por isso, foi aprovado com doze (12) votos contra e sete (7) abstenções. ***(votação corrigida na página sessenta e oito)** -----

Como Membro da Assembleia Municipal quero fazer uma Declaração de Voto relativa ao meu voto favorável. -----

----- **QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PPD/PSD):** Cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e os Senhores Membros da Assembleia. -----
Pedia a vossa tolerância para, (como tive que dirigir os trabalhos), para esta Declaração de Voto em termos de tempo. -----

Não poderia como membro desta Assembleia Municipal e perante um documento tão importante e decisivo para o nosso futuro coletivo deixar de apresentar as razões da minha votação. -----

O PDM enquanto instrumento que é de planeamento territorial estabelece também o

modelo de organização espacial e principalmente a estratégia de desenvolvimento do nosso concelho. -----

Reconhecemos que esta alteração do PDM, imprescindível por imperativos legais e necessária pela imposição para a formalização de candidaturas a apoios comunitários e nacionais é complexa e algo maximalista, implicando uma profunda mudança, que justifica uma monitorização e acompanhamento contínuo aquando a sua operacionalização. -----

Este procedimento de alteração do PDM e a contratação da equipa de Consultadoria, já foi dito, que integra profissionais de reconhecido mérito na área do planeamento e ornamento do território, iniciou-se no anterior Executivo Camarário, tendo sido aprovado, este procedimento, no dia, como já disse o Senhor Presidente da Câmara, no dia 03 de fevereiro 2022, logo no início do mandato deste Executivo Camarário, atendendo à urgência da entrada em vigor, com elogios, e isto constata-se, é só vermos a Ata dessa Sessão, com elogios à equipa de Consultoria e aos Serviços Municipais por parte dos Senhores Vereadores da oposição. -----

O documento pela sua complexidade e alterações introduzidas reserva um papel mais ativo e interventivo à Câmara Municipal na gestão estratégica urbana e também na governação. -----

A Câmara Municipal na execução do Plano intervém como gestora e licenciadora das operações urbanísticas, fiscalizadora e autoridade administrativa, mas também, como investidora, proprietária e gestora, cogерindo com os interessados investidores um fundo de compensação também na aplicação da perequação às operações urbanísticas no território municipal e constituindo e gerindo um fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística. -----

É um enorme desafio de regulação e governação urbana, que obriga ao reforço de confiança entra a administração e os viseenses, apostando-se na máxima informação e conhecimento dos planos territoriais, na transparência dos processos e na administração urbana, no diálogo permanente com os autarcas das freguesias, os agentes económicos e os viseenses, colocando sempre, como é natural, o interesse público em primeiro lugar, mas mediando, conciliando, sempre que possível, os naturais conflitos entre o interesse público e o interesse privado. -----

Temos um modelo urbanístico em vigor, considerado uma referência e um exemplo no contexto nacional, em que o Dr. Fernando Ruas teve um papel crucial, quer no atual PDM, quer na definição e implementação do modelo urbanístico com os Serviços Municipais, bem como na transformação e afirmação da nossa Cidade e do Concelho, que tanto nos orgulha a nós como viseenses, pela harmonia, beleza e o ordenamento do território. -----

Por isso, votei a favor deste procedimento de alteração do PDM, devido aos imperativos legais e à necessidade de acesso aos fundos comunitários, confiando na isenção e profissionalismo da equipa técnica. -----

E, com uma certeza: -----

A complexidade natural da operacionalização da alteração ao PDM terá, de certeza, por parte do Executivo Camarário liderado pelo Dr. Fernando Ruas um acompanhamento muito próximo e contínuo, com grande transparência, com um elevado bom senso e equilíbrio nas soluções urbanísticas, inclusive como já foi dito, os trabalhos e documentos existentes a nível da organização e estruturação do território serão considerados para efeitos da orientação da forma urbana. -----

Temos confiança no trabalho realizado e nos documentos apresentados, mas também não podemos, não devemos ser insensíveis às centenas de sugestões e reclamações e a outros problemas que de certeza se irão colocar aquando da implementação das alterações ao PDM, assumindo os eventuais erros, constrangimentos, os problemas e trabalhando para

uma rápida resolução, através de uma modificação mais substantiva, como foi dito, e global, iniciando logo que a legislação o permita a modificação/revisão do PDM. -----
Esta é uma área decisiva para o nosso futuro coletivo, e como cidadão e membro desta Assembleia Municipal terei sempre no futuro, aquilo que alguns chamam, um desassossego cívico preminente, porque: -----

não há planos perfeitos; -----

as soluções urbanísticas podem ter eventualmente erros; -----

e, o interesse público, pode e deve ser questionado, tendo em vista a reavaliação de alternativas, a justificação e a melhoria da proposta inicial. -----

Temos um modelo urbanístico de referência e vamos continuar, que é um exemplo no contexto nacional e que contribui decisivamente para a nossa qualidade de vida e bem-estar, que todos queremos, desejamos e que não abdicamos. -----

Queremos todos continuar a ser a melhor cidade para viver, trabalhar e estudar, queremos ser um território atrativo e competitivo que dá prioridade ao bem-estar da população e ao seu progresso. -----

Estes são os princípios, são as convicções pelas quais votei favoravelmente a alteração ao PDM, tendo em consideração a obrigatoriedade legal, mas também em total sintonia com os objetivos estratégicos do texto final em discussão. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** há mais alguma Declaração de Voto? Só uma retificação à votação, estão-me aqui a dizer que houve, não sete (7) mas oito (8) abstenções. -----

Nós vamos até dizer de quem foram as abstenções que é para não haver dúvidas. -----

Agora vou abreviar: -----

Amélia Soares; -----

Carlos Almeida; -----

José Fernandes; -----

Fernando Almeida; -----

Custódio; -----

Adelino; -----

José Pereira; -----

Polónio. -----

**(Votação final - proposta aprovada com oito (8) abstenções e doze (12) votos contra). (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 93/94). -----*

Iremos então passar ao PONTO TRÊS (3) da Ordem de Trabalhos APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO N.º 1. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

---- **QUARENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. De uma forma muito rápida, mas permita-me que faça uma pequena nota de rodapé para dizer que, e solicitar à Assembleia digamos, alguma compreensão pela forma apaixonada como tratei este ponto. Foi só por o tratar de forma apaixonada que eventualmente o tom de voz podia ter sido um bocadinho menos acalorado, mas pronto. E, posto isto, iria então apresentar Senhor Presidente o PONTO TRÊS (3). -----

O que proponho à Assembleia Municipal, no uso da competência que aprova a proposta de revisão nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo normativo legal. -----

É tudo Senhor Presidente. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Algum dos Senhores Deputados quer intervir no PONTO TRÊS (3)? Não havendo nenhum pedido de intervenção iríamos passar à votação. PONTO TRÊS (3) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO N.º

1. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com uma (1) abstenção.* (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 95/96). -----

PASSAMOS AO PONTO QUATRO (4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO E LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - DECRETO-LEI N.º 87-B/2022, DE 29 DE DEZEMBRO - PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado mais uma vez. Sobre este Ponto eu queria referir que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e também o Decreto-lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, diplomas através dos quais se pretende concretizar a transferência de competências para os Órgãos Municipais e também para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social, foram complementados através das portarias números 63, 64, 65 e 66, e publicadas já no dia 17 de março de 2021, tendo em vista regulamentar a transferência de competências, bem como o Despacho 9817-A/2021 de 8 de outubro. -----

O Decreto-lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro vem alterar os artigos 14.º, 15.º e 24.º, do Decreto-lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente, e aqui é que é importante, no que diz respeito ao prazo de concretização da transferência de competências para os Municípios, que pode ser prorrogado até 03 de abril de 2023. -----

Propõe-se que, a Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, na sua atual redação, com base na fundamentação das anteriores deliberações e, bem assim, nas razões antecedentes manifeste a intenção de prorrogar o prazo de transferência das competências no domínio da ação social, até 03 de abril. Isto é de forma simples fazer coincidir o novo prazo com o prazo que foi alterado pelo Decreto de Lei. E, é tudo Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido iríamos então passar à votação do PONTO QUATRO (4) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO E LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - DECRETO-LEI N.º 87-B/2022, DE 29 DE DEZEMBRO - PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? -----

Agradecia que levantassem bem o braço, nós daqui de cima é difícil. -----

Votação por filas. -----

Aprovado com doze (12) votos contra e uma (1) abstenção. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 97/98). -----

PONTO CINCO (5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Antes de passar a este Ponto, e também, digamos, usando do tempo que me é concedido, só queria deixar aqui um comentário a esta última votação. Estávamos a votar o prazo de concretização de transferência de competências para os municípios que foi imposta por lei, para 3 de abril. Como é que é possível. Eu venho aqui trazer uma

proposta que manda prorrogar o prazo da transferência de competências na Ação Social para 3 de abril por lei, e os senhores votam contra. Eu não percebo isto, mas pronto. -----
Senhor Presidente passo ao PONTO CINCO (5). Tendo em conta a documentação disponibilizada, propõe-se ratificação dos contratos de delegação de competências entre o Município de Viseu e os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, no âmbito da Descentralização na área da Educação, que tem por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria da educação, estabelecido no art.º 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e concretizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação. -----

O contrato de delegação de competências abrange as seguintes áreas: -----
Distribuída por 5 áreas. -----

- a) Edificado e Investimento; -----
- b) Funcionamento dos edifícios escolares; -----
- c) Apoios e Complementos Educativos; -----
- d) Escola a Tempo Inteiro; -----
- e) Recursos Humanos; -----
- f) Financiamento. -----

Nota: -----

Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique - 42.807,00 euros; -----

Agrupamento de Escolas de Mundão - 21.320,00 euros; -----

Agrupamento de Escolas Viseu Norte - 38.473,00 euros; -----

Agrupamento de Escolas do Viso - 25.320,00 euros; -----

Agrupamento de Escolas Grão Vasco - 40.640,00 euros; -----

Escola Secundária de Alves Martins - 10.667,00 euros; -----

Escola Secundária Emídio Navarro - 11.500,00 euros; -----

Escola Secundária de Viriato - 24.153,00 euros; -----

Valor total deste pedido são: 214.880,00 euros; -----

É tudo Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Senhor Presidente uma vez mais reitero os meus cumprimentos. Eu apenas venho aqui também fazer uso da mesma figura que o Senhor Presidente da Câmara fez, que é falar do Ponto anterior. Só para deixar claro o seguinte: Senhor Presidente, nós poderemos estar em desacordo relativamente às matérias, agora, não pode é o Partido Socialista ficar aqui com o ónus, como quase que deu a entender que votamos ... é uma coisa da Lei e vocês estão a votar contra. Nós não estamos a votar contra a Lei. Nós estamos a votar contra a intenção de prorrogação que a câmara manifesta, e porquê? Também não preciso de lhe dizer, porque desde a primeira hora, como sabe, e é aí que podemos divergir, nós entendemos que as competências fazem todo o sentido que sejam transferidas, o Senhor Presidente entende o contrário, sabemos que pede a prorrogação por 2 meses, como até pedia por 20 anos se lhe permitissem essa vontade. Portanto, é só no fundo para esclarecer, o Partido Socialista não votou aqui contra lei nenhuma, nem contra o cumprimento de alguma lei que seja, o que nós votámos foi contra a intenção da câmara que evidencia ou que não está preparada, ou que efetivamente não quer continuar a fazer as coisas. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Presidente é para o esclarecimento de duas coisas: -----

Uma primeira, o Senhor Deputado invocou aqui a figura do... espero que isso não me abranja sinceramente. Figura do Regimento eu não... se não me quiserem aqui eu não venho cá, agora, invocar a figura? Dizer, usou da figura? Usei da figura por modo próprio, estou aqui enquanto Presidente da Câmara a dar respostas. Não é a mesma condição. Espero eu que saiba disto. -----

Agora o que eu venho dizer é outra coisa Senhor Deputado. Então, nós mal ou bem, não interessa, não aceitávamos as competências da Ação Social, o Governo faz uma negociação com a Associação de Municípios onde fez aquele flic flac, isto é, onde tinha dado aos municípios 55 milhões de euros, que os senhores achavam... aqui é que o senhor tocou no ponto, os senhores com 55 milhões de euros achavam que nós devíamos aceitar, e depois veio o Governo através da Senhora Ministra da Coesão dizer assim: vejam lá que disparate, em vez de 55 são 94 milhões. Que contas é que os senhores fizeram? E, depois, por causa destas confusões sai um decreto-lei a dizer, agora as competências passam para 3 de abril, e bem, e eu venho aqui dizer isso. Olhem, isto passou para 3 de abril e os senhores votaram contra. Você está-me a dizer que eu que alterei tudo? Por amor de Deus, até me admiro, o senhor veio da Casa Mãe da Democracia onde isto foi decidido, então nem sabem sequer que isto passou para 3 de abril? O que é que querem que lhes faça? Passou para 3 de abril, mas eu devia ter feito isto em fevereiro do ano passado? Por amor de Deus, isto é de mais. A Senhora Deputada diz: podia ter feito. Ó Senhor Deputada, por amor de Deus. Haja limites um bocadinho até ao decoro. Por amor de Deus. -----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** dava a palavra à Deputada Carolina Gomes. -----

--- **CINQUENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE):** Mais uma vez boa tarde. Neste Ponto uma vez mais, e em matérias relacionadas com este processo de transferência de competências votaremos contra. -----

A lei que estabelece o quadro de transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, publicada em 2018, mereceu na altura o voto contra do Bloco de Esquerda, uma vez que defendemos o princípio da subsidiariedade, ao abrigo do qual as competências estão alocadas ao órgão mais competente para as executar, estando subjacente a este princípio também a democraticidade e, como tal, que o órgão seja eleito por sufrágio universal e com escrutínio pelas populações. -----

Considera-se que a descentralização, nos moldes em que tem vindo a ser aplicada, viola estes princípios, agravando as assimetrias regionais. -----

O que está a ser promovido, no nosso entender, não é uma descentralização é sim uma municipalização, como temos vindo sistematicamente a dizer, de um conjunto de competências do Estado Central, que ameaça agravar as assimetrias regionais, ao comprometer a universalidade e igualdade no acesso das populações aos serviços prestados, ao mesmo tempo que promove uma total desresponsabilização do Estado em funções essenciais e estruturais como a Educação que é o Ponto que estamos agora aqui a analisar. -----

Não posso deixar de referir que temos verificado que esta municipalização está em Viseu a falhar em dar resposta a assuntos que são prioritários nas escolas públicas. A título de exemplo: o Pavilhão da Azeredo Perdigão tem três vidros partidos desde o início do ano letivo e tem tardado a sua reparação. Tem graça não tem. Tem graça crianças e jovens estarem a ter aulas de educação física num pavilhão com três vidros partidos. -----

Também as verbas de apoio às visitas de estudo são inexistentes em muitos setores de ensino e neste momento, insuficientes às que existem face às necessidades e aumento de custos provocado pela inflação. -----

Não posso deixar de dizer que isto são realidades que entram em contraste, e sem ser minha intenção ferir as equipas ou o desporto em causa, mas de facto são realidades que contrastam com o financiamento da ida de cerca de 2000 jovens a Leiria para assistir a um

jogo de futebol, incluindo aluguer de autocarros e o marketing territorial cuja funcionalidade se torna francamente críptica quando é um marketing vocacionado para pessoas que já são de Viseu. Disse. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado. Há mais alguma intervenção? Não havendo dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Presidente eu demoro pouco tempo, mas é para comentar esta última parte. Eu fico muito satisfeito, os senhores lembram-me duas vezes. Isso foi a carta que mandou a Senhora Professora Manuela Antunes. Eu já sabia dos vidros partidos. Ó Senhora Deputada, veja lá o que eu sei, até dos vidros partidos da escola lá de baixo. Os senhores estiveram à espera que passasse para a câmara para agora darem conta que os vidros estavam partidos? Mas deixe-me dizer-lhe uma outra coisa. Eu encontro aqui exatamente as razões e desculpe lá, eu não costumo ser duro assim, porque é que o Bloco de Esquerda não tem câmaras. Ó Senhora Deputada, a primeira coisa que disse, foi o contraste, o choque que teve com a municipalização. A senhora disse: o que estão a fazer é uma municipalização. Cuidado que isso é um crime dos diabos. Pois é, não tem lá o vosso dedo. Onde é que os senhores estavam quando fizeram a geringonça? Estavam aonde? Foi assim que se fez a descentralização, foram os senhores que a negociaram... -----

A Senhora Deputada Ana Carolina Damas Gomes intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- **O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:** sim, sim, é mau perder esse tipo de memória. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** iríamos então proceder à votação do PONTO CINCO (5) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com uma (1) abstenção e um (1) voto contra. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 99/100).* -----

Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio para uma Declaração de Voto: -----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente, reitero os meus cumprimentos. A exemplo de todas as situações nesta questão da descentralização da educação, portanto, como já é habitual eu faço uma abstenção porque não concordo com ela. Não está em causa esta situação em concreto, está toda essa situação, porque sempre entendi e o tempo cada vez mais e infelizmente me dá mais razões, de que houve aqui uma tentativa que foi a de passar dos problemas para as autarquias, porque isso é que dava jeito, e em bom tempo os professores estavam despertos para não permitir que as coisas não fiquem por aqui porque estava preparado tudo e mais alguma coisa. Muito obrigado. -

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado António Jorge. -----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JORGE GOMES RODRIGUES (PPD/PSD):** Agora com menor carga emotiva, reitero os cumprimentos a toda a sala na pessoa do Senhor Presidente estendendo esses cumprimentos a todos os presentes. -----

A minha declaração de voto neste ponto relativo à Educação tem a ver com o facto de, apesar de ter votado a favor, me sentir na obrigação de vir aqui justificar esse voto a favor. Pois se o assunto em causa não tivesse a ver com a diminuição e simplificação de todo o processo burocrático entre as escolas e o município, aliviando toda essa carga burocrática e eliminando alguns pendorres que não fazem sentido existir, o meu voto seria de outra forma. -----

E porquê? Simplesmente porque devo fazer o “mea culpa” pela minha ingenuidade ao ter confiado, a certa altura, na conversa de quem dirigia o país, que no fundo só quis ver aliviada a sua carga de trabalho e a sua responsabilidade. -----

Esta “casa a arder” foi colocada nas mãos dos municípios. Imposta! Não foi por não ter levado o assunto com a seriedade devida, foi porque fui ingénuo, fui incauto e acreditei. --- Mas certinho é, que, nunca mais me voltarão a enganar, nem governos geringonçados, nem não geringonçados. -----

Portanto, isto para mim, e se me permitem a comparação, é como mandar um filho para a universidade, estudar para fora, para ser mais autónomo, para ser mais capaz, e depois não lhe dar a mensalidade certa para ele cobrir as suas despesas mensais. Isto é uma total irresponsabilidade. Eu não sou contra a transferência de competências. Eu também concordo que quem está perto tem a obrigação de fazer melhor por conhecimento do terreno. Agora, há uma coisa importante, é não delegar e não controlar a jusante e monotonizar aquilo que tenha que levar reajustes, e esta parte a mim é que me assusta. --- Portanto, é esta a minha opinião. -----

Dizer só que esse pai que tem esse tipo de atitude perante o seu filho é um fraco pai. Um fraco pai é o nosso Estado Central. Central? Toda a gente sabe que todos nós somos Estado, não é? Portanto, estado centralinho. Centralinho e centradinho. Centradinho em Lisboa. -----

Portanto, só para dizer que é um fraco pai. É assim que eu o sinto no dia-a-dia da Educação. -----

Todas as críticas que possamos fazer à forma como a Educação está a ser municipalizada em termos de infraestruturas e ao nível do pessoal não docente, podem fazer algum sentido. Podem fazer algum sentido porque há toda uma máquina que no fundo não está preparada para aceitar aquilo que lhe foi transmitido porque depois não temos o resto, portanto, o complemento em termos económicos aquilo que são as responsabilidades aceites. -----

Alertar, apenas, o Executivo e esta Assembleia, estão avisados certamente, mas para estarmos atentos, porque se as escolas e o pessoal não docente foram um presente envenenado, imaginem se a intenção for passar os professores para a alçada dos municípios, seria uma bomba atómica! E dar um jeitão agora ao Governo se estivessem na mão dos municípios. Muito obrigado-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- CINQUENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, eu não queria que ficasse aqui, é mesmo muito rápido, que ficasse aqui a ideia de que este Presidente da Câmara era a favor da descentralização de competências como ela está feita. Tive a oportunidade de o dizer à sociedade que eu não tinha aceitado a transferência de competências, portanto, isso que fique claro, aliás, recordo ainda, os mais novos não se recordarão, tive a responsabilidade de falar pelos municípios durante 12 anos e este tema já andava. Nunca aceitámos a transferência de competências. Já sabíamos que era municipalizar os problemas e abandonar, digamos, para os municípios o odioso, até por uma razão que sabíamos e que sabemos hoje, é muito mais fácil dizer às pessoas para reivindicarem junto da câmara do que junto da 5 de outubro. Na 5 de outubro vão acampar, na câmara não, vão à porta da câmara com uma facilidade espantosa e, portanto, nós sabíamos que o tom reivindicativo que era maior, isto só para dizer o seguinte: nós estamos a cumprir uma coisa que foi decidida, mas não somos fãs da descentralização de competências. Não teria aceitado nenhuma, e, portanto, só aceito... só aceito não, não tenho outro remédio, não sei como dizer isto, aquelas que foram impostas por lei nem refilo, são impostas por lei, mas fica a indicação de que foi a lei que nos impôs a aceitação da competência. É assim com a Ação Social. Nós não queríamos a Ação Social,

a lei impõe e nós cumprimos a lei. Que fique claro para amanhã não se vir dizer que vocês quiseram a transferência. Não queríamos nada! Não queríamos nada, que fique lá no... é por isso que se justifica que haja aqui um prédio alto que tem a Segurança Social para desempenhar as ações da Ação Social e outras, e, portanto, nós não queríamos a competência. Portanto, também queria dizer que na Área da Educação também não a teria recebido e muito menos a teria antecipado. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente da Câmara. -----

Íamos então passar ao PUNTO SEIS (6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - PARTE 1 - NOVA MINUTA DE CONTRATO - RATIFICAÇÃO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

---- CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente muito rapidamente, trata-se de retirar do contrato algumas propostas que nós próprios tínhamos metido e que segundo os serviços que analisaram isto eram violadoras, e portanto, aquilo que se pede é para que os novos contratos do Fundo Ambiental tenham de facto uma outra configuração e, portanto, é ajustar o texto de acordo com informações posteriores dos Serviços Jurídicos e, portanto, as Cláusulas Contratuais Gerais foram retiradas a nosso pedido. É só isto, é só esta esta informação. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. -----

Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

---- SESSENTA – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente, reitero os cumprimentos a todos e a todos. Eu venho aqui dizer efetivamente que, no caso vertente, nós estamos a falar de uma ratificação a que o Partido Socialista vai votar favoravelmente. No caso anterior que já esteve aqui em discussão, e não pode passar em claro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal até aproveitou a circunstância para dar a entender que quem eventualmente aqui tem como eu funções também na Assembleia da República, até tinha obrigação de saber. Eu quero-lhe dizer Senhor Presidente da Câmara que eu sei absolutamente e conheço tudo em absoluto detalhe que é aprovado na Assembleia da República, tal como o senhor conhecia quando esteve no Parlamento Europeu todas as diretivas e regulamentos que lá eram aprovadas. É nossa obrigação como nós sabemos. E, é por o saber que lhe digo assim: -----

“no nº5 o prazo previsto no numero anterior pode ser prorrogado até 3 de abril de 2023”.

Acho que já nem precisava de ler mais nada. “pode ser prorrogado até 3 de abril, pelos municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das competências previstas no presente decreto-lei no prazo previsto no número anterior, após prévia deliberação do órgão deliberativo”. -----

O Ponto seis diz: “a comunicação a que se refere o número anterior é feita até ao final do mês de fevereiro”. -----

Senhor Presidente da Câmara não quis assumir naquele momento e quer fazer uso de uma prorrogação que a lei lhe dá. Faz muitíssimo bem. Nós como divergimos desde a primeira hora porque entendemos que as câmaras municipais devem e tinham condições, e o Senhor Presidente discorda e acha que ganhou ainda mais dinheiro a discordar. Isso está tudo certo. Por favor, não nos pode é dizer que nós estamos a votar contra uma coisa que dá a impressão que a lei obrigava a fazer. Não! A lei concedia-lhe a hipótese de prorrogar. O senhor optou por prorrogar e o Partido Socialista em coerência, como acha desde a primeira hora que as competências já deviam estar na câmara, agora também vota contra a prorrogação. Não venha é dizer: ai, os senhores aprovam as leis em Lisboa e depois vêm aqui e não as sabem cumprir? Sabemos, sabemos. Está tudo certo. Muito obrigado. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tem a palavra o Senhor Presidente

da Câmara. -----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** ó Senhor Presidente apenas para esclarecer esta situação. De facto, então alguém que está na Assembleia da República vota a prorrogação, votou a prorrogação até ao dia 3 e depois diz assim: isto é votado, mas nós não queremos isso... podem-se rir senhores, convosco eu posso muito bem, e até me delicio com o riso da Deputada Lúcia Silva, até me rio, a sério, a senhora é a única que mantém aqui com esta disposição por que de facto... não... aquilo que a senhora diz aqui é mesmo para rir de facto. Então os senhores aprovam na Assembleia da República, se achavam que o prazo era suficiente nem sequer levavam a proposta à Assembleia da República. Se achavam que era suficiente o 31 de dezembro, escusavam de dar esta prorrogação. Se levaram esta prorrogação à Assembleia da República e a aprovaram, não concordam com ela? Por amor de Deus, quer dizer. Os senhores aprovaram-na e levaram-na até 3 de abril e agora dizem assim: nós aprovámos uma lei que pode ir até 3 de abril, mas estamos contra que o senhor lá chegue. Que raio de coisa é esta! Mas o que é que é isto! Bem... -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** iríamos então proceder à votação da PROPOSTA DE FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - PARTE 1- NOVA MINUTA DE CONTRATO - RATIFICAÇÃO. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 101/102). -----

Os PONTOS SETE (7) e OITO (8) fazia a proposta à Assembleia de haver discussão conjunta e votados separadamente. Alguém se opõe? PONTOS SETE (7) e OITO (8), o Senhor Presidente da Câmara concorda? Ok! Então vamos fazer discussão conjunta e votação separada dos PONTOS SETE (7) e OITO (8). -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **SESSENTA E DOIS** Muito obrigado Senhor Presidente. Não demoro mais de um minuto. É para dizer que são pedidos de empréstimo. Esclarecer apenas que o limite de endividamento da câmara suporta bem isto, mas que têm a ver, por um lado com o programa de construção de casas a custos acessíveis e, portanto, achamos que é importante poder contribuir neste programa que achamos de interesse e depois um outro que tem a ver com a revisão de preços. As revisões de preços derivam diretamente do período inflacionário, não derivam... quando acabarem... -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* agradecia silêncio. -----

- *O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo:* ... não derivam dizia eu, não derivam diretamente da ação da câmara, são revisões de preços que derivam do processo inflacionário para que nós naturalmente não contribuimos, portanto, o que vimos dizer é que vamos pedir um empréstimo para financiar esses acréscimos de custos que tivemos com as revisões de preços. Portanto, é apenas isso. Achamos que esta geração que não tem a obrigação de suportar sozinha revisões de preços em obras que se prolongam por várias gerações. Portanto, o que pedimos à Assembleia é isto Senhor Presidente, que estes custos decorrentes de revisões de preços sejam, digamos, suportados por um empréstimo bancário que há-de ter digamos, a duração no tempo para ocupar e para responsabilizar várias gerações. Apenas isto. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente está aberta a discussão. Alguns dos Senhores Deputados quer intervir? Iriamos então proceder à votação. -----

PONTO SETE (7) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DE 38 FOGOS NO BAIRRO MUNICIPAL EM VISEU PARA HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS - CANDIDATURA PRR - IHRU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Aprovado por unanimidade. (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 103/104). —
PONTO OITO (8) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO DE REVISÕES DE PREÇOS DE INVESTIMENTOS EM CURSO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado com uma (1) abstenção. (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 105/106).

Vamos agora proceder ao Período que está destinado ao Público. —
Temos 9 cidadãos inscritos, o Período é de 20 minutos, e como todos devem compreender, a Mesa terá uma tolerância, não pode só dar 2 minutos. A perspectiva se fossem outras inscrições seria 5 minutos no máximo, não pode dar 1 minuto ou dois a cada pessoa. A Mesa terá tolerância, também pedindo às pessoas a máxima brevidade dentro do possível, e, por isso iríamos ter esta tolerância com todos e desde já agradecer a presença de 9 cidadãos. Por isso, iria dar a palavra à primeira cidadã Maria dos Anjos Cunha Saraiva. Só informar rapidamente, a Sessão está a ser gravada e tudo o que aqui for exposto ficará em Ata, e por isso depois, ficará também disponível para todos os intervenientes aqui nesta Assembleia. —

Tem a palavra D. Maria dos Anjos Cunha Saraiva. —

— SESSENTA E TRÊS – A EXCELENTÍSSIMA SENHORA MARIA DOS ANJOS CUNHA SARAIVA: Boa tarde a todos. Eu peço imensa desculpa, estou imensamente nervosa, foi preciso chegar aos 74 anos para chegar aqui e estou ainda muito emocionada com o debate, com tudo aquilo que se disse de Educação na primeira metade da manhã, e ainda há bocado aqui com a Educação. —

Talvez porque fui professora 42 anos, uma profissão que eu exerci, penso eu, que muito bem, e desculpem-me a falsa modéstia. —

Tenho aqui alguns alunos, alunas e colegas que sabem bem, é um tema que efetivamente me faz sofrer e por isso é que eu de manhã, peço desculpa pelo bocadito de barulho que provoquei, porque quando me falam de Educação e de alunos eu fico um bocadito em polvorosa e como não estou habituada, peço imensa desculpa. Pronto! —

Depois também peço desculpa por vir aqui depois de um dia de trabalho tão grande que tiveram aqui, vir aturar uma velhinha que devia estar em casa. —

Mas, para não me perder muito, eu ainda não estou naquela idade em que o Senhor Primeiro Ministro nos manda habituar, eu ainda não me habituei e penso que não me habituarei nunca, só se as faculdades intelectuais me falharem um bocadito, porque essa coisa de nos mandarem calar, eu não estou nessa coisa. E estou habituada pelo contrário, a ler toda a informação local, regional, nacional e até estrangeira, e aproveito para agradecer à nossa Comunicação Social, já viram que eu estou nervosa, mas isto vai passar rápido. Aproveito para agradecer então o bom trabalho dos nossos Jornalistas. —

Perante as últimas informações sobre a nossa cidade, eu não sou bem daqui, sou de a 50 km, mas já vivo mais aqui do que propriamente na minha aldeia. —

Gostaria de perguntar às Senhoras Ministras da Justiça e da Coesão Territorial e Social, algumas perguntas, mas não me é possível e por isso, venho ao espaço da democracia local, até porque eu não conheço as Senhoras Ministras, só as conheço da televisão, como disse uma vez à Dra. Abrunhosa quando ela veio aqui por altura de uma campanha eleitoral, e veio perguntar no café onde eu tomo café, ela entrou e perguntou se a conhecíamos? E eu com um bocadito de lata, que sou um bocadito desavergonhada, peço desculpa, disse-lhe que só a conhecia da televisão porque de resto... e só quando veio aqui pelas eleições, mas paciência. Pronto! Como as Senhoras Deputadas, nem pensar, uma pobre professora reformada ir agora questionar as Senhoras Ministras, nem pensar. Então, eu passo essas questões para os nossos Deputados Distritais, é assim que vos entendo. —

Primeiro: o que fizeram para evitar a instalação do Polo Regional dos Estudos Jurídicos em Vila do Conde que é uma cidade do litoral, para onde todos fogem, em detrimento

desta nossa pobre e desertificada cidade, depois do Senhor Presidente da Câmara ter disponibilizado as instalações? Quer dizer, não entendo, mas deve ser também porque eu sou “brutinha”.

E pergunto: é assim que se faz a Coesão Territorial e Social do nosso País? Toda a gente a falar, o interior, o interior, o interior, então como é que é?

Depois também, tenho aqui uns papezinhos, por que eu não estou a mentir, num destes últimos jornais dizia a mesma Senhora Ministra que tinha gasto 6 vírgula milhões, eu nem sei o que isso é, de euros, e criados 34 mil postos de trabalho.

Eu pergunto, para aqui diretamente, porque o interior... eu quero, é na cidade onde eu estou, onde eu vivo e onde se calhar eu irei morrer, não sei muito bem. Pronto!

Então essa questão gostava que alguém dos Senhores Deputados me respondesse.

A segunda questão, vai para o Deputado João Azevedo, que também aqui nos nossos jornais regionais escreveu que ... deixem-me cá ler, estou um bocadinho perdida, que “há 99% dos cidadãos que não acreditam na autoestrada do IP3, mas a obra acontece”. Isto faz-me lembrar, eu fui professora de Literatura Portuguesa, o nosso Fernando Pessoa: “Deus quer, o Homem sonha e a obra nasce”. Eu acho que Deus continua a querer que Viseu tivesse uma autoestrada para Coimbra, até porque eu faço umas viagens de vez em quando para a Figueira, e como já disse aqui nesta casa, não queria morrer no IP3, porque têm que compreender que eu cada vez conduzo pior, quer dizer, se não tiver uma estrada boa, não sei muito bem. Mas, pronto Senhor Deputado, eu sou daquelas que estão nos 99%, vai-me perdoar, mas já não tenho idade de sonhar e nem acredito.

E, pronto, e apresento mesmo algum pessimismo pois a situação atual no nosso interior, com algumas insuficientes melhorias, na minha opinião, faz-me recordar aos anos 60 do século passado, em que muitas gentes tiveram de emigrar, eu sou de uma aldeia, e o meu pai chegou a emprestar dinheiro a pessoas que emigraram para pagar lá não sei o quê, outros tiveram que emigrar para a zona industrial de Lisboa e por lá ficaram.

Alguns, poucos como eu, e já falo nos septuagenários, atenção, foram até às universidades do litoral, porque naquela altura era Lisboa, Porto e Coimbra e acabava não é ...

O Senhor Presidente da Mesa alerta para o tempo já utilizado.

A Excelentíssima Senhora Maria dos Anjos Cunha Saraiva prossegue a sua intervenção dizendo: eu vou acabar, só um minutinho. E, voltámos e cá continuamos porque estamos a ficar velhos.

E então agora quase como uma conclusãozita, para todos nós: cabe-nos a todos, e eu acho que também ainda faço parte desse todos, lutar pela nossa terra, pelo nosso interior, mas especificamente a vós, Senhores Deputados, Vereadores e Presidentes, devemos todos lutar para que esta terra desertificada, venha a ser o local ideal, e agora gostava que o ouvissem bem: venha a ser o local ideal para os vossos filhos, que eu não tenho, não estou preocupado com eles, com os vossos netos, para que eles possam viver bem e ser felizes nesta terra. Muito obrigada e peço desculpa.

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado D. Maria dos Anjos Cunha Saraiva.

Temos agora uma Cidadã Joana Ramos que pediu para apresentar em suporte informático sobre a melhoria da Mobilidade Urbana. Disse-nos que assim era mais rápida a intervenção. Tem a palavra.

---- SESSENTA E QUATRO – A EXCELENTÍSSIMA SENHORA JOANA RAMOS: Excelentíssimos Senhores muito boa tarde. Cumprimento o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento os restantes membros e assistência.

Eu agradeço desde já a oportunidade e convidada Vossas Excelências a acompanharem-me nesta ideia para a melhoria da Mobilidade Urbana da cidade respeitante à Avenida 25 de Abril e o seu potencial, isto para que Viseu possa ser continuamente associada à

inovação e à preocupação com a qualidade de vida dos seus cidadãos, bem como manter-se e inovar como polo atrativo turístico. -----

Nós sabemos que a Avenida 25 de Abril é o ex-libris da cidade, uma artéria central, foco de vivência contínua entre moradores, turistas e também estudantes, e o crescimento da população residente, naturalmente impõe mais tráfego automóvel e pedestre, e isso traz fortes preocupações pela insegurança rodoviária. -----

Pese embora as vias partilhadas seja uma evolução para a alteração da mobilidade, a literacia dos nossos condutores, e o estilo de vida que ainda adotamos não se coadunam sobretudo numa área que envolve duas escolas e, tendo em conta os últimos dados que nos dizem que nas áreas urbanas 54,5% dos acidentes resultam em vítimas mortais, e eu comprovo isto porque pela minha experiência profissional como tripulante numa Viatura Médica de Emergência do INEM, nós assistimos várias vezes a isso aqui em Viseu, sobretudo em áreas escolares. -----

A par disto, este aumento de tráfego vai consistir também na diminuição da qualidade de vida dos moradores da Região do Centro e também da sua segurança a sair de casa dado que a congestão do tráfego também impede essa normal circulação, quando pensamos sobretudo nas crianças e nos idosos, e assim estas preocupações levam-nos a quê? Levamos a pensar no aumento de doenças nomeadamente respiratórias, no aumento dos acidentes rodoviários e dos problemas de saúde, e citando o Plano de Mobilidade Urbana Suave e Acessibilidade da Estratégia de Viseu Dão Lafões 2030 diz que temos que difundir uma mudança socioecológica assente em formas e práticas mais sustentáveis que envolvam os cidadãos e a comunidade. E, por isso, eu trago uma proposta e o suporte informático para perceberem que seria neste troço que, a criação de um trânsito motorizado apenas no sentido da Avenida, e no outro sentido a realização de uma ciclovía à semelhança do que existe já em outros locais com grande e boa experiência, e o que é que manteríamos? Manteríamos o estacionamento existente e inicialmente apenas o trajeto da Rotunda Paulo VI até ao cruzamento da Escola Alves Martins. E, isto porquê? Possibilitaria não só uma dinamização da própria avenida, posteriormente uma dinamização comercial com a construção de quiosques e faria da Avenida 25 de Abril uma artéria verde e a ligação com o Parque Aquilino Ribeiro e a zona pedestre do Rossio promovendo estes objetivos da segurança rodoviária, também do uso da bicicleta, porque sabemos que nestes canais pedestres consegue-se transportar muito mais pessoas em segurança e aumentávamos e estimulávamos também os nossos jovens a este tipo de transporte, que não acontece, pois sabemos que a maior parte das pessoas usa o carro para trajetos inferiores a 3 km. Concomitantemente é claro que esta alteração de trânsito obrigaria a alterar o trânsito também nestas zonas, mas aqui poderíamos pensar num círculo único unidirecional focalizado por exemplo ali para a parte da Escola Grão Vasco e este círculo único unidirecional permitiria locais de *drop-off* das crianças em mais segurança, e também da circulação de idosos porque temos aqui uma Clínica de Diálise em que muitas vezes há essa deslocação e provavelmente, como sabem, há uma congestão muito grande de tráfego e seria muito impossível, e se passarem lá agora, é um bocadinho impossível por volta da 6 da tarde transitar nesta zona a pé. É claro, e esta minha solução não se esgota apenas para a Avenida 25 de Abril, poderá ser pensada para outras zonas da cidade, e isto poderíamos pensar como um projeto-piloto e um desafio, já que nós somos tão dinâmicos na parte da mobilidade urbana aqui em Viseu e com os transportes, eu deixaria aqui o desafio ao executivo de pensar nesta zona e pensar para outras áreas, e estaria sempre disponível para ajudar no que puder. -----

Espero então neste final, agradecer a vossa paciência, e também que não seja apenas a minha sugestão e que vos tenha deixado esta ideia que possa no final ser a nossa ideia. ----
Muito obrigada. -----

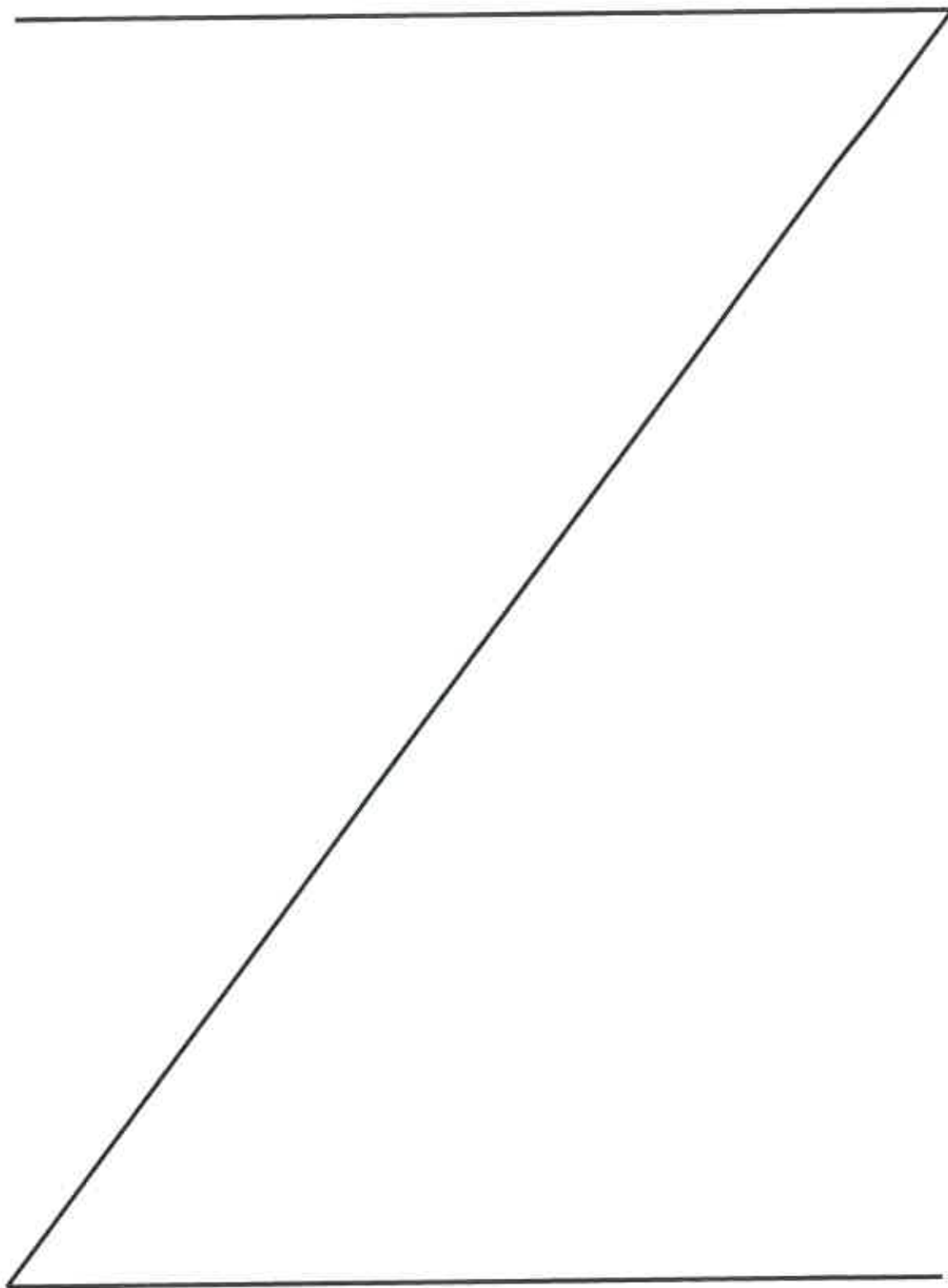
---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Agradecemos desde já o contributo.



Tenho dito. É a minha questão. -----
Obrigada a todos pela atenção. -----
---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado pela intervenção e
colaboração. Obrigado está bem? -----
Eu ia chamar novamente, eventualmente ... -----
José Alexandre Pereira de Carvalho (penso que não está); -----
Isabel Maria Bernardino Lopes Afonso (também não está); -----
João Manuel Costa Amaral (também não está); -----
e Luís Pedro Gonçalves Faria de Abreu, que desistiu, tive essa informação. -----
Por isso, terminámos assim a nossa Sessão, agradeço a colaboração de todos e boa tarde. –
E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão
Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de 06 de fevereiro de dois mil e vinte e três
quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. E do que se passou, lavrou-se a
presente Ata, que inclui um total de 23 páginas anexas, que vai ser assinada por mim,
Paula Paula Gomes, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos
termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)



Tem a palavra o Cidadão José Alexandre Pereira de Carvalho. *(Não respondeu à chamada).* -----

Passaríamos à Cidadã Isabel Maria Bernardino Lopes Afonso. *(Não respondeu à chamada).* -----

Passaríamos ao Cidadão João Manuel Costa Amaral. *(Não respondeu à chamada).* -----

Passaríamos à Cidadã Filipa Quintela Figueiredo. -----

D. Filipa Quintela, cumprimentava-a e pode intervir. Agradecemos o contributo -----

--- **SESSENTA E CINCO – A EXCELENTÍSSIMA SENHORA FILIPA QUINTELA FIGUEIREDO:** Muito boa tarde a todos. Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia, os Membros desta Assembleia e restantes participantes que estão aqui presentes. -----

Portanto, o que me traz aqui é o PDM, e foi o primeiro assunto debatido nesta Assembleia, e vou então começar com a minha intervenção. -----

Dirijo-me com respeito e consideração por esta Assembleia Municipal. Venho expor o meu desagrado particularmente no que respeita à resposta decorrente da participação à entidade Câmara Municipal do ano 2022 com o nº 36194 (ENT-CMV/2022/36194), Identificação 653 da Freguesia Viseu, do PDM em aprovação, da qual não decorreu qualquer introdução de alterações. -----

No pedido em causa pretendia-se que a parcela em questão mantivesse a classificação de solo urbano, atribuída e inalterada desde 1995, que agora, no novo PDM, foi reclassificada como solo rústico, qualificando-a como solo agrícola, com a seguinte fundamentação que passo a ler: “é uma opção de planeamento sendo de relevar que a parcela não integra conjunto urbano e não apresenta edificação e serviço de infraestruturas marginais que sustentem a pretensão apresentada”. -----

Esta resposta ignora todas as infraestruturas existentes, bem como o enquadramento da área envolvente: -----

1. A parcela em questão encontra-se em contiguidade com conjuntos urbanos classificados por este novo PDM, hoje aprovado, em solo urbano H2 e H3. -----

2. De forma aproximadamente triangular, esta parcela encontra-se delimitada por duas vias: a Avenida Manuel Abreu Lameira e a Avenida do Povo que se unem na rotunda da entrada de Santa Maria de Viseu. -----

3. Marginais à referida parcela encontram-se serviços de infraestrutura da SMAS (água e saneamento) e também de telecomunicações e eletricidade, como se pode verificar localmente. Se quiserem também tenho ... não trouxe comigo em formato digital, mas tenho comigo algumas fotografias. Existem ainda dezenas de lugares de estacionamento que ladeiam a dita parcela em ambos os acessos referidos, e até uma boca de incêndio. -----

4. Na sua envolvente encontramos edificações dispersas ao longo de ambas as vias de acesso centradas num raio de 100 metros da parcela em questão. -----

Considerando estes pontos verificáveis no terreno, e aplicando o critério adotado, verifico a possibilidade de pelo menos 6 ou mais pontos, o que manteria a classificação de solo urbano. -----

Apelo para que se reavalie esta situação concreta, nomeadamente, como referiu o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Fernando Ruas na revisão que a Câmara Municipal de Viseu se propôs aqui fazer no período imediatamente a seguir a esta aprovação. Tenho dito. -----

Muito obrigada por este momento e não tenho mais nada a expor a esta Assembleia. -----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Desde já agradecemos o contributo. Passaríamos ao Cidadão António José Pais Fernandes. Tem a palavra. -----

--- **SESSENTA E SEIS – O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ANTÓNIO JOSÉ PAIS FERNANDES:** Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadores, Senhoras

Vereadoras, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Juntas, e restantes pessoas presentes nesta sala. Boa tarde. -----

Senhor Presidente, o que me traz aqui é relativamente ao assunto do PDM. -----

Em 2020 o meu pai adquiriu uma parcela de terreno. -----

Antes de proceder ao negócio deslocou-se à Câmara Municipal de Viseu para verificar se a parcela de terreno se encontrava em zona de construção e quais as condicionantes que abatiam sobre essa propriedade. -----

Foi-lhe dito que o terreno em questão estava dentro de Solo Urbano, Espaços Habitacionais. Em setembro de 2020 verificou que o PDM apesar da parcela de terreno anteriormente se encontrar em solo urbano neste momento foi relegado a solo rustico e espaços agrícolas de produção. -----

No âmbito da resposta apresentou uma reclamação. -----

A Resposta dada pela câmara não foi favorável, e por isso questiono o porquê de não terem tido em conta os serviços de infraestruturas marginantes de abastecimento de águas, saneamento e esgotos, quando estes estão às portas do terreno e que nem sequer foram registados na vossa resposta. -----

O porquê também de uma edificação no povo se só teve 1 ponto na parte de edificação quando claramente há múltiplos edifícios à volta. -----

Disse aqui perante todos o Senhor Presidente Câmara, que vai pedir a revisão do PDM, que terá obviamente de ser aprovado nesta Assembleia. Mas sabemos que a alteração de solo urbano para solo rústico pode acontecer a qualquer momento, enquanto que o oposto não é verdade. No nosso caso, o terreno que era urbano passou a rústico. -----

Vai garantir o Senhor Presidente que voltará a ser urbano? -----

Senhor Presidente, sinto-me no direito de intentar uma ação de impugnação ao PDM e até já estou a procurar apoio legal para o fazer. -----

Senhor Presidente peço que este documento seja anexado à Ata para que todos possam ver que existem erros materiais na resposta dada.

Obrigado. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado. Pode deixar à Mesa.

Obrigado pela colaboração e contributo. -----

Tem a palavra a D. Ana Cristina Jesus Rodrigues. -----

---- SESSENTA E SETE – A EXCELENTÍSSIMA SENHORA ANA CRISTINA JESUS RODRIGUES: Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vereadores, Deputados, Presidentes de Junta e todo o Público em geral. -----

Eu estou aqui também por causa do PDM, nunca imaginei estar neste local. Estou como representante da minha filha órfã que herdou dos avós um terreno na Freguesia de Rio de Loba, junto aqui à cidade. -----

Reclamei, nunca obtive resposta da notificação até hoje. Disseram-me este fim de semana, vá à internet, porque nem tinha conhecimento disso, analisar e o que verifiquei foi que: não há alterações decorrentes desta participação. -----

Comecei a olhar e vi que todo o terreno ao lado tem infraestruturas, um posto de eletricidade no próprio terreno a servir as casas à volta, tem gás natural, água, saneamento e telecomunicações. -----

Nada disto foi mencionado na resposta da Câmara Municipal de Viseu. Por isso, não sei se verificaram bem o pedido, já me disseram que os técnicos são muito experientes, agradeço que eles voltem a verificar o pedido, porque se quiserem todos lá fazer uma excursão, eu levo-vos a todos e mostro-vos o terreno e as infraestruturas todas. -----

Logo, quero que esta intervenção fique registada em Ata e conforme o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu disse, dadas todas as circunstâncias legais e técnicas, promete de imediato já a seguir fazer uma revisão de tudo isto. -----



**INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 06 DE FEVEREIRO DE 2023**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Deputados,

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.

Hoje submeteremos à apreciação da Assembleia Municipal a Alteração do Plano Diretor Municipal de Viseu.

Uma alteração que resulta de uma imposição legislativa decorrente da necessidade de os planos municipais de ordenamento incluírem as regras de classificação e qualificação do solo previstas na Lei de bases gerais da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – Lei 31/2014, de 30 de maio.



Uma imposição legislativa que acrescenta sanções para os Municípios que não cumprirem os prazos, nomeadamente a suspensão do direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais, entre outras.

Importa ainda referir que a alteração que agora será discutida pela Assembleia Municipal, para além da incorporação das regras de classificação e qualificação do solo para definição do solo urbano e do solo rústico, tinha como imposição a redução dos perímetros urbanos.

Num processo que se iniciou e desenvolveu no anterior mandato autárquico, coube-nos a nós, apresentar, aprovar e reunir com as entidades estatais que tutelam estas matérias de ordenamento do território.

Fizemos, ainda, a necessária discussão pública, estendendo esse prazo de discussão por mais tempo do que a lei impunha, pretendendo que o Plano fosse o mais participado e completo possível e dando oportunidade aos cidadãos e às entidades que se pronunciassem.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados



ANEXO 1



Durante a fase de discussão pública foram registadas 1212 participações escritas, para além das participações não escritas sugeridas nas reuniões públicas e nas reuniões técnicas havidas.

Para essa substantiva participação, não duvido que a escolha de um prazo alargado para discussão foi dos fatores que mais contribuiu.

Como, não tenho qualquer dúvida que muito contribuíram as sessões públicas de esclarecimento que abrangeram todas as zonas territoriais do concelho de Viseu.

Fizeram-se 5 sessões públicas específicas para grupos de 4 a 6 freguesias em locais próximos das populações.

Intensificou-se, ainda, o atendimento com mais de 600 atendimentos presenciais.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Do resultado dessas participações públicas, que foram analisadas à luz dos critérios técnicos e no efetivo cumprimento da lei, foi possível introduzir 346 alterações à planta de ordenamento, 22 correções ao regulamento do plano e clarificar o clausulado regulamentar em matéria



de compromissos urbanísticos pré-existentes e validamente constituídos.

Reitero o facto de a lei que se está hoje a traduzir nesta alteração do PDM ser uma lei de 2014, que não teve, à época, qualquer contestação por parte das entidades de planeamento.

Uma lei que, ao qualificar e classificar o solo, teria claras repercussões sobre os perímetros urbanos e sobre as expetativas que alguns promotores pudessem ter.

Os sucessivos adiamentos do prazo de adaptação dos planos levam-nos a submeter aqui, hoje, o Plano que foi desenvolvido pelo Município nos últimos anos.

Reitero, também, o facto de estarmos perante um procedimento de alteração, para dar cumprimentos a esta imposição legal e que, pretendemos, a breve prazo, iniciar um procedimento de revisão que nos possa dar uma maior capacidade de adequação do território para os objetivos estratégicos futuros.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados



Soube-se, há uns dias, que o novo polo de formação de juízes se iria situar mais uma vez em áreas metropolitanas, nomeadamente em Vila do Conde.

Não temos objetivamente nada contra Vila do Conde.

Acho é que, perdemos mais uma vez a oportunidade de inverter este centralismo que há tanto tempo o País promove.

Ainda para mais porque sabíamos da intenção dos magistrados de Viseu de captar este polo para a nossa região.

Um País assimétrico como o que temos, não pode desperdiçar estas oportunidades para reduzir as assimetrias existentes.

Tenho a convicção que a Coesão Territorial necessita urgentemente de um forte e decisivo impulso para tornar o País mais justo e mais harmonioso.

Tenho, ainda mais esta convicção por força dos resultados a que chegámos em termos de desenvolvimento regional. Temos, como disse, cada vez mais, um País assimétrico e injusto.



Um País em que só as Áreas Metropolitanas estão acima da média nacional no “Ganho médio mensal” e no “Rendimento Bruto Declarado por habitante”, muito por força da concentração de investimento público.

Foi ainda anunciado mais um Curso de Medicina. Mais uma vez numa área metropolitana. Mais um exemplo desse centralismo.

Saiu, também, um programa “Mais Médicos” anunciado pelo senhor Ministro da Saúde. Que vai abranger as unidades de Bragança Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Santiago do Cacém, Beja e Covilhã, para as zonas interiores do País, onde Viseu não está contemplado.

Ao contrário do que alguns proclamam, o Estado Central continua a privilegiar as influências dominantes das Áreas Metropolitanas, ao invés de alegadas importâncias autoproclamadas.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Na sequência de um reporte dos serviços municipais do Património, nomeadamente na dificuldade em fazer marcações e registos com a brevidade necessária, questioneei a senhoras Conservadoras do Registo Civil de Viseu.



ANEXO 1



Percebi, que os problemas se devem a manifesta falta de meios humanos.

E, que isso está a dificultar quer os serviços da Câmara Municipal, quer o cidadão comum.

Precisamos urgentemente de um maior investimento do Estado Central no interior do País.

Precisamos urgentemente de melhorar a Coesão Territorial por via de um processo de Regionalização em que as Regiões se imponham.

Para concluir,

Senhor Presidente

e

Senhores Deputados

Deixamos à consideração de V. Ex.^{as}, através das 32 folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº1 e nº4 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- situação financeira, saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores;
- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;

7

**ANEXO 1**

• recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto.

ANEXO 1



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 31/JANEIRO/2023

	€		€
Saldo Inicial (orçamental)	20 808 852,12	Despesa Corrente	6 100 825,62
Receita Corrente	3 584 285,04	Despesa de Capital	2 608 439,98
Receita de Capital	361 791,22	Total das Despesas	8 709 265,60
Total das Receitas	3 946 076,28	Saldo Actual (orçamental)	16 045 662,78

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 31 de JANEIRO de 2023

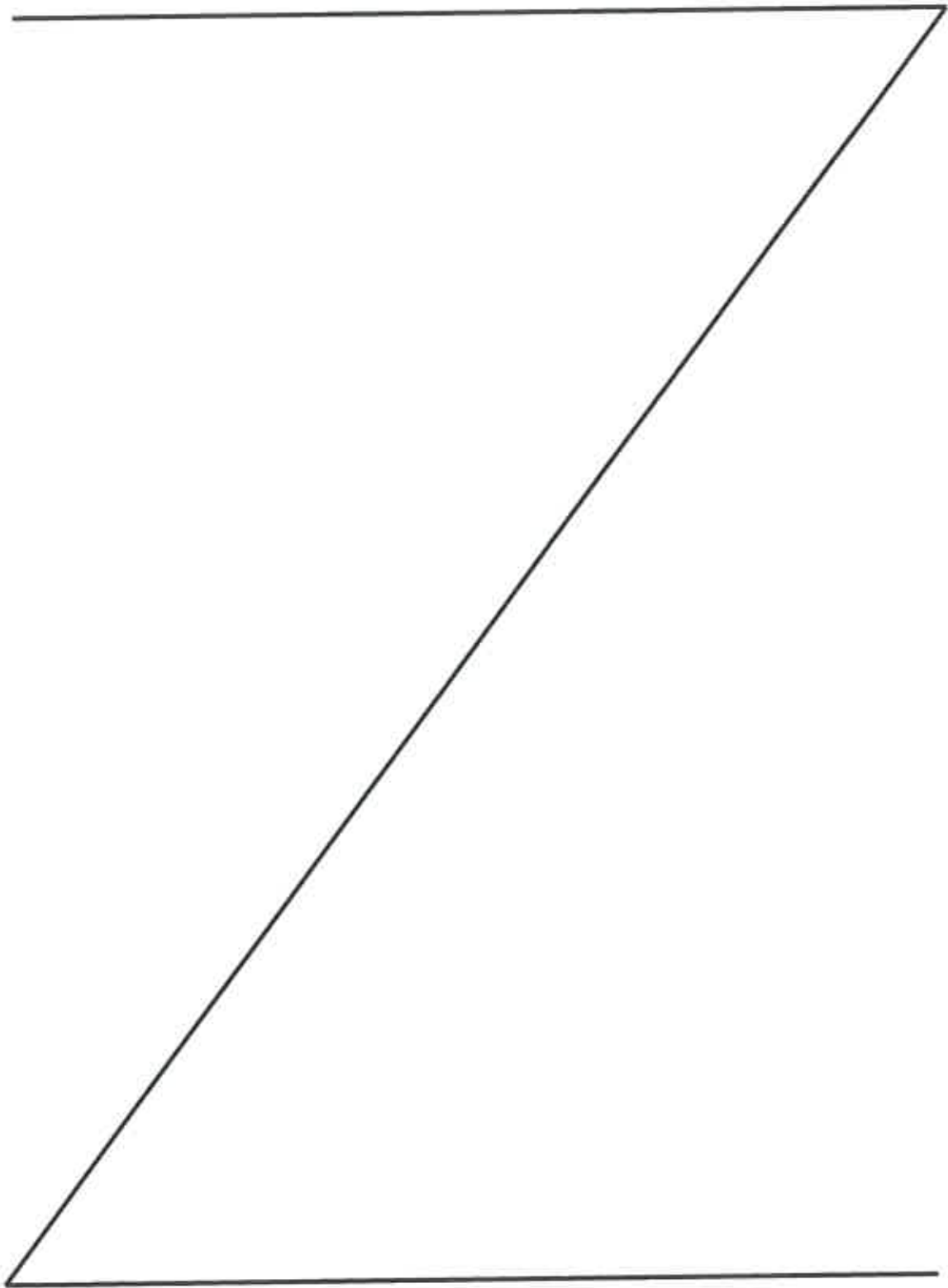
	€
Fornecedores	1 977 302,75
Outros devedores e credores	230 612,77
Total	2 207 915,52

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 31 de JANEIRO de 2023

	€
Empréstimos/Financiamentos obtidos	10 722 426,35
Estado e outros entes públicos	91 274,16
Total	10 813 700,51

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu





Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos		PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VISEU - PROPOSTA TÉCNICA FINAL DE APROVAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 90.º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <i>aprovou por 30 votos a favor, 12 votos contra e 8 (oito) abstenções</i> Viseu, 06/02/2023				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	João Manuel Henriques Mota de Faria		X (n)				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodoro Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	João Alberto de Costa Ferreira		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Cheves Castelo Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Rita Manuela Corvino de Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Bruno Vítor de Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Domínguez Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRANTES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARRIOS CODES UF	João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BODALEJA, ANGARINHO E TORREMOITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODINÇA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	João Fernandes			X		
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÕES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes			X		
23	PPD/PSD	COULITOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida			X		
24	PPD/PSD	FÁBILA CRÁZIA	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLE	João Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	SANHADO	António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira			X		
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOURESA	Carlos Alberto Ferreira Almeida			X		
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos	PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VISEU - PROPOSTA TÉCNICA FINAL DE APROVAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 90.º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <i>apreciar por 30 votos a favor, 12 votos contra e 8 (oit) abstenções</i> Viseu, 06/02/2023 <i>[Assinaturas]</i>					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
33	PPD/PSD	SOPELAÇO E VIL. DE SO. JO	Aurélia Pereira Leuzinho		X			
34	PPD/PSD	SILVIZINHA	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Lourinho Rebelo			X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes			X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto					X
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestral M.M. Albuquerque			X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha	X				
42	PS		Paula Cristina Santos Dias			X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques			X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa			X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo			X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira				X	
48	PS	MUNICÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso			X		
49	PS	REPESSE S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima			X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves				X	
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares				X	
52	Bloco Esquerda		Ana Carolina Damas Gomes			X		
Resultado				1	30	12	8	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO n.º 1 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <u>abstenção por 49 votos a favor e 1 (um) abstenção</u> Viseu, 06/02/2023				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Sarilana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chevas Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Bruno Vidaira de Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRÁVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CENÓES UF	João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FANIMINHÃO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	RODRIGOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÁ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POYOUIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS	Antónia Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódia de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiras Coelho		X			



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos	GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO n.º 1		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		obras para 49 votos a favor e 1 (uma) abstenção Viseu, 06/02/2023				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Feijó Mendes		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amara dos Santos		X			
36 PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39 PS		Mauro Leandro Matos Pinto					X
40 PS		Gonçalo Amândio Gínestaf M.M. Albuquerque		X			
41 PS		André Filipe Marques da Cunha	X				
42 PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46 PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48 PS	MUNDAÑO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49 PS	ROPERES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50 PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51 Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
52 Bloco Esquerda		Ana Carolina Damas Gomes				X	
Resultado			1	49	0	1	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos	DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO E LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - DECRETO-LEI N.º 87-8/2022, DE 29 DE DEZEMBRO - PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <u>apoiar por 27 votos a favor, 12 (dois) votos contra e 4 (quatro) abstenções</u> Viseu, 06/02/2023 <i>Munic</i> <i>Jorge</i>					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD		Pedro Filipa dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins da Carvalho		X			
5	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD		Arno Vieira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD		Maria Francisca Damilho Loureiro		X			
13	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ARRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BASREINOS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BORDILHA, FARMONHÃO E TOZAREDETA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODILOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÁ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFITA	Custódio da Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
33	PPD/PSD	SOPRANO EML DE SOUTO	Aurílio Pereira Lourenço	X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36	PS		Júlio Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto				X
40	PS		Gonçalo Amândio Gimestal M.M. Albuquerque		X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha	X			
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luis Cardoso de Melo		X		
47	PS	LODOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandra Dias Carragoso		X		
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adalino Silvério Ferreira Esteves			X	
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
52	Bloco Esquerda		Ana Carolina Damas Gomes	X			
Resultado			1	37	12	1	1

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou

apoiar: por 37 votos a favor, 12 (doze) votos contra e 1 (um) abstenção

Viseu, 06/02/2023

[Handwritten signatures]

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos	CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo	1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
	2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
	3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
	4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
	5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques				X a)	
	6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
	7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
	8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
	9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
	10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
	11 PPD/PSD		Drugo Vídeira de Albuquerque Fernandes		X			
	12 PPD/PSD		Maria Francisca Damilho Loureiro		X			
	13 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
	14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X a)			
	15 PPD/PSD	DETAIVESES		Rui Pedro Oliveira de Almeida		X		
	16 PPD/PSD	SARAPPOS COVÕES UF		João do Silva Duarte		X		
	17 PPD/PSD	ESCALDEIA, FARMANHO E TORREFOZIL UF		Manuel Jorge Nunes		X		
	18 PPD/PSD	BODMOZA		Rui Manuel dos Santos Ferreira		X		
	19 PPD/PSD	CALDE		José Fernandes		X		
	20 PPD/PSD	CAMPO		Carlos Alberto dos Santos Lima		X		
	21 PPD/PSD	CAVERNÕES		António Manuel Almeida Silva Rago		X		
	22 PPD/PSD	CÓSTA		Joaquim Polónio Lopes		X		
	23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		Fernando Manuel Leitão de Almeida		X		
	24 PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ		José António Marques Seabra Figueiredo		X		
	25 PPD/PSD	FRAGOSELA		António de Almeida Jesus Lopes		X		
	26 PPD/PSD	ORIGENS		Maurício Marques Dias		X		
	27 PPD/PSD	POVOUIDE		José Manuel Almeida Fernandes		X		
	28 PPD/PSD	RANHADOS		António Soares Correia		X		
	29 PPD/PSD	RIBAFETA		Castêllo de Figueiredo Ferreira		X		
	30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		Carlos Alberto Ferreira Almeida		X		
	31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		José Ernesto Barreiros Coelho		X		



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <i>apoiou por 48 votos a favor, 1 (um) voto contrário e 1 (um) abstenção</i> Viseu, 06/02/2023					
CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2019, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SC PRAVO E VIL DE OUTO		X			
34	PPD/PSD	SILVEIROS		X			
35	PPD/PSD	VISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS						X
40	PS			X			
41	PS		X				
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESER A, SALVADOR		X			
50	PS	RJO DE LOBA		X			
51	Chega			X			
52	Bloco Esquerda				X		
Resultado			1	48	1	1	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <u>abrir os pontos em discussão</u>					
FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - PARTE 1- NOVA MINUTA DE CONTRATO - RATIFICAÇÃO		Viseu, 06/02/2023					
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e artigo 154.º do Código do Procedimento Administrativo							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Peralta Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Berto Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	Bruno Vieira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Dornão Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	José Ernesto Barreiros Coelho		X			

ANEXO 6



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023

VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <u>apoiar por unanimidade</u> — Viseu, 06/02/2023					
FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - PARTE 1- NOVA MINUTA DE CONTRATO - RATIFICAÇÃO							
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CÓNTRA	ABSTENÇÃO	ALISENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X		
39	PPD/PSD	SCP/IANO EVIL DE SOUTO	Aurílio Pereira Lourenço		X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felicia Mendes		X		
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amara dos Santos		X		
35	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto				X
40	PS		Gongalo Amândio Gínestal M.M. Albuquerque		X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha	X			
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X		
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Mércia Sofia Gomes da Lima		X		
50	PS	RO DE LOBA	Adefino Silvério Ferreira Esteves		X		
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X		
52	Bloco Esquerda		Ana Carolina Damas Gomes		X		
Resultado			1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023
VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DE 38 FOGOS NO BAIRRO MUNICIPAL EM VISEU PARA HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS - CANDIDATURA PRR - IHRU nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> Viseu, 06/02/2023				
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teófilo Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado (Rodríguez)		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	Bruno Vídeira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damão Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	APRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
16	PPD/PSD	BARREROS CEPÊS UF	João da Silva Duarte	X			
17	PPD/PSD	BOMLIDE, FARMINHO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes	X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego	X			
22	PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes	X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÁ SA	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes	X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias	X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes	X			
28	PPD/PSD	SANHADOS	António Soares Correia	X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida	X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho	X			



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos		CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DE 38 FOGOS NO BAIRRO MUNICIPAL EM VISEU PARA HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS - CANDIDATURA PRR - IHRU		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> — — Viseu, 06/02/2023				
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	ALSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRÃO E VIL DE SOUTO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rabelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Márcio Lezírio Matos Pinto				X	
40	PS		Gonzalo Amândio Ginestal R.M. Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha	X				
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDOÑO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
52	Bloco Esquerda		Ana Carolina Damas Gomes		X			
			Resultado	1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <u>apoiar por 49 votos a favor e 1 (voto) abstenção</u>						
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO DE REVISÕES DE PREÇOS DE INVESTIMENTOS EM CURSO nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de	1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Moita de Faria		X				
	2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
	3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
	4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
	5 PPD/PSD		Manuel Teófilo Martins Henriques		X				
	6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
	7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X				
	8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X				
	9 PPD/PSD		Isabel Cristina Benito Fernandes		X				
	10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X				
	11 PPD/PSD		Erano Videira de Albuquerque Fernandes		X				
	12 PPD/PSD		Maria Francisca Damilho Loureiro		X				
	13 PPD/PSD		Paula Jorge de Almeida Pereira		X				
	14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X				
	15 PPD/PSD	ARRAVALSIS		Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
	16 PPD/PSD	BARRINHOZ CEPÕES UF		João da Silva Duarte		X			
	17 PPD/PSD	BOAÍNEA, FARMINHÃO E TORREDETA UF		Manuel Jorge Nunes		X			
	18 PPD/PSD	BODINOSA		Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
	19 PPD/PSD	CALDE		José Fernandes		X			
	20 PPD/PSD	CAMPO		Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
	21 PPD/PSD	CAVERNÂES		António Manuel Almeida Silva Rego		X			
	22 PPD/PSD	CÓTA		Joaquim Polónio Lopes		X			
	23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
	24 PPD/PSD	FAL VILA CHÁ SÁ		José António Marques Seabra Figueiredo		X			
	25 PPD/PSD	FRAGOSELA		António da Almeida Jesus Lopes		X			
	26 PPD/PSD	ORGENS		Maurício Marques Dias		X			
	27 PPD/PSD	FOVOLIDE		José Manuel Almeida Fernandes		X			
	28 PPD/PSD	RAMADOS		António Soares Correia		X			
	29 PPD/PSD	RIBAFEITA		Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
	30 PPD/PSD	S. JOÃO LIXUROSA		Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
	31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 2023 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO B da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, que deliberou <u>obter o binómio de voto de 49 a favor e 1 (um) abstenção</u>					
CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO DE REVISÕES DE PREÇOS DE INVESTIMENTOS EM CURSO nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de		Viseu, 06/02/2023					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SOPRANO E VIL DESOITO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	VISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS						X
40	PS			X			
41	PS		X				
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDOÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	Chega			X			
52	Bloco Esquerda					X	
Resultado			1	49	0	1	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses